Turismo, cultura e desenvolvimento

Maria Dilma Simões Brasileiro
Julio César Cabrera Medina
Luiza Neide Coriolano
(orgs.)

Maria Dilma Simões Brasileiro
Julio César Cabrera Medina
Luiza Neide Coriolano
(Organizadores)

Turismo, Cultura e Desenvolvimento

CAMPINA GRANDE - PB
2012

A EDUEPB segue o acordo ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, em vigor no Brasil, desde 2009.

Editora da Universidade Estadual da Paraíba

Cidoval Morais de Sousa | ***Diretor***

Arão de Azevêdo Souza | ***Editor Assistente de projetos visuais***

Antonio Roberto F. da Costa | ***Editor Assistente de Conteúdo***

Editoração Eletrônica
Jefferson Ricardo Lima Araujo Nunes
Leonardo Ramos Araujo

Design da Capa
Arão de Azevedo Souza

Imagem da capa de domínio público
MXRUBEN

Comercialização e Divulgação
Júlio Cézar Gonçalves Porto
Zoraide Barbosa de Oliveira Pereira

Revisão Linguística
Elizete Amaral de Medeiros

Normalização Técnica
Heliane Maria Idalino da Silva

Depósito legal na Biblioteca Nacional, conforme decreto nº 1.825, de 20 de dezembro de 1907.
FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL - UEPB

338.4791
T938 Turismo, cultura e desenvolvimento./ Maria Dilma Simões Brasileiro, Júlio Cabrera Medina, Luiza Neide Coriolano (Organizadores)... – Campina Grande: EDUEPB, 2012.

240 p.

ISBN - 978-85-7879-128-5

1.Turismo. 2. Desenvolvimento Regional. 3. Desenvolvimento e Cultura. 4. Turismo e Cultura. I. Brasileiro, Maria Dilma Simões. II. Medina, Júlio Cabrera. III. Coriolano, Luiza Neide.

21. ed. CDD

Sumário

PARTE 2

Sobre os Autores

André Luiz Piva de Carvalho

Professor da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Doutorado Multidisciplinar em Cultura e Sociedade pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Coordenador do Programa de Pós-Graduação *Lato sensu* em Turismo de Base Local/UFPB. Membro do Grupo de Pesquisa em Cultura, Turismo e Desenvolvimento (UFPB). Áreas de interesse: Turismo, cultura, identidade, economia criativa. E-mail: profpiva@uol.com.br.

Carlos Alberto Cioce Sampaio

Professor do Departamento de Turismo da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Doutorado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina com sanduíche em Gestão para o Desenvolvimento Sustentável na Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais (França). Está vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento (UFPR) e ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Regional de Blumenau (FURB). É coordenador do Grupo

de Estudo em Ecossocioeconomia. (UFPR) e de Políticas Públicas (FURB). Pesquisador CNPq. Áreas de interesse: Turismo de base comunitária, Agenda 21 local, Economia solidária, Responsabilidade socioambiental empresarial, Gestão de unidades de conservação; Bioconstrução. E-mail: carlos.cioce@gmail.com.

Cláudia Ribeiro Pfeiffer

Professora do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ). Doutorado em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR/UFRJ. Está vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional do IPPUR/UFRJ e ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana da Escola Politécnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (POLI/UFRJ). Coordenadora do Laboratório Responsabilidade Social, Desenvolvimento Local e Políticas Públicas no Brasil (IIPUR/UFRJ) e membro do Laboratório de Estudos sobre Cultura, Turismo e Desenvolvimento (LACTUD – UEPB). Áreas de interesse: Desenvolvimento local e regional. Cultura e desenvolvimento. Políticas Públicas. Gerenciamento participativo de programas e projetos. E-mail: claudia.pfeiffer@mpprio.com.br.

Jairo Bezerra da Silva

Professor da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). É membro do Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento (UEPB). Áreas de interesse: Sociologia do Desenvolvimento, Ecologia Política, Sociologia Política. E-mail: jairrobezerra@hotmail.com.

José Clerton de Oliveira Martins

Professor da Universidade de Fortaleza. Doutorado em Psicologia pela Universitat de Barcelona - Catalunya/España. Pós-Doutorado em Estudos sobre Ócio e Desenvolvimento Humano pela Universidad de Deusto - Pais Basco/España. Está vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia - Universidade de Fortaleza. É coordenador do Laboratório de Estudos Sobre Ócio, Trabalho e Tempo Livre - UNIFOR e membro da OTIUM/Asociación Iberoamericana de Estudios de Ocio. Áreas de interesse: Comportamento social no tempo livre, Lazer, Ócio, Patrimônio Cultural e Turismo. E-mail: jclertonmartins@gmail.com.

Julio César Cabrera Medina

Professor da Universidade Estadual da Paraíba. Doutorado em Sociologia pela Universidade de Granada/Espanha. Está vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional - Universidade Estadual da Paraíba. Coordenador do Laboratório de Estudos sobre Cultura, Turismo e Desenvolvimento (LACTUD – UEPB). Áreas de interesse: Turismo e Desenvolvimento Local; Turismo e transformações socioterritoriais; Turismo e Globalização Cultural; Turismo e organizações internacionais. E-mail: juliocabreramedina@ gmail.com.

Lemuel Dourado Guerra

Professor da Universidade Federal de Campina Grande. Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco. Está vinculado ao Programa de Pós-Graduação

em Ciências Sociais - Universidade Federal de Campina Grande e ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional - Universidade Estadual da Paraíba. É membro do Grupo de Pesquisa em Sociologia e Antropologia da Religião – UFCG e do Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento Regional – UEPB. Áreas de interesse: Sociologia da Religião, Metodologias das Ciências Sociais, Sociologia a partir do Corpo. E-mail: lenksguerra@yahoo.com.

Luzia Neide Coriolano

Doutora em Geografia pela Universidade de Sergipe. Vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará. Coordenadora do Laboratório de Estudos do Turismo e Território – NETTUR, Sub-coordenadora do Mestrado Profissional em Gestão de Negócios Turísticos (UECE). Membro do Laboratório de Estudos sobre Cultura, Turismo e Desenvolvimento (LACTUD – UEPB). Pesquisadora do CNPq. Áreas de interesse: Turismo Comunitário, Meio Ambiente, Comunidade, Economia Solidária, Responsabilidade Socioambiental Empresarial, Cultura e Desenvolvimento Local. Email: luzianeidecoriolano@gmail.com.

Maria Dilma Simões Brasileiro

Professora da Universidade Federal da Paraíba. Doutorado em Sociologia pela Universidade de Granada/Espanha. Está vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional - Universidade Estadual da Paraíba. Coordenadora do Laboratório de Estudos sobre Cultura, Turismo e

Desenvolvimento (LACTUD – UEPB) e do Laboratório de Estudos do Lazer, Esporte, Turismo e Sociedade (LAESTUS – UFPB). Áreas de interesse: Turismo e desenvolvimento local; Lazer, Turismo e desenvolvimento; Lazer e Turismo de litoral; Turismo Esportivo e sustentabilidade. E-mail: dsbrasileiro@gmail.com.

Zulma das Graças Lucena Schussel

Professora da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela UFPR. Está vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana – PPGTU/UFPR. É membro do Grupo de Pesquisa em Ambiente e Sustentabilidade da Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC/PR. Áreas de interesse: Gestão Ambiental Urbana, Impactos das mudanças climáticas em ambientes urbanos, planejamento urbano e regional. E-mail: zulma.schussel@pucpr.br.

Zulmira Silva Nóbrega

Professora da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Doutorado Multidisciplinar em Cultura e Sociedade pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Está vinculada ao Programa de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Turismo de Base Local/UFPB. É membro do Grupo de Pesquisa em Cultura, Turismo e Desenvolvimento (UFPB). Áreas de interesse: Políticas Culturais, turismo e festas. E-mail: zulmiranobrega@uol.com.br.

Apresentação

As discussões sobre o turismo e a cultura no contexto do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPDR) da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), em parceria com a Universidade Federal da Campina Grande (UFCG), têm suscitado um crescente interesse pelas dinâmicas dos processos endógenos das regiões e do local, como elementos determinantes para o desenvolvimento. O desafio posto pelos membros da linha de pesquisa "Turismo, Cultura e Desenvolvimento" do PPDR é não só contribuir no debate teórico/conceitual sobre as abordagens do turismo e da cultura com vistas ao desenvolvimento humano, mas também que essas reflexões se voltem para os objetos empíricos do programa.

A proposta deste livro surge neste âmbito e como resultado das discussões dos seminários do Programa de Nacional de Cooperação Acadêmica (PROCAD) entre os três programas integrantes: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (UEPB/UFCG); Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ) e do Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana

(PPGTU/UFPR). Esses seminários, realizados já em três versões, tornaram-se o fórum privilegiado dos professores/pesquisadores destas instituições para os debates sobre o desenvolvimento.

Foi também a partir desses seminários que se constituiu o Laboratório de Estudos sobre Cultura, Turismo e Desenvolvimento (LACTUD/UEPB/CNPQ), com o objetivo de criar um espaço de intercâmbios e de produção acadêmica. Neste contexto, o LACTUD busca aprofundar as discussões teórico-conceituais e empíricas sobre o desenvolvimento, a cultura e o turismo, a partir de uma perspectiva em que o desenvolvimento e o turismo são analisados como uma construção sociocultural.

Extrapolando o debate em nível do PROCAD, o livro conta também com a contribuição de professores/pesquisadores de outras instituições, como é o caso da Universidade Estadual do Ceará (UECE), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade de Fortaleza (UNIFOR) e Universidade Federal do Paraná (UFPR). O resultado foi um conjunto de oito capítulos, quatro com enfoques sobre o turismo e quatro sobre a cultura, versando sobre o desenvolvimento.

No capítulo “Re-construcción de la cultura y del espacio turístico”, Julio César Cabrera Medina propõe uma análise das interpretações e das ações dos agentes que participam na reconstrução da realidade material e simbólica do fenômeno do turismo. O autor inicia sua exposição a partir de uma reflexão epistemológica ancorada nos conceitos de complexidade de E. Morin, complexidade sistêmica de N. Luhmann e complexidade fenomênica de J. Habermas. Esta reflexão

contribui para a análise que se concretiza em duas dimensões da realidade: por um lado, o turismo participa da construção simbólica ao desintegrar, reforçar ou hibridar os elementos culturais das localidades; por outro lado, o turismo participa da construção material do espaço, ao incidir nas preferências espaciais e atividades de transcendência espacial dos distintos agentes.

Luzia Neide Coriolano e Carlos Alberto Cioce Sampaio em "Discursos e concepções teóricas do desenvolvimento e perspectivas do turismo como indução" discutem o conceito de desenvolvimento construído depois da Segunda Guerra Mundial e apresentam críticas ao modelo de desenvolvimento que se identifica com consumo, acumulação e desigualdades. Mostram a diferença entre discurso ideológico e teorias científicas comprovadas com o rigor da pesquisa. Em seguida, os autores questionam o turismo como vetor do desenvolvimento e concluem que os conflitos e contradições do turismo, na sociedade de consumo, fazem surgir resistências, quando emerge um eixo de turismo alternativo, descolado do mero consumo, voltado à proteção da natureza, valores de comunidades tradicionais, que se voltam a desaceleração do crescimento e um desenvolvimento voltado para a escala humana.

Em "Desenvolvimento e Turismo: para além do paradigma econômico", Maria Dilma Simões Brasileiro discute a construção do conceito de desenvolvimento, a partir da disseminação das instituições do Estado, do mercado e dos valores burgueses. A autora analisa a centralidade assumida pelo crescimento econômico na modernidade e como este modelo gera relações assimetrias entre os Estados-nação. Aponta perspectivas de mudanças desse paradigma, a partir da promoção

da inclusão social, da valorização de bens culturais e ambientais, e do bem-estar econômico. O turismo é analisado pela autora como um mosaico de culturas proporcionado pela diversidade e pelos valores do lugar, principalmente nos lugares que não viveram o processo de turistificação.

Zulma das Graças Lucena Schusel, no capítulo sobre "Turismo, desenvolvimento e meio ambiente" apresenta a evolução do turismo no país e seu custo-benefício em relação aos impactos sobre a natureza. Para isso, a autora analisa um estudo realizado nos municípios de Balneário Camboríu (SC) e Porto Seguro (BA), a partir do modelo do ciclo do produto para o turismo elaborado por Butler (1980).

Iniciando o apartado da cultura, André Luiz Piva de Carvalho e Zulmira Silva Nóbrega, no capítulo "Um caminho possível: cultura como fator de desenvolvimento no alinhamento do turismo à economia da cultura", discorrem sobre a cultura como ferramenta de desenvolvimento no campo do turismo, segundo os parâmetros da economia da cultura. O capítulo contribui para a construção de bases epistemológicas para a área, no qual a cultura ocupa notável centralidade, sendo que no campo mercadológico, paradoxalmente, é setor de domínio do capital internacional, restando às comunidades locais tomar posições mais ousadas no sentido de utilizar suas expressões culturais como recurso, inclusive no enfrentamento das indústrias culturais, particularmente no turismo, com potencial para promover a diversidade cultural, efetivar o desenvolvimento do lugar.

No capítulo "Desenvolvimento e cultura: parâmetros para a reflexão dessa complexa relação", Cláudia Ribeiro Pfeiffer apresenta subsídios para a construção de posicionamentos

teóricos, criteriosos, sobre a necessidade e/ou as possibilidades de desenvolvimento em locais ainda não inseridos, de forma competitiva, nos espaços econômicos globais - ou, em outros termos, em locais nos quais a(s) "cultura"(s) não esteja(m) completamente submetida(s) à lógica capitalista. Analisa essa lógica que produz desigualdades de recursos e de poder, sociabilidades empobrecidas e esgotamento dos recursos naturais. Para a autora, a construção de tais posicionamentos é fundamental para fazer frente ao avanço de estratégias que visam submeter todos os locais e "culturas" à referida lógica – o que pode trazer sérios problemas para aqueles que neles ou sob sua influência vivem.

Em "Tempos sociais acelerados, patrimônio cultural em risco" o autor José Clerton de Oliveira Martins propõe uma reflexão sobre as questões que envolvem a temporalidade social na chamada sociedade contemporânea. A partir dos qualificativos "Sociedade Líquida" como sugere Bauman, "Sociedade Hiperconsumista" na perspectiva de Lipovetsky e "Sociedade Apressada" segundo convoca Beriain, o autor reflete sobre o sujeito desta contemporaneidade, suas possibilidades na apropriação do tempo livre, assim como os reflexos de suas posturas para a identidade cultural local e na preservação dos bens culturais materiais e imateriais.

O foco deste capítulo sobre "Cultura e Desenvolvimento: uma visão crítica dos termos do debate", dos autores Lemuel Dourado Guerra e Jairo Bezerra da Silva, é colocar em discussão alguns pontos constitutivos do debate construído em torno da relação entre cultura e desenvolvimento. A partir de uma discussão inspirada pelos estudos culturais e, de modo subjacente pela linha denominada pós-desenvolvimentista,

os autores analisam como emerge o papel da cultura na retórica desenvolvimentista, apresentando uma breve análise de um exemplo de discurso consagrado sobre a relação focalizada e uma sugestão de pontos para uma agenda de pesquisa, à qual os interessados no tema são convidados a questionar e contribuir.

Na certeza da contribuição deste livro para incentivar o debate sobre as temáticas aqui propostas, agradecermos àquelas instituições e pessoas que contribuíram para a concretização deste livro, em especial a Universidade Estadual da Paraíba.

Os organizadores

Maria Dilma Simões Brasileiro

Julio César Cabrera Medina

Luzia Neide Coriolano

Parte I

Turismo e Desenvolvimento

Re-construcción de la cultura y del espacio turístico

Julio César C. Medina

Introducción

Las teorías sobre el turismo contribuyen a la comprensión y/o explicación del fenómeno del turismo. La **compresión** nos informa de por qué los agentes realizan sus acciones, esto es los fundamentos de las acciones. La **explicación** nos informa de qué es lo que los agentes producen con sus acciones, es decir, el resultado de sus acciones. Sin embargo, como nos advierte Feyerabend (1993), las teorías sociales no pueden ser consideradas una representación fiel de la realidad. Toda investigación científica sobre el turismo se inicia por la definición del objeto de investigación y esto supone elegir algunos aspectos de la realidad y excluir otros. Este acto de categorizar la realidad es un acto de cirugía para

sistematizar el pensamiento (teoría) y los procedimientos para comprenderlos (metodología). Bauman considera que:

> Determinadas entidades pueden ser incluidas en una clase –*hechas una clase*— sólo en la misma proporción en que otras entidades son *excluidas*, apartadas. Invariablemente, semejante operación de inclusión/exclusión es un acto de violencia perpetrado al mundo y requiere el soporte de una cierta coerción" (BAUMAN, 1996, p. 75).

Toda teoría es parcial y provisional, y sólo por cuestiones prácticas y metodológicas damos por concluida en una primera fase de la investigación. Las categorías son **parciales** puesto que recogen parte de la realidad y no la totalidad del fenómeno estudiado. Posteriormente, las categorías deben ser sometidas a prueba mediante la investigación científica, y en este sentido son **provisionales** para ser reformuladas y aplicadas a otros objetos de investigación posteriormente. Es conveniente pues, recordar con Einstein que "el hombre procura formarse una imagen adecuada y fácilmente aprehensible del mundo, con el fin de sobreponerla a la experiencia de la realidad, sustituyéndola hasta cierto grado por ella" (EINSTEIN, 1986, p. 147).

Esta propuesta que aquí presentamos no pretende ser una representación fiel de la realidad, sino una construcción teórica que intentan abordar algunos aspectos de la complejidad del fenómeno del turismo desde una perspectiva constructivista. El constructivismo que defendemos intenta integrar distintas perspectivas que nos permitan analizar la realidad material y

simbólica y sus efectos en la re-construcción cultural y espacial del fenómeno del turismo. Previamente a estas cuestiones, nuestro análisis comienza con una reflexión epistemológica del turismo, para seguidamente abordar el turismo como un conjunto de realidades múltiples donde distintos agentes participan de dicho proceso de re-construcción del turismo.

La complejidad epistémica del fenómeno turístico

El análisis del desarrollo turístico se encuentra condicionado por la representación negativa que este fenómeno social tiene entre los teóricos sociales que teorizan y analizan el desarrollo. La imagen más difundida del turismo es la de un fenómeno de masas, una horda dorada que destruye el medio ambiental, mercantiliza las culturas locales, somete a los trabajadores locales a trabajos denigrantes o mal remunerados y coloniza o destruye el tejido social de las comunidades donde se asienta. Como ya fue expresado por J. Krippendorf (2003) a pesar de que casi todos nosotros viajamos, con mayor o menor frecuencia, sería difícil encontrar personas más criticadas, acusadas, ridiculizadas e insultadas que los turistas. El predominio del paradigma economicista ha sido la una de las causas de la falta de interés académico por abordar el fenómeno del turismo de forma más compleja y la falta de iniciativas políticas que relacionen esta actividad con el desarrollo socio-económico-cultural de las localidades.

El paradigma científico dominante en gran parte del siglo XX destacaba el concepto de trabajo y la producción como elementos centrales, descuidando otras dimensiones de la realidad. El estudio de Weber (1998) sobre la ética

protestante y el espíritu del capitalismo intenta responder a la pregunta: ¿qué fenómenos culturales contribuyeron para que el capitalismo se desarrollase en Occidente y no en otras partes del mundo? La respuesta que Weber ofreció es que los valores morales juegan un papel importante en el proceso del desarrollo socio-económico. A partir de esta obra se inició un profundo debate entre los defensores del materialismo y los defensores del idealismo sobre la compresión y/o explicación del proceso de re-construcción social de la realidad. No obstante, conviene recordar las palabras que encierran el análisis de Weber:

> Nuestra intención no es tampoco sustituir una concepción unilateralmente 'materialista' de la cultura y de la historia por una concepción contraria de unilateral causalismo espiritual. Materialismo y espiritualismo son interpretaciones posibles, pero como trabajo preliminar; si, por el contrario, pretenden constituir el término de la investigación, ambas son igualmente inadecuadas para servir la verdad histórica (WEBER, 1998, p. 226-227).

La finalidad de nuestra propuesta consiste en ofrecer un análisis del fenómeno del turismo desde una **perspectiva constructivista** que integre la dimensión material y la dimensión simbólica de la realidad (BERGER, LUCKMANN, 1994). El turismo es un proceso complejo caracterizado por la continua re-construcción material y simbólica, concretizados por agentes sociales que actúan en contextos sociales estructurados (normas, reglas, etc.), utilizando una diversidad de recursos

a partir de interpretaciones de la realidad que también son socialmente construidas. Para evitar un análisis que sólo contemple una de estas dos dimensiones del turismo, adoptamos el concepto de complejidad expresado por Morin:

> A primera vista la complejidad es un tejido (*complexus*: que está tejido en conjunto) de constituyentes heterogéneos inseparablemente asociados: presenta la paradoja de lo uno y de lo múltiple. Al mirar con más atención, la complejidad es, efectivamente, el tejido de eventos, acciones, interacciones, retroacciones, determinaciones, azares que constituyen nuestro mundo fenoménico (MORIN, 1996, p. 32).

En este sentido, podemos considerar el fenómeno del turismo como una realidad compleja desde un doble punto de vista: por un lado, el turismo está constituido por una complejidad sistémica (diversidad de agentes) y una complejidad fenoménica (diversidad de interpretaciones), que veremos a continuación. Y por otro lado, el turismo presenta una dimensión simbólica expresada en distintas interpretaciones socialmente construidas sobre la realidad material, y a la vez, una dimensión material, en forma de productos sedimentados en los espacios turísticos, que fueron construidos a partir de las interpretaciones de distintos agentes a lo largo de la historia.

Una de las características fundamentales del proceso de re-construcción del turismo es su **complejidad sistémica**, entendida como la sobreabundancia de relaciones y conexiones

entre los elementos de un sistema, de modo que ya no es posible la relación unívoca y lineal entre sus partes. Luhmann (1997) considera que "al aumentar el número de elementos que deben englobarse *en un sistema* o *para un sistema en tanto que su entorno*, muy pronto se alcanza un punto a partir del cual se hace imposible que cada elemento se relacione con todos los demás" (LUHMANN, 1997, p. 68-69). En el fenómeno del turismo, esta complejidad sistémica se puede observa en la diversidad de agentes que participan del proceso: agentes globales como las instituciones internacionales (Unesco, Organización Mundial del Turismo, etc.) instituciones federales, estatales y locales. A modo de ejemplo, la UNESCO normalmente no se relaciona directamente con la población local o con los turistas que visitan una localidad, pero su decisión de catalogar un lugar como Patrimonio de la Humanidad (re-construcción simbólica) puede favorecer el desarrollo turístico, contribuyendo así, en el proceso de construcción del espacio turístico de esa localidad (re-construcción material).

La **complejidad fenoménica** del turismo hace referencia a la diversidad de interpretaciones de los agentes que actúan en una localidad. Los agentes posen un conjunto de significados culturalmente construidos y diferencialmente distribuidos. Los agentes re-construyen su interpretación de la realidad a partir de las acciones realizadas en el pasado y contrastándolas con la situación actual. El conocimiento de cada uno de los agentes sobre la realidad está condicionado por su historia de acciones y por los distintos tipos de conocimiento sobre ella. Además, para construir su interpretación de la realidad, los agentes atribuyen sentidos a

las acciones de otros agentes y a las condiciones del contexto donde actúan. Habermas así lo expresa:

> La complejidad (...) que acosa a los sistemas sociales, no es la complejidad de la realidad sino la del 'mundo' construido por vía de sentido, que genera los propios sistemas sociales como entorno de ellos por la vía de la aprehensión simbólicamente mediada de la complejidad del mundo (HABERMAS, 1996, p. 320).

Los distintos agentes observan la misma realidad, pero construyen interpretaciones diferentes, debido a que ocupan posiciones diferentes. Comprender las interpretaciones de los distintos agentes, y de las posibles diferencias de interpretación en el interior de cada uno de estos agentes es de vital importancia para analizar el turismo de forma compleja. Por ejemplo, dentro de la categoría instituciones públicas, podemos encontrar instancias que defienden la conservación de la estructura urbana y/o de las tradiciones culturales, así como aquellas que defienden la necesidad de modificar las estructuras urbanas y promover el desarrollo económico y la interacción cultural para el desarrollo turístico.

El proceso de re-construcción del turismo requiere de una profunda reflexión epistemológica que no es posible desarrollar aquí, pues no es el objetivo de este ensayo (MEDINA, 2005). No obstante, y de forma sintética, hemos destacado que la realidad social, y por extensión el fenómeno del turismo, es una realidad compleja que presenta una dimensión material/ simbólica y una complejidad sistémica/fenoménica.

El turismo como conjunto de realidades múltiples

El turismo es un conjunto de **realidades múltiples**, producto de las acciones de agentes que participaron en el pasado y de agentes que participan en el presente en la re-construcción del fenómeno turístico. El concepto de re-construcción aquí utilizado se refiere tanto a los resultados concretos de las acciones (explicación) como a los fundamentos simbólicos de las acciones (comprensión). Los productos materiales y simbólicos construidos por el turismo son resultado da las acciones de múltiples agentes que no necesariamente obedecen a un plano predeterminado de actuación conjunta. Los distintos **agentes** participan de forma diferenciada en función de los recursos culturales y materiales disponibles y, también, en función de los distintos **contextos** en los que actúan. Santos (2007) considera que el espacio social hay que entenderlo como una unidad o totalidad que se transforma de acuerdo a los cambios de la sociedad, por una diversidad de agentes en escalas diferentes:

> La producción del espacio es el resultado de múltiples determinaciones, cuyo origen se sitúa en niveles diferentes y escalas variables, yendo del simple lugar a la dimensión internacional. (SANTOS, 2007, p. 58-59).

Para entender la cuestión de las realidades múltiples ya nos hemos referido al efecto que la UNESCO puede tener en una localidad específica. Volviendo a tomar este ejemplo, desde el punto de vista del espacio físico objeto de intervención, la UNESCO y las instituciones públicas locales actúan sobre

el mismo espacio. Sin embargo, no es el mismo espacio desde el punto de vista del significado atribuida al espacio, ni de los recursos que cada uno posee para modificarlo. Las instituciones públicas locales se encuentra situadas en el espacio y la UNESCO interfiere en este espacio sin estar situado en el mismo. Así, el turismo es un conjunto de **agentes** que tienen distintas **interpretaciones** de la realidad, que poseen diferentes **recursos** y que están **situados** en distintas parcelas de la realidad que forman la unidad. Esto es lo que Morin denomina la paradoja de lo uno y lo múltiple (MORIN, 1996).

Los agentes que participan del proceso de re-construcción del turismo tienen un conocimiento limitado, a partir del cual representan su realidad y ejecutan sus acciones. Esta cuestión es importante, para evitar depositar exceso de expectativas en planes y programas de desarrollo que no abordan una perspectiva compleja para comprender e intervenir en el turismo. March y Simon (1993) consideran que los diferentes actores presentan una **racionalidad limitada** de la realidad, es decir, escogen sus comportamientos según sus visiones parciales y simplificadas. Estos autores afirmarán que:

> Debido a los límites de las capacidades humanas en comparación con las complejidades de los problemas que se presentan a los individuos y las organizaciones, un comportamiento racional requiere modelos simplificados que capten los aspectos principales de un problema sin captar todas sus complejidades. (MARCH & SIMON, 1993, p. 379).

Comprender el proceso de re-construcción del turismo requiere incorporar la interpretación de los distintos agentes, sus marcos de referencias, sus objetivos, las estrategias elaboradas y las acciones realizadas, esto es, comprender la racionalidad limitada de cada uno de ellos. Así, la elaboración de un plan de desarrollo turístico requiere incluir la mayor información posible en el diagnóstico de la realidad para trazar las estrategias, programas, proyectos e intervenciones específicas. Las interpretaciones de los distintos agentes son un elemento clave y debe ser incluido en dicho diagnóstico. Sin embargo, esto no significa que la representación social de cada uno de los agentes puedan ser consideradas estáticas. La realidad social es **procesual,** debido a que los agentes son reflexivos, modificando sus interpretaciones de la realidad y, consecuentemente, sus acciones. S. Lash considera que la **reflexividad** puede ser entendida de dos formas:

> La primera es que existe una reflexividad *estructural* en la que la agencia, liberada de las constricciones de la estructura social, reflexiona las 'reglas' y 'recursos' de tal estructura; reflexiona sobre las condiciones sociales de existencia de la agencia. La segunda es que existe una *auto-reflexividad* en la que la agencia reflexiona sobre sí misma. (LASH, 1996, p. 143-144).

De esta forma, entendemos que los agentes que participan de un proceso de desarrollo turístico reflexionan sobre el contexto, los recursos, normas y reglas que delimitan sus acciones; como también reflexionan sobre sus marcos

de referencias para el análisis del contexto, a partir de las interpretaciones que hacen de las estrategias de los otros agentes, re-defiendo su representación del contexto y re-definiendo sus estrategias y objetivos. Este carácter reflexivo de la realidad nos permite analizar el carácter dinámico, los cambios en el contexto y los cambios en las interpretaciones del contexto de cada uno de los agentes, en una unidad mayor caracterizada por ser una realidad múltiple.

El turismo y la re-construcción simbólica de la cultura

El proceso de colonización de occidente en el siglo XIX, originó un proceso de hibridación cultural en un doble sentido: de un lado, el éxodo rural que no encontró trabajo en las ciudades europeas provoco la inmigración hacia las colonias produciendo el proceso de occidentalización del mundo (HOSBAWM, 2005). Por otro lado, el tráfico de esclavos procedente de África hacia América y Europa originó una africanización en las regiones receptoras de esclavos, dándose un proceso de hibridación cultura entre nativos, europeos y africanos. Ahora bien, si estos procesos migratorios significaron una importante transformación cultural en las metrópolis y en las colonias del siglo XIX, ¿cuál es el efecto del turismo sobre el proceso de hibridación cultural en la actualidad?

El proceso de globalización se extiende en el **tiempo** desde la época de las grandes navegaciones, como sostiene Wallerstein (2002), y se extiende también en el **espacio,** a partir de las redes de la información como defiende Castells (2005). Pero también, adquiere una alta densidad,

transformando las culturas nacionales, por efecto de los espacios sociales transnacionales como afirma Beck (1999). La globalización no es una novedad de inicios del siglo XXI y produce profundas transformaciones espaciales y culturales en las localidades. Nada mejor que recordar las palabras de Marx (1977) para sintetizar estos procesos:

> Ya no reina aquel mercado local y nacional que se bastaba a satisfacer a sí mismo y donde no entraba nada de fuera; a hora, la red del comercio es universal y en ella entran, unidas por vínculos de interdependencia, todas las naciones. Y lo que acontece con la producción material, acontece también con la del espíritu. Los productos espirituales de las diferentes naciones vienen a formar un acervo común. Las limitaciones y peculiaridades del carácter nacional van pasando a un segundo plano, y las literaturas locales y nacionales confluyen todas en una literatura universal. (MARX, 1977, p. 27).

En la sociedad postindustrial de la actualidad, el turismo adquiere una importancia fundamental, tanto desde el punto cuantitativo, (número de recursos humanos, financieros infraestructura y de desplazamientos de turistas) como desde el punto de vista cualitativo, al revalorizar simbólicamente algunos espacios urbanos, espacios naturales, edificios emblemáticos, monumentos y/o prácticas socio-culturales (MEDINA, 2009). Desde el punto de la re-construcción simbólica se producen dos consecuencias importantes: de un lado, una re-construcción de la historia local para ser ofrecidos

como productos turísticos, sea en forma de patrimonio arquitectónico, o sea en forma de rituales/costumbres que son redefinidos en las localidades. Por otro lado, esta re-definición de los elementos emblemáticos de la historia local afecta a la re-definición de las identidades locales como sostenemos a continuación.

La globalización significa un proceso de homogenización y, al mismo tiempo, un proceso de heterogenización cultural (FEATHERSTONE, 1996). Para este autor, el mundo no está viviendo un empobrecimiento cultural, una reducción de los recursos culturales, sino que, y simultáneamente, los medios de comunicación y las nuevas tecnologías de la comunicación favorecen el intercambio cultural. La forma en que las localidades se adaptan a estos procesos es de mayor complejidad de la apuntada por los defensores de la homogenización cultural. Como ejemplo, este autor expone que los Inuit de Alaska reciben turistas para participar de su vida tribal, bajo supervisión de agencias institucionales. Los recursos económicos obtenidos son usados para comprar equipamientos (rifles y municiones) y mantener su vida de cazadores parcialmente modernizada y vendida a segmentos específicos de turistas. En palabras de Featherstone: los Inuit "están en situación de poseer recursos de poder suficiente para manipular las fronteras de su comunidad para sus propios fines y mantener su identidad cultural" (FEATHERSTONE, 1996, p. 33).

El turismo contribuye a la re-construcción de las identidades culturales de forma compleja. Para entender mejor este proceso podemos utilizar la tipología ofrecida por Hall (2006) para el análisis del proceso de globalización

sobre las identidades: por un lado, se produce un proceso de ***desintegración*** de algunos elementos de la cultura; por otro lado, un proceso de ***reforzamiento*** de otros elementos, como forma de resistencia a los procesos globales. Y por último, un proceso de ***hibridación*** o combinación de elementos culturales que dan origen nuevas formas culturales. En el caso del turismo, podemos analizar cómo algunos elementos de las culturas son desintegrados por el efecto de determinado tipo de turismo como, por ejemplo, el turismo de masa (BOYER, 2003; KRIPPENDORF, 2003). Otros elementos culturales son reforzados y revitalizados para entrar en el abanico de productos culturales ofrecidos al turismo por efecto del turismo cultural (HARVEY, 2006). Por último, otros elementos culturales son refundidos o hibridados por efecto de la interacción entre los turistas y los residentes (CANCLINI, 2006; HIERNAUX, 2000).

El turismo no solo consume espacios naturales (sol y playa, montaña, nieve, etc.). o espacios urbanos, sino que también consume **tiempos históricos**. El espacio construido es un resumen de la historia pasada que puede ser visitado en el presente. Según Bauman (2002), asistimos a una época de *re*-ciclaje, donde nada parece morir del todo y todo es *re*-inventado, *re*-pensado y *re*-ciclado, para ser *re*-introducido como tradicional. Ante los cambios de los marcos de referencia culturales en la sociedad post-moderna, el turismo cultural participa del proceso de re-construcción de la realidad local, al demandar espacios de alto contenido histórico-simbólico. A su vez, agentes locales defienden el patrimonio histórico como forma de reforzar la **identidad local** frente al proceso de globalización cultural. Lo que puede ser entendido como un proceso de mercantilización de la cultura y de la historia

para uso turístico (HARVEY, 2006) puede significar también un proceso de re-construcción y fortalecimiento de las identidades. Los agentes locales entablan una lucha por la definición de lo que debe ser preservado, por la re-construcción y preservación de la historia, en definitiva, por la re-construcción de los elementos esenciales de su identidad histórica por efecto del fenómeno del turismo.

El turismo y la re-construcción material del espacio

El proceso de re-construcción material del espacio turístico puede ser entendido a partir de los conceptos de **sistema de lugares funcionales** y **grupo geográfico-sociales de comportamiento**. El análisis los lugares funcionales nos permite explicar/comprender cómo se estructura el espacio para satisfacer las necesidades sociales, como se producen cambios en la forma de uso del territorio y, específicamente, los usos turísticos. Para Maier (1987) un sistema espacial está formado por el conjunto de todas las informaciones existente sobre el espacio social. Estas informaciones son organizadas por criterios de **preferencia espaciales** de los distintos agentes que motivaran las decisiones y sus comportamientos. Las preferencias espaciales se manifestarán a través las **actividades de trascendencia espacial,** en el marco de las funciones fundamentales (vivienda, abastecimiento, trabajo, educación y ocio). La concentración espacial de estas funciones determinará la estructura socio-espacial en forma de **lugares funcionales**. Por último, los cambios en las preferencias y las actividades de transcendencia espacial producen **cambios** en el sistema de lugares funcionales.

Lefebvre (1976) propone analizar el espacio a partir de dos categorías que superen las limitaciones del funcionalismo urbanístico y que adaptamos para analizar el uso turístico del espacio: en primer lugar, el espacio es **multi-funcional**, o sea, un mismo espacio puede satisfacer varias necesidades y desempeñar distintas funciones. Por ejemplo, el turismo cultural puede utilizar espacios, que dentro del sistema de lugares funcionales, obedecen a otras funciones sociales para la comunidad residente. En este sentido seria un espacio multi-funcional, es decir, espacio comercial de día, bares y restaurantes de noche, etc. En segundo lugar, el espacio es **trans-funcional**, esto es, el espacio social es soporte de una o varias funciones sociales, pero también puede ser analizado como espacio donde se desarrollan actividades afectivas, relacionales y lúdicas de la sociedad. Por ejemplo, podemos considera un espacio determinado como lugar funcional de ocio por la concentración de actividades de este tipo. Ahora bien, las actividades de ocio pueden ser consideradas una forma de reforzar las relaciones sociales, la identidad local, las prácticas de convivencialidad (ILLICH, 1974), de solidaridad, de ayuda mutua, o como define Maffesoli (1990) "estar juntos sin ocupación", sin intereses instrumentales que definan la interacción, pero que no por eso dejan de tener consecuencias en la re-construcción del espacio.

El proceso de re-construcción del espacio turístico es realizado por **agentes** que realizan actividades de trascendencia espacial. Entenderemos las actividades de transcendencia espacial turísticas como aquellas actividades que afectan a la re-construcción del espacio de uso turístico de forma efectiva.

Así, entenderemos como agentes, los grupos geográfico-sociales de comportamiento, de la siguiente forma:

> Cuando un cierto número de hombres se hallan en una situación social comparable y, de acuerdo con ello, desarrollan modos de comportamiento con una influencia similar en los procesos y estructuras espaciales, entonces se puede incluir a estos hombres en el mismo 'grupo geográfico-social de comportamiento' (MAIER, 1987, p. 36-54).

De esta forma, podemos establecer una relación entre la complejidad sistémica de los lugares funcionales, con la complejidad fenoménica de los distintos agentes que participan en la re-construcción espacial de uso turístico. Es decir, debemos especificar características comunes que definan a los distintos agentes, así como determinar las preferencias espaciales, actividades de transcendencia espaciales y los resultados de las acciones de cada uno de estos agentes, en la re-construcción de lugares funcionales de uso turístico. Como ya hemos indicado con anterioridad, podemos identificar como agentes a las instituciones internacionales, instituciones públicas, empresas, movimientos sociales, residentes y turistas. Ahora bien, para cada objeto de investigación concreto debemos determinar esa 'situación social comparable' y eses 'modos de comportamiento' que los identifiquen como grupos geográfico-sociales de comportamiento, como sugiere Maier (1987). Para comprender esta cuestión proponemos,

analizar los agentes y sus modos de comportamientos en centros urbanos históricos (PABLOS; MEDINA: 2004):

1. Algunos movimientos sociales tienen como objetivo esencial la preservación del patrimonio y realizan acciones para delimitar simbólicamente lo que debe y no debe ser conservado, lo que podemos clasificar como **lógica conservacionista**. A su vez, otros movimientos sociales instaban a las instituciones públicas a desarrollar planes y programas de conservación, con el mayor grado de participación posible, dentro de una lógica que hemos denominado de **lógica de la participación**.
2. Las instituciones públicas realizan planes y programas que deben estar ajustadas a las normas legales dentro de la **lógica burocrática**. Algunas de las iniciativas políticas tuvieron éxito y fomentaron la inversión de empresas vinculadas al turismo, que actuarán con la finalidad de obtención de lucro, que hemos llamado de **lógica mercantil**.
3. El aumento de la actividad turística fomenta la interacción entre los distintos tipos de residentes, especialmente con aquellos que trabajan en el sector turístico, provocando la **lógica del encuentro** entre ellos. Mientras tanto, dentro del grupo de residentes podemos encontrar otros grupos que rechazan la interacción con los turistas, produciendo la **lógica del des-encuentro.**
4. Por efecto del uso turístico multi-funcionalidad del espacio, algunos residentes mudaron sus preferencias socio-espaciales en relación a la residencia y/o en relación a los espacios de ocio (trans-funcionalidad)

y modificaron sus actividades de transcendencia espacial. Estos cambios en las preferencia y en las acciones de transcendencia espacial se concretizaron en cambios en el sistema de lugares funcionales.

5. En resume, el análisis del fenómeno del turismo necesita incorporar el mayor grado de complejidad posible para cada objeto y para cada investigación específica e identificar las formas de participación en la re-construcción del espacio turístico para cada agente.

El espacio turístico es el resultado de las distintas lógicas y de las **relaciones de cooperación y de conflicto** de los agentes que participan en la re-construcción del espacio (CORIOLANO, 2005). En la teoría funcionalista clásica, el conflicto es considerado como disfuncional o patológico, al considerar que es resultado del deterioro de las normas y reglas existentes. En formulaciones más avanzadas del funcionalismo, como Darhendorf (1979), el conflicto presenta un carácter funcional, al fortalecer la integración de los individuos que pertenecen a un colectivo y se definen en oposición a otro grupo. Además, la sociedad actual se caracteriza por la institucionalización del conflicto, motivado por la necesidad que sienten los agentes de resolver problemas de cooperación y de acción conjunta, como puede ser el desarrollo de un plan de desarrollo turístico.

Por su parte, el materialismo histórico ha considerado el conflicto como elemento integrante y organizador de la sociedad, en el sentido de contribuir en el proceso de re-construcción de la sociedad. El conflicto no sólo no es dis-funcional, sino que es una dinámica esencial para la comprensión del fenómeno del turismo. El conflicto pude

ser considerado como el antagonismo entre varios agentes con intereses contrarios, en cuanto a la posesión de **recursos** materiales y/o simbólicos, en el proceso de re-construcción del espacio turístico.

El análisis de los recursos turísticos, frecuentemente se dirige hacia la definición de los recursos naturales, históricos-culturales, manifestaciones populares u otros. Si bien esta clasificación puede resultar útil para la planificación del turismo, precisamos de una visión más compleja del concepto de recursos y encuadrarla dentro de las relaciones de poder que actúan en el proceso de re-construcción del espacio turístico. El análisis de los recursos ha de ser considerado por su **especificidad**, esto es, debe ser concretado sobre el campo de investigación, al tiempo que debe ser considerado en su carácter **relacional**.

Los recursos tienen carácter relacional, en el sentido de que los agentes y los recursos se encuentran en un continuo proceso de re-definición. Los **recursos** no están dotados de intencionalidad ni de finalidad por sí mismas, sino que son dotadas de estas cualidades por efecto de la interacción social de los diferentes agentes en estructuras sociales, o lo que es lo mismo por su carácter **relacional y conflictivo**. Giddens (2009) sostiene que el poder presupone relaciones de autonomía y de dependencia entre actores en contexto de interacción:

> Todas las formas de dependencia ofrecen algunos recursos por medios de los cuales aquellos que son subordinados pueden influir en las actividades de sus superiores. Es eso que llamo de dialéctica del control en sistemas sociales (GIDDENS, 2009, p. 19).

Los agentes consideran los recursos como instrumentos para el desarrollo de acciones de transcendencia espacial. El análisis de estas acciones debe ser realizado conjuntamente con el análisis de los recursos puestos en juego. La cuestión esencial es que debemos diferenciar los **recursos fundamentales,** que están en el centro de las relaciones de conflicto y/o cooperación, de los **recursos diferenciales**, esto es, aquellos que permiten establecer diferencia entre unos agentes y otros, debido a la posibilidad que tiene de otorgarle un uso diferenciado y no controlado por los otros agentes. En este sentido, podemos diferenciar los recursos de las instituciones públicas de planificar e construir espacios de uso turístico, del uso que hacen los residentes y/o turistas, que pueden ser distintos a los planificados, según esa dialéctica del control sugerida por Giddens (2009).

Los medios o recursos para la realización de actividades de transcendencia espacial están determinados por las distintas lógicas de cada uno de los agentes. Así considerada, la disponibilidad de recurso es a priori infinita. Pablos y colaboradores (1999) consideran que "cualquier cosa que pueda utilizarse con carácter instrumental es un recurso" (PABLOS, et. al. 1999, p. 62). Conviene precisar que nos referimos a 'cualquier cosa', de la misma forma como lo emplea I. Illich, para referirse a herramientas:

> Claramente yo empleo el término *herramienta* en el sentido más amplio posible, como instrumento o como medio, independientemente de ser producto de la actividad fabricadora, organizadora o racionalizante del hombre, (...) es decir, para ser puesto al servicio de una intencionalidad (ILLICH, 1974, p. 41).

Un **grupo geográfico-social de comportamiento** es un agente cuando dispone de recursos. Un elemento material o simbólico es un recurso cuando un agente lo utiliza para desarrollar actividades de transcendencia espacial. El fenómeno del turismo es un conjunto de realidades múltiples en la cual la diversidad de agentes no necesariamente se relaciona con todos los otros agentes y cada uno de ellos realiza una atribución de sentido diferente sobre los recursos disponibles. De esta forma, necesitamos especificar los recursos **fundamentales**, los recursos **diferenciales** que está siendo disputado y los agentes que desarrollan actividades de transcendencia espacial para cada parcela de actividad de forma específica y de modo relacional. Así, podemos percibir que los recursos utilizados por las instituciones internacionales, las instituciones políticas, los movimientos sociales, los empresarios, los residentes y los turistas no sólo son de naturaleza distinta, sino que son utilizados en parcelas distintas de la realidad, de acuerdo con la racionalidad limitada, la reflexividad estructural y autoreflexividad de cada uno de los agentes.

Consideraciones finales

En este capítulo hemos expuesto algunas reflexiones para analizar el turismo en la sociedad contemporánea de forma que evite el análisis unidimensional. El turismo es un fenómeno complejo que contribuye a la re-construcción de la sociedad, a partir de las acciones de los agentes que construyen las formas espaciales (dimensión material) y las identidades locales (dimensión simbólica). La diversidad de agentes (complejidad sistémica) construyen la realidad

desde distintas interpretaciones (complejidad fenoménica), estableciendo relaciones de cooperación y conflicto en relación a los distintos recursos existentes.

Los agentes realizan sus actividades de transcendencia espacial en distintas parcelas de la realidad (realidades múltiples), con interpretaciones y recursos diferenciados. Entender las lógicas de cada uno de los agentes (racionalidad limitada) es de vital importancia para la comprensión del fenómeno del turismo. Las distintas formas de interpretar la realidad orientan las preferencias espaciales y las acciones de transcendencia espacial. El espacio turístico construido es el resultado de las acciones de todos los agentes que es diferente a la intencionalidad de cada uno de ellos analizados aisladamente.

El sistema de lugares funcionales de uso turístico tiene que ser entendido como un sistema dinámico, en el que los agentes participan en contextos estructurados y reflexivos. Los agentes son reflexivos, tanto sobre las reglas y recursos, como sobre los otros agentes y su propia posición en el contexto de la acción. Esta reflexividad impide que el análisis de la re-construcción material y simbólica del turismo pueda ofrecer una conclusión definitiva, dado que continuamente recurso, reglas y agentes se encuentran en un proceso de re-definición constante debido al carácter relacional de dicho fenómeno.

La aplicación de esta reflexión requiere un proceso de traducción en cada realidad turística de forma específica, debido al carácter dinámico de la sociedad y de la teoría social. La finalidad es ofrecer una visión más compleja de la realidad integrando autores de diferentes disciplinas académicas

(antropología, filosofía, geografía, historia, sociología y turismo) que ofrecen distintas formas de analizar el turismo. En definitiva, el trabajo de los investigadores del turismo participa del proceso de re-construcción del fenómeno del turismo aportando una interpretación que debe ser relacional y reflexiva.

Referencias

BAUMAN, Zygmunt. **La cultura como praxis.** Barcelona: Paidós, 2002.

BAUMAN, Zygmunt. Modernidad y ambivalencia. IN: BERIAN, Josetxo (Comp.). **Las consecuencias perversas de la modernidad**. Barcelona: Anthropos, 1996.

BECK, Ulrich. **O que é globalização.** Equivocos do globalismo, respostas à globalização. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

BERGUER, Peter, LUCKMANN, Thomas. **La construcción social de la realidad**, Madrid: Amorrortu, 1994.

CANCLINI, Nestor. **Culturas híbridas.** Estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: EDUSP, 2006.

CASTELLS, Manuel. **La era de información**. La sociedad red. Madrid: Alianza Editorial, 2005.

CORIOLANO, Luiza Neide. **Turismo e geografía**. Abordagens Críticas. Fortaleza: Editora Universidade de Ceará, 2005.

DAHRENDORF, Ralf. **Las clases sociales y sus conflictos en la sociedad industrial**. Madrid: Rialp, 1979.

EINSTEIN, Albert. **Mi visión del mundo.** Barcelona: Tusquet, 1986.

FEATHERSTONE, Michael. Localismo, globalismo e identidade cultural. **Revista Sociedade e Cultura**, v. 11, n. 1, Janeiro/Junho, 1996.

FEYERABEND Paul. **Contra el método.** Hacia una teoría anarquista del conocimiento. Barcelona: Planeta Agostini, 1993.

GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

HABERMAS, Jünger. **La lógica de las ciencias sociales**. Madrid: Tecnos, 1996.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

HARVEY, David. **A construção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2006.

HIERNAUX, Daniel. La fuerza de lo efímero. Apuntes para la construcción de la vida cotidiana en el turismo. IN: LINDON, Alicia: **La vida cotidiana y su espacio-temporalidad**. Barcelona: Anthropos, 2000.

HOSBAWN, Eric. **A era dos impérios. 1875-1947**. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

ILLICH, Ivan. **La convivencialidad**. Barcelona: Barral, 1974.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do Turismo**. São Paulo: Aleph, 2003.

LASH, Scott. La reflexividad e sus dobles: estructura, estética, comunidad. IN: BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott: **Modernidad reflexiva.** Política, tradición y estética en el orden social moderno. Madrid: Alianza, 1994.

LEFEBVRE, Henri. **Espacio y política.** El derecho a la ciudad II. Barcelona: Península, 1976.

LUHMANN, Niklas. **Sociedad y sistema**. La ambición de la teoría. Barcelona: Paidós, 1997.

MARCH, J. G.; SIMON, H.A. Los límites cognitivos de la racionalidad. IN: RAMIÓ, Carles; BALLART, Xavier, **Lecturas de teoría de la organización**. Madrid: Ministerio para las Administraciones Públicas, 1993.

MAIER, Jörg; PAESLER, Reinhard; RUPPERT, Karl; SCHAFFER, Franz. **Geografía social**. Madrid: Rialp, 1987.

MARX, Karl. ENGELS, Federic. **El manifiesto comunista**. Madrid: Editorial Ayuso, 1977.

BOYER, Marc. **História do turismo de massas**. Bauru-São Paulo: EDUSC, 2003.

MEDINA, Julio César. **Re-construcción material y simbólica del espacio urbano**: el Albayzín de Granada,

Patrimonio de la Humanidad. Granada: Editora de la Universidad de Granada, 2009.

MEDINA, Julio César. “Circularidad dialógica entre los significados y los números”, IN: DINIZ, Ariosvaldo; BRASILEIRO, Maria Dilma; LATIESA, Margarita (**Org.**). **Cartografias das novas investigações em sociologia**. João Pessoa: EDU-UFPB/Manufatura, 2005.

MORIN, Edgar. **Introducción al pensamiento complejo.** Barcelona: Gedisa, 1996.

PABLOS, Juan Carlos; Pascual, Nuria; Gómez, Yago. El domino de lo cotidiano: la búsqueda de la calidad de vida, **Revista Española de Investigaciones Sociológicas**, Madrid, n. 86, abril-junio, 1999.

PABLOS, Juan Carlos de; MEDINA, Julio César. Las lógicas del turismo: del consumo a la construcción de la sociedad. IN: BLANQUER, David: **Turismo cultural y urbano**. Valencia (España): Tirant lo Blanch, 2004.

SANTOS, Milton. **Pensando o Espaço do Homen.** São Paulo: Editora EDUSP, 2007.

WALLERSTEIN, Inmanuel. A estruturação capitalista e o sistema-mundo, IN: GENTILI, Paulo (org.), **Globalização excludente.** Desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial. Petrópolis: RJ. Vozes, 2002.

WEBER, Max. **La ética protestante y el espíritu del capitalismo.** Madrid: Albor, 1998

Discursos e concepções teóricas do desenvolvimento e perspectivas do turismo como indução

Luzia Neide Coriolano
Carlos Alberto Cioce Sampaio

Introdução

Este texto tem em foco a discussão do conceito de desenvolvimento construído depois da Segunda Guerra Mundial, com o colapso de países colonizadores, quando os Estados Unidos emergem como potência industrial, frente aos demais países e têm seu desenvolvimento como parâmetro mundial. Nesse momento, as relações Norte e Sul se estabelecem por instâncias de poder, com terminologia países desenvolvido e subdesenvolvido, definida em relação de dominação. Diz-se período associado à era do desenvolvimento, com mais de 70 anos; nos quais, admite-se que países pobres tivessem que percorrer caminhos com receituários para alcançar o suposto

patamar do desenvolvimento. Pouco se acredita que haja predisposição de países ricos e desenvolvidos à colaboração com processos de desenvolvimento sem onerar os países subdesenvolvidos. O que leva à admissão do conceito de desenvolvimento subjetivo, polissêmico de difícil acepção.

O desenvolvimento dos países ocidentais orientado pelo capitalismo exacerbado volta-se para acumulação de riqueza, competitividade, automação, substituição de trabalhadores, mercados livres, terceirizações, fluxos de megaempresas multinacionais, do mundo desenvolvido para o subdesenvolvido, em processo de produção flexível que explora territórios e força de trabalho, desencadeia guerras, crises, recessões e conflitos à medida que amplia as desigualdades mundiais. Desenvolvimento que torna o "mundo plano" na concepção de Friedman (2009), porque nesse contexto não se precisa saber se o Uruguai é o Uruguai, basta que o associe à companhia de *software* da Índia, à *Tata Consulting Services* a maior empresa de terceirizações na América Latina, ou nas palavras de Max-Neff (In SAMPAIO, 2005) "teremos que ler placas para saber em que lugar se está, pois tudo vai ser tão igual que se terá dificuldade de saber onde se está".

O consumismo nas sociedades contemporâneas esgota os recursos naturais do planeta ameaçado, explorando-os da superfície ao subsolo, inclusive marinhos, tidos como matéria- prima a ser transformada em produto ou bem econômico. A sociedade global, segregada pela expansão de corporações e fusão de pequenas economias, crises financeiras, leva países, até então considerados ricos, à falência, ao predomínio das comunicações virtuais sobre as pessoais, anula direitos sociais historicamente conquistados, identificando mais o desenvolvimento ao mau desenvolvimento.

Discursos políticos e teorias científicas explicam o processo de desenvolvimento. Teorias são conhecimentos construídos com base no rigor da pesquisa para mediar explicações de dado fenômeno, em categorias de análises e conceitos que ajudam a explicar a realidade investigada. Diz Lefebvre (1983, p. 217) que "a aparência e o fenômeno são, simultaneamente, um momento da essência e um momento da reflexão. A essência é apreendida na "aparência" e é aí que a reflexão a busca e a encontra pela pesquisa". As intenções conduzem políticas, ações e práticas sociais e pontos de vista e assim se elaboram os discursos do desenvolvimento. Estado, empresários, cientistas e sujeitos sociais formulam discursos, políticos ou científicos. Produzem-se discursos de controle de situações da sociedade e dos próprios sujeitos e, segundo Geraldi (2003), se há necessidade de controle, é que há descontroles. Também se atribui a necessidade do controle à emergência de conflitos e à realidade de dominação produzida pelo modo de promover o desenvolvimento. Daí a necessidade de identificação dos discursos e de quem discursa, entender discursos desenvolvimentistas e críticos, de se saber onde surgem e a qual instituição pertencem. Que resultados produzem? Que teses defendem? Quais as contradições inseridas neles e nas ações políticas realizadas em nome do desenvolvimento. Os discursos não são únicos, embora ideologias tentem aproximá-los.

As ideologias são discursos para esconder, justificar e enganar, mas as teorias científicas são discursos que se propõem a desvendar, compreender e revelar o objeto estudado. As teorias não são mero discurso, por que precisam ser comprovadas pelo rigor da pesquisa, não o havendo, embora se anuncie como teoria científica, não passa de ideologia. E há ideologias a favor e contra, de direita e de esquerda.

O discurso em torno do desenvolvimento é um repertório polêmico, no qual o referente é disputado pelos interessados. Essência e aparência, coisa e fenômeno, desse modo "convertem-se incessantemente um no outro; e isso ocorre na realidade, no pensamento, na prática, que sempre atinge novas coisas em si e as obriga a manifestarem-se para nós" (LEFEBVRE, 1983, p.219).

O discurso revela representações e ideologias permeadas pela linguagem que são também temporais. "Tudo que é ideológico possui significado e remete a algo situado fora de si mesmo, tudo que é ideológico é um signo" (BAKHTIN, 2002, p. 31). Na explicação do desenvolvimento, assim como de outras realidades, repete-se de forma ideológica, o que se pensa. As palavras carregam sentido em si - cognitivo - mas também dependem do contexto em que se inscrevem - denotativo. Por isso, na linguagem, palavras iguais podem ter significados diferentes, pois se inscrevem em formações discursivas dessemelhantes. Isso explica por que o desenvolvimento possui distintos significados. Para Foucault (1999), o discurso é o espaço em que poder e saber se articulam, pois quem fala, fala de algum lugar, em face de direito reconhecido institucionalmente. Geraldi (2003), Bakhtin (2002), Orlandi (2000) entendem o discurso como a palavra em movimento e a mediação necessária entre o homem e a realidade.

Cientistas sociais veem o desenvolvimento com restrições e apontam caminhos para políticas de desenvolvimento. O subdesenvolvimento é considerado, em algumas teorias, como estado de subordinação e discriminação, descolado do desenvolvimento, isso é teoria ou discurso ideológico? Mas, ainda assim, são conceitos que guardam grandes significados e influem na forma de pensar e agir de governos, políticos,

empresários e pessoas. As teorias, inseridas no contexto da modernidade, têm abordagens diferenciadas, tais como evolucionista, reformista, burguesa, conservadora, consensual ou crítica. Assim, o que primeiro se tem a fazer à leitura da teoria, é identificar as proposições, supostos, fundamentos metodológicos para identificá-las positivistas, sistêmicas, funcionalistas, defensoras da neutralidade, de matrizes e modelos a serem copiados, que admitem fases e etapas, ou se teorias fundadas no materialismo histórico que evita dicotomias, analisa de forma contextual, identifica conflitos e contradições e entende o fenômeno estudado, no caso, o desenvolvimento como totalidade.

Uma leitura sobre as Teorias de Desenvolvimento Econômico

Uma das teorias mais discutidas para explicação do tema é a Teoria das Etapas do Desenvolvimento Econômico, postulada por W. W. Rostow, na década de 1960. Para o teórico, desenvolvimento é o crescimento econômico, alcançado em estágios sucessivos quando os países vencem fases e etapas para chegar ao desenvolvimento, e não há outro caminho: mais ou menos dias, todos chegarão a esse patamar. Aos teóricos críticos incomoda-os a linearidade e o determinismo inerente à explicação. O subdesenvolvimento é o ponto de partida, o que supõe que o subdesenvolvimento é o ponto zero, caminho percorrido, em termos históricos, pelos países desenvolvidos, o que não é aceitável. Rostow acredita ter encontrado o caminho para o desenvolvimento: os países aplicam capital de suas acumulações primitivas na indústria, atividade-chave do desenvolvimento, pois país industrializado é igual a país

desenvolvido. Sem a acumulação primitiva, poupa, se não o faz, recorre à ajuda externa, contraindo empréstimo no Fundo Monetário Internacional – FMI - para viabilizar a industrialização: sem indústria, não há desenvolvimento. O economista mostra que precisa dar-se a passagem da fase tradicional agrícola à industrial, aproveitando pré-condições que dão suporte à industrialização ou ao arranco - *take off* - para o desenvolvimento. O processo se estabiliza com a convergência dos setores produtivos e o consumo de massa, quando os países passam a desenvolvidos. Havendo crescimento econômico, o país será desenvolvido (ROSTOW, 1978).

Acredita-se no crescimento econômico por etapas, o Brasil, por exemplo, venceu muitas fases e define-se como país em desenvolvimento, emergente, quiçá desenvolvido. Muitos são os critérios de indicação de país desenvolvido, o mais usado pelos economistas clássicos é o Produto Interno Bruto - PIB. Segundo o Jornal O Globo (26/02/2012), o "PIB do Brasil ultrapassou o do Reino Unido e se torna a sexta economia do mundo, mas a Nação levará 20 anos para alcançar o padrão de vida europeu". O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD – a respeito do Índice de Desenvolvimento Humano - IDH- mostra que ainda existe abismo separando o Brasil dos países desenvolvidos, como Reino Unido em 28º e o Brasil ocupando a 84ª do ranking com 187 países avaliados. E quando se levam em conta as desigualdades, o país perde mais posição, ocupando a 97ª no ranking (PNUD, 2012). Para os críticos, ao relacionar os resultados do PIB com o índice de desenvolvimento humano, verifica-se que o crescimento não se desdobra em bem-estar social e, assim, não é indicador seguro de desenvolvimento. Rostow teve influência econômica e política por

muitos anos: sua teoria econômica era também um manifesto anticomunista, e assim, além da visão limitada de desenvolvimento, defendia posição ideológica e política.

A Teoria da Dependência tem origem, em 1950, com Raúl Prebisch referindo-se à Argentina. No contexto latino-americano, destacam os anos 1960 e 70, ao explicar a relação de dependência, de força e de poder no capitalismo. Explicam os teóricos da dependência que economias nacionais somente podem ser entendidas em conexão e inserção no sistema político e econômico mundial. A explicação, embora tenha perdido eficácia teórica, faz-se necessária à compreensão e explicação do desenvolvimento de países periféricos do capitalismo.

Teóricos como André Gunder Frank, Rui Mauro Marini, Theotônio dos Santos, Fernando Henrique Cardoso, Enzo Faleto, entre outros, da Comissão Econômica para América Latina - CEPAL acreditam que o mundo é dominado por uma única economia, de modo que povos e países se acham interligados na esfera da produção capitalista. Trata-se de teoria crítica que mostra a reprodução capitalista, de forma que os países centrais drenam a mais valia dos países periféricos ao capital. E a dependência é resultado da exploração, por produzir subdesenvolvimento.

A produção centrada na acumulação cria e amplia diferenças em termos espaciais, econômicos, políticos e sociais, nos países, acentua problemas na periferia do capitalismo mundial. As metrópoles colonizadoras impõem novo modelo econômico às ex-colônias. A política de substituição de importações resulta na superação das condições do subdesenvolvimento relativo aos países ricos, e na alteração estrutural da

inserção na divisão internacional do trabalho com a entrada de países pobres na industrialização. O modo de produzir é regulado frente às crises e assim afirma Machado (1999, p. 199): o "capitalismo mundializado passa a aplicar novos mecanismos de apropriação do excedente periférico pela via das empresas transnacionais e do sistema financeiro especulativo, aliando-se às burguesias emergentes locais".

Desenvolvimento e subdesenvolvimento são posições funcionais e estratégicas frente à economia mundial, resultam das relações econômicas entre países periféricos e centrais ou hegemônicos, política e economicamente. Os países periféricos têm, portanto, desenvolvimento subordinado e limitado pela exploração das grandes potências, e ficam dependentes. Afirma Esteva (2000, p. 79) que "a economia dos economistas não é nada mais que um conjunto de regras que governam a sociedade moderna".

Polêmicas giram em torno da ajuda externa que, para alguns, não é ajuda, mas desajuda, por levar à dependência externa. A ajuda, em vista da acumulação interna sugerida por Rostow, possibilita arranque, leva ao endividamento decorrente do crescimento de juros e torna os países dependentes. Gunder Frank (1970), um dos defensores da teoria da dependência, afirma que o processo de acumulação do capital é o principal motor da história moderna e que o subdesenvolvimento significa relações dependentes de produção e de trocas no interior do processo mundial de acumulação de capital. Assim, estabelece-se um processo produtivo de difícil sustentação pelo processo de acumulação dependente. Cresce a dívida externa contemporânea, mesmo de países desenvolvidos. A Grécia, por exemplo, não pode mais refinanciar a

dívida equivalente cerca de 142% do Produto Interno Bruto do país, a maior relação entre os países da zona do euro, dívida que supera o limite de 60% do PIB definido pelo pacto de estabilidade assinado pelos países (O Globo,13/03/2012).

As teorias não explicam de forma completa e, por serem datadas, se vencem em relação às realidades que mudam substancialmente. As análises econômicas mostram rigidez econômica institucional e estrutural entre países sustentando relações de dominação e de dependência, e conflitos e contradições se produzem na relação capitalista.

Pablo González Casanova, Celso Furtado, Robert Blauner, José de Souza Martins, Rodolfo Stavenhagem, na década de 1980, incluem perspectivas de análise associadas às conquistas, explorações, exclusões sociais na forma de colonizar internamente. Elaboram a teoria do colonialismo interno que explica questões pertinentes aos regimes hegemônicos surgidos ao longo da história das nações e do capitalismo. O colonialismo liga-se ao fenômeno de expansão de domínios e exaltação de poder de metrópoles sobre colônias e povos, tornando-os subalternos com decisões e imposições de metrópoles e atores hegemônicos. O capitalismo se desenvolve em cadeia de exploração não apenas de fora para dentro, em cada país há grupos que colonizam internamente e o processo se repete em escalas menores. A história econômica do Brasil registra domínio do Sudeste sobre a região Nordeste e da cidade sobre o campo. Ocorre, dessa forma, enriquecimento financeiro e hegemonia política, econômica e, sobretudo cultural de países considerados centrais, com opressão e exploração de territórios dependentes.

O colonialismo vai além de lutas de classes e diferenças socioeconômicas entre países, patrões e trabalhadores. Após a segunda metade do século XIX, teóricos explicam fenômenos socioculturais e conflitos entre exploradores e explorados, dominantes e dominados. É o que afirma Gonzáles Casanova (2007, p.99)

> O colonialismo interno corresponde a uma estrutura de relações sociais de domínio e exploração entre grupos culturais heterogêneos, diferentes. [...] É produto do encontro de raças, culturas, ou civilizações, cuja gênese e evolução ocorreram até certo momento – a conquista ou a "concessão" – sem contato entre si, e que se juntaram pela violência e pela exploração, dando lugar a discriminações raciais e culturais [...] A estrutura colonial e o colonialismo interno se diferenciam da estrutura de classes porque não são apenas uma relação de domínio e exploração dos trabalhadores pelos proprietários dos bens de produção e seus colaboradores, mas uma relação de domínio e exploração de uma população (com suas diferentes classes, proprietários, trabalhadores) por outra população que também tem diferentes classes (proprietários e trabalhadores).

A teoria do colonialismo mostra relações desiguais entre países e grupos econômicos, com conflitos e exploração de territórios e trabalhadores, com imposições e determinações de países e empresas hegemônicas, com predomínio de poder na economia globalizada. E forças econômicas e política influenciam culturas, opiniões, decisões para garantir, cada

vez mais, a posição hegemônica dos países ricos, desenvolvidos e exploradores, com subordinação dos países pobres tidos como subdesenvolvidos.

As teorias críticas de desenvolvimento adotam pressupostos do materialismo histórico e se contrapõem às teorias positivistas, desenvolvimentistas. Os fundamentos estão ancorados na teoria do modo de produção capitalista de Karl Marx, e, para os teóricos, desenvolvimento/subdesenvolvimento se produz no modo de produção, ou seja, vinculam-se às formas como o trabalho se articula com o capital. A força fundamental da História é o modo de produção, ou seja, a maneira como cada país produz a subsistência. Os meios de produção e as relações de produção são o fio condutor da explicação dos fenômenos socioeconômicos.

A forma, como as relações de produção e as forças produtivas interagem, determina historicamente o desenvolvimento/subdesenvolvimento fundado nas seguintes assertivas: o trabalho é o meio pelo qual o homem se articula com outros homens, sendo este produtor de riqueza; a relação social determina a relação com a natureza, logo é a relação sociedade natureza e não a relação antrópica que explica o processo, pois a relação do homem com a natureza não ocorre a priori: é determinada pela sociedade. O Estado é mediador dos interesses da classe dominante, juntos, cerceiam as ideias e falseiam a consciência dos dominados e explorados. Para uns teóricos, não há saída ou possibilidades de mudanças dentro do capitalismo, para outros, as resistências e lutas são tentativas de desconstrução do capitalismo.

Nicolai Kondratieff cria a teoria das Ondas Longas ou Ciclos de Kondratieff, ainda em 1922, e mostra que o

desenvolvimento capitalista se dá em ciclos ou ondas longas, de aproximadamente 50 anos, período em que o capitalismo entra em crises sistemáticas, pois vive de crises, por necessárias. Joseph Shumpeter (1998) explica os Ciclos de Negócio e torna-se divulgador da teoria. O desenvolvimento econômico quando parece se estabilizar entra em crise, concentra-se no mesmo lado do jogo do mercado, as mercadorias e o capital, impedindo que o jogo prossiga. Assim, as crises se formam em ondas que desestruturam a produção e a acumulação. Os ciclos longos relacionam-se aos avanços tecnológicos, imprescindíveis ao avanço do capital e do modelo de sociedade de consumo. A modernização tecnológica utiliza-se de instalações arcaicas preexistentes, assim, a primeira onda caracteriza-se pela ausência de competições entre novas e antigas instalações, tendo em vista o aumento de demanda e significativo crescimento econômico. No segundo momento, há queda de investimentos, associada à saturação do mercado e à impossibilidade de convivências entre diferentes gerações de técnicas, com generalização da "nova" técnica empregada. (KONDRATIEV, 1922). Dessa forma, ocorre sucessão de ondas ou subidas e descidas dentro na produção, quando antigas instalações tendem a ser sucateadas, com reestruturações de espaços e atividades econômicas.

Neoliberalismo e produção desigual e combinada

Neoliberalismo e Desenvolvimento Desigual e Combinado são teorias críticas em destaque, delas feitas às políticas veementes do Estado intervencionista e ao Bem-Estar Social no pós-guerra, mas instala-se o neoliberalismo.

Novas formas de colonizar com conivência do Estado que se comporta convenientemente, ora dentro, ora fora da produção capitalista.

Neoliberalismo é mais um rearranjo à crise do capitalismo "decorrente da expansão da intervenção do Estado, antagônica a forma mercadoria, ainda que necessário para sustentá-la" (Crozier et al, 1975, p. 6). É a retomada do liberalismo clássico, influenciado pelas teorias econômicas neoclássicas, de reestruturação do capitalismo com ideias políticas e econômicas que exigem a não participação do estado na economia, total liberdade de comércio como necessidade para desenvolvimento. Promove a política de privatizações, circulação livre de empresas e capitais internacionais, entrada de empresas transnacionais, pressão das empresas diminuindo o poder do Estado, ou seja, pressuposto de que a "mão invisível" controlará o mercado.

Santos (2004) mostra a necessidade de as ciências sociais explicarem, de forma teórica e analítica, as desigualdades entre o Norte e o Sul para compreensão do mundo contemporâneo. Pois, terminado o colonialismo das "relações políticas", não acaba o das "relações sociais" enquanto mentalidade e forma autoritária e discriminatória. Scott (2004) destaca que as relações de poder são de resistência, e, uma vez estabelecida, a dominação não persiste pela própria inércia, exercício que produz fricções, na medida em que recorre ao uso capaz de extrair bens e serviços impostos aos dominados. A exploração é essência do capitalismo. Santos (2004) é mais contundente, ao mostrar que, para entender o Sul como metáfora do sofrimento humano causado pelo capitalismo, significa reinventar a emancipação social indo mais além da teoria produzida no Norte. Ou seja, não dão conta da realidade, e são explicações

dadas de fora, sem concepção da realidade de pobreza, fome e exploração. Lembra ainda que a ideia de exaustão da modernidade ocidental facilita a revelação do caráter invasivo e destrutivo de imposição ao mundo moderno. Certamente é o que acontece com países subdesenvolvidos: grupos empreendedores descobrem caminhos alternativos e emergem no cenário global. Projetos de iniciativa da sociedade civil organizada, sobretudo na escala de comunidades, mostram outra face do desenvolvimento, com fortalecimento de grupos de resistência, a exemplo de economias solidárias e turismo oferecidos por comunidades e territórios solidários em lugares periféricos ao capital. Explica Ciccolella (2008, p.96) que:

> Essa relativa "ausência" do Estado local para controlar e regular o território deu como resultado, maior espaço de liberdade do capital imobiliário e financeiro para atuar sobre o espaço urbano redesenhando-o segundo suas necessidades e desejos de renda urbana, realizando de maneira mais acentuada que em outras etapas do capitalismo.

Mostram teóricos críticos que o controle político e militar dá lugar a formas de controle abstratas e indiretas, de natureza econômica, promovidas por forte aliança entre o capital estrangeiro e as elites locais. A dominação dos países do capitalismo central é realizada por meio de megaprojetos financiados pelo FMI e pelo Banco Mundial, com total apoio de governos, com imposição de regras obedecidas à risca e fechamento de olhos para questões vitais relacionadas a residentes e conservação da natureza.

A teoria do desenvolvimento desigual e combinado, de Trotsky, afirma Lövy (1995, p. 2) "é uma tentativa de explicar essas 'modificações' e de dar conta da lógica das contradições econômicas e sociais dos países periféricos ou dominados pelo imperialismo". Explica a teoria que a pressão das grandes potências econômicas, pela imposição de produtos, culturas e ideologias, obriga países "atrasados" economicamente a investirem em setores considerados de emergência, para garantir o crescimento e desenvolvimento interno. Admite-se que a Teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado de Trotsky explica a realidade dos países subdesenvolvidos, pois como asseveram Mandel (1990) Lõvy (1995) e Soja (1993), o "desenvolvimento desigual e combinado entre regiões e nações é a própria essência do capitalismo, no mesmo plano da exploração da mão de obra pelo capital". O capital seleciona lugares, e, no turismo, por exemplo, atividade essencialmente capitalista, oferece todas as oportunidades de exploração, não apenas da mão-de-obra, mas de territórios.

A reestruturação capitalista, assim, dá-se de forma desigual e combinada, e o mesmo processo que produz riqueza para uns produz pobreza para a maioria, a riqueza fica sempre concentrada. Nessa lógica, os países periféricos não são apenas subdesenvolvidos, pois há produção de riquezas em todos. Compreender o movimento na totalidade, os jogos de interesses que movimentam a produção e acumulação capitalista com rebatimento em todos os países ajuda a explicar o desenvolvimento. A exploração se realiza em cadeia entre países, e internamente, concentrando riqueza, de forma desigual, gerando crises. A explicação não é simplória nem é pretensão explicar o movimento em artigo, apenas entender que, cada

vez mais, a realidade, entre centro e periferia ou desenvolvimento e subdesenvolvimento para os fenômenos socioeconômicos e políticos, transcende países.

Desenvolvimento na Escala Humana

Max Neff, com contribuições de Antônio Elizalde e Martin Hopenhayn, em 1983, escreve a Teoria do Desenvolvimento na Escala Humana, ditando a célebre frase "desenvolvimento refere-se às pessoas e não aos objetos!" (1993, p. 18). Trabalha com a tese de que há necessidade da criação de indicadores qualitativos do desenvolvimento, de modo que possam aferir a qualidade de vida das pessoas. Demonstra que as necessidades humanas são as mesmas entre as pessoas e o que difere é a maneira como se satisfazem, é isso que varia de cultura para cultura. Cria um quadrante entre necesidades humanas essencias - necessidades de ser, ter, fazer e estar - e as necesidades axiológicas de subsistência e proteção, acrescenta posteriormente a necessidade, da transcendência. Acreditou-se, por muito tempo, nas necessidades infinitas, Marx Neff assegura que isso não ocorre: elas são as mesmas em todos os lugares e em todos os tempos, mudam as formas de satisfazê-las.

Desenvolvimento na escala humana se baseia na autonomia dos países, das pessoas e de comunidades, de maneira a convertê-los em sujeitos do processo de desenvolvimento e não apenas em meros objetos. Surge, então, a necessidade de novas formas de conceber e praticar política, baseadas na participação direta, que estimula o protagonismo real das pessoas, na busca de soluções criativas endógenas. É o que indica

também o ecossocioeconomista Ignacy Sachs (2003), quando se refere à elaboração da enciclopédia do cotidiano, distante das prerrogativas burocráticos e paternalistas que reforçam a verticalidade e a concentração do poder, apontando a inclusão social pelo trabalho. Pode-se dizer que, em países subdesenvolvidos, houve avanços de democracia política, no entanto há muito o que fazer quanto à democracia econômica. O crescimento da economia não implica necessariamente distribuição de riqueza, como acreditam os que comparam o desenvolviemtno com "mancha de òleo" que tende a se esprair de forma concêntrica, pelo que o crecimento econômico não se faz concentrado, chega à escala humana, beneficiando a maioria. Mesmo por tentador associar renda com desenvolvimento, o sujeito que tem renda não significa dizer que seja mais feliz do que o que não a possui. E a felicidade humana precisa estar presente ao desenvolvimento.

O quadrante de necessidades apontado por Neff, aplicado participativamente, estabelece padrões de qualidade de vida para países e ou comunidades. Isto é, o aporte substantivo para construção de novo paradigma desenvolvimentista, baseado no protagonismo das pessoas, na definição de modos de vidas, que pode conduzir determinada comunidade a escolher por ser pequena, ou país escolher como se desenvolver, não há mal nenhum na escolha, parafrasendo o economista ecológico Ernest Fritz Shumacher (1983). Desenvolvimento na escala humana, por sua vez, não significa não haver renda, entretanto utiliza para satisfação das necessidades associadas ao modo de vida, não necessariamente vinculado ao padrão urbano, consumista e materialista, normalmente insatisfeito. A insatisfação, por sua vez, leva à busca de espaços de

ressignificação humana, nos quais sistemas sociais se encontram indissociáveis de dinâmicas ecológicas, típicas de paisagens costeiras, rurais e naturais, em que não há predomínio de relações espúrias entre os sujeitos.

O vazio estabelecido pela crise civilizatória é indutor a pensar outro desenvolvimento e com ele o turismo de base comunitária, solidária e sustentável, pois o turista típico do segmento está à busca de "convivencialidade", como dita por Ivan Illich (1976), na qual há respeito por modos de vidas diferentes, o que, a priori, não implica dizer que o modo de vida urbano do padrão desenvolvimentista seja melhor do que o não urbano.

O turismo como indução ao desenvolvimento

As atividades econômicas produtoras de riquezas realizadas no padrão capitalista de produção, servem à acumulação, concentram resultados de produção em territórios específicos, grupos econômicos, ou indivíduos sem preocupação com distribuição. A riqueza agrícola de agronegócios ou comodites, resultados da industrialização, do comércio e dos serviços modelam-se nos padrões do desenvolvimento economicista e progressista, discriminador não chega a todos. Nesse contexto, o turismo como atividade econômica convencional não é diferente: reproduz o modelo de consumo, ao se apropriar do lazer e do tempo livre. O turismo é visto como um dos vetores do desenvolvimento econômico da sociedade que Latouche (2009, p. 22) considera "sociedade fagocitada por uma economia cuja única finalidade é o crescimento pelo crescimento".

Contemporaneamente o turismo é um dos produtos mais significativos do comércio mundial, sendo a produção de serviços uma das principais ferramentas de que dispõem os países para ser competitivo na esfera internacional. O modelo econômico de desenvolvimento prioriza o setor terciário, em especial, o financeiro, imobiliário, telecomunicação e o turismo que, articulados, conquistam mercados, acumulação de capital, no entanto descaso socioambiental. A atividade turística se apropria de espaço, causando impactos ambientais, e não beneficia a toda parcela da população. Esse panorama conduz instituições como ONU, OMT, bem como pesquisadores a lançarem propostas alternativas de desenvolvimento e de turismo. Em paralelo ao turismo globalizado convencional surge o turismo comunitário, de baixo para cima, indo ao encontro do desenvolvimento à escala humana.

Em 2001, a Organização Mundial de Turismo lança nova diretriz ao turismo mundial: a competitividade do turismo e a luta contra a pobreza em todas as dimensões, quando desenvolvimento e subdesenvolvimento associam-se ao turismo. O órgão internacional de maior expressão do turismo, pela primeira vez, reconhece que a atividade tanto inclui como exclui parcelas da população.

> O turismo tem função importante na luta contra a pobreza. Existem meios para dar ao turismo, mais capacidade de contribuição ao desenvolvimento dos países. As Nações Unidas têm que desempenhar funções para este fim, sensibilizando e estabelecendo programas que chamem a atenção pública internacional para o turismo como redução do subdesenvolvimento, pode

> fazer entender melhor em todo mundo, o potencial que tem o turismo para mitigar a pobreza. Os governos, comunidades locais e o *trade* turístico têm que compreender a complexidade dessa tarefa a ser enfrentada e a importância da cooperação de todos como garantia da redução sustentável da pobreza. As Nações Unidas possuem organismos especializados que se ocupam de questões: econômicas, sociais e políticas que podem ajudar os governos a estabelecerem estratégias que garantam o máximo de benefícios do turismo ao mesmo tempo em que evitem as consequências prejudiciais para a sociedade, para a economia e o meio ambiente (OMT, 2010, p. 6).

A comunidade internacional tem consciência de que as disparidades do desenvolvimento aumentam, mesmo havendo ações de fomento para reduzir as disparidades em escala mundial, desmembradas pelo interior de cada país, região e lugar, tornando-se um dos desafios dos governos e da humanidade. A Organização Mundial de Turismo reconhece que o turismo representa uma atividade com forte intensidade de absorção de mão-de-obra, que proporciona aberturas para pequenas empresas e iniciativas locais, tem capacidade para criar emprego para pobres, jovens, mulheres, comunidades, para pessoas sem qualificação, empregos nos centros balneários e nas zonas rurais afastadas, como nas atividades relacionadas com ecoturismo e o turismo cultural (OMT, 2010). O que faz crer que a atividade turística contribui para modificar a realidade social de muitos lugares. Junto ao eixo do turismo globalizado realizado

de cima para baixo emerge o eixo do turismo de comunidades, de baixo para cima, incluindo periferias pelo trabalho na cadeia produtiva do turismo (CORIOLANO, 2003).

Neste sentido, o turismo comunitário surge como contraponto ao turismo convencional, integralizando no escopo de atuação, as preocupações e demandas de movimentos sociais e ambientais, como patrimônios natural e cultural, como museus e espécies de árvores ameaçadas e patrimônio imaterial como modos de vida tradicionais. Posturas de turismo representam formas comprometidas de mudanças sociais. Mudar o rumo do desenvolvimento é missão árdua, mas necessária, sobretudo na América Latina onde os processos de desenvolvimento privilegiam marcadamente grandes economias, e dizem-se centralizados, paternalistas e assistencialistas. Daí a luta incansável pelo desenvolvimento na escala humana e o turismo como forma de combate à pobreza.

Referências

BAKHTIN, Mikahail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. Trad. Vera. Frateschi. São Paulo, Hucitec, 2002.

CICCOLELLA, Pablo. Aportes para uma Geografia Crítica de la cidad latinoamericana. In OLIVEIRA, Márcio Piñon, COELHO, M. Célia Nunes, CORRÊA, A. de Mello. **O Brasil, a América Latina e o Mundo**: espacialidades contemporâneas II. Rio de janeiro: Lamparina: Faperj, Anpege. 2008.

CORIOLANO, Luzia Neide. **O turismo de inclusão e o desenvolvimento Local**. Fortaleza: EdUECE, 2003.

CROZIER, Michel *et al*. **The crisis of democracy:** Report on the governabilility of democracies to the Trilateral Comission UP. New York, 1975.

ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In: SACHS, Wolfgang. **Dicionário do desenvolvimento:** guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, 2000.

FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 1999.

FRANK, André Gunder. **Lumpenburguesía**: lumoendesarrolo. Santiago(Chile): Ed. Prensa Latinoamericana,1970.

FRIEDMAN, Thomas L. P. **Mundo é Plano.** O mundo globalizado do século XXI. Tradução SERRA, Cristina. Rio de Janeiro: Objetiva 2009.

GERALDI, J. Wanderley. **Curso Análise do Discurso**. Fortaleza: Mestrado em Geografia da UECE. Anotações de Aula. Set/2003.

GONZALES CASANOVA, Pablo. Colonialismo Interno: uma redefinição. In: **A teoria marxista hoje**: problemas e perspectivas Boron, Atilio A.; Amadeo, Javier; Gonzalez, Sabrina. 2007. Disponível em:< http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/campus/marxispt/cap. 19.doc> Acesso em: 1fev2012.

ILLICH, Ivan. **A convivencialidade**. Lisboa: Europa-América, 1976.

KONDRATIEV, Nicolai. **Los ciclos largos de la coyuntura economica**. México. D F : UNAM, 1922.

LATOUCHE, Serge. **Pequeno tratado de descrecimento sereno.** São Paulo: Editora WMF, Martins Fontes, 2009.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal, lógica dialética**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

LÖVY, Michael. A Teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado. **Revista Actuel Marx, v.**18. Tradução de Henrique Carneiro. 1995.

MACHADO, Luis Toledo. **A teoria da dependência na América Latina**. Ver. Estudos Avançados, 1999.

MANDEL, E. **A Crise do capitalismo:** os fatos e sua interpretação marxista. São Paulo, Ensaios, 1990.

MAX NEFF, Manfred A. **Desarrrolo a escala Humana:** concietos, aplicaciones y algumas reflexiones. Montevideo, Uruguay: Editora Nordan-Comunidad. Redes 1993.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL TURISMO. 65ª Reunião Do Conselho Executivo Da OMT 2001. **Competitividade do Turismo e Luta Contra a Pobreza**. Rio Grande do Norte, Natal, 2001.

OMT- Organização Mundial do Turismo. **Manual on Tourism and Poverty Alleviation: Practical Steps for Destinations" (2010). Disponível em: <http://step.unwto.org/en/content/main-publications**> Acesso em 21 mar 2012.

GLOBO. **Crise da Grécia e suas possíveis consequências**. Caderno de Economia. Disponível em:<htt://globo.com/economia/noticia/2012/02/entenda-crise-da-grecia-e-suas-possiveis-consequencias2.html>. Acesso em: 13/03/2012.

______. **PIB do Brasil ultrapassa o do Reino Unido e país se torna 6ª economia do mundo**. Caderno de Economia. Disponível em:<http://oglobo.globo.com/economia/pib-do-brasil-ultrapassa-do-reino-unido-pais-se-torna-6-economia-do-mundo-3513784#ixzz1nxvJYdjj>. Acesso em 26/02/2012.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso**. Princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2000.

PNUD. Relatório de desenvolvimento Humano 2010. A Verdadeira Riqueza do Homem: Vias para o Desenvolvimento Humano. New York, 2012.

ROSTOW, W. W. **Etapas do Desenvolvimento econômico**: um manifesto não comunista. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

SACHS, **Ignacy. Inclusão Social pelo trabalho**. Desenvolvimento humano, trabalho decente e futuro dos

empreendedores de pequeno porte. Rio de Janeiro: Ed Garamond, 2003.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce Sampaio. **Turismo como fenômeno humano:** princípios para se pensar a socioeconomia. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Do Pós-moderno ao Pós-Colonial**: e para além um do Outro. Coimbra: Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Conference. 2004.

SCHUMACHER, Ernst F.. **O negócio é ser pequeno.** Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

SCHUMPETER, J. **Business cycles**: a theoretical, historical, and statistical analysis of the capitalist process'. Philadelphia: Porcupine Press, 1989.

SCOTT, James C. **Los dominados y el arte de la resistência.** Discursos Ocultos. Colección problemas de México: Ediciones Era. 2004.

SOJA, Edward W. **Geografias pós-modernas**: a reafirmação do espaço na teoria sócio-crítica. Rio de Janeiro: Record, 2000.

Desenvolvimento e turismo: para além do paradigma econômico

Maria Dilma Simões Brasileiro

Introdução

O turismo vem adquirindo um lugar relevante nas reflexões e produções científicas. A sociologia, geografia, administração, economia, comunicação, dentre outras áreas, têm se preocupado com as questões relacionadas ao turismo e seus impactos nas localidades, regiões e países. Assim mesmo, o turismo tem assumido centralidade nas agendas contemporâneas, não somente no âmbito acadêmico, mas também no âmbito governamental e empresarial.

A ênfase desta centralidade do turismo tem recaído predominantemente no paradigma econômico, principalmente quando se trata das agendas dos governos locais, regionais ou nacional. As transversalidades que perpassam as complexas relações ambientais, socioculturais, econômicas e políticas

que se constroem e se reconstroem nos destinos turísticos não estão sendo acompanhadas, na maioria dos casos, por uma análise e reflexão mais crítica. Por outro lado, as produções acadêmicas da área do turismo, dentre os diversos paradigmas e interpretações teóricas dos autores, têm dedicado uma maior atenção à observação empírica. Estes estudos não têm avançado na vinculação dos fatos observados com um quadro de referência teórico-conceitual que permita a elaboração mais profunda de um arcabouço interpretativo deste fenômeno social moderno.

Os discursos acadêmicos se constroem por meio de um conjunto complexo de análise da realidade, que vai alimentar e ser retroalimentado pelas realidades as quais interpreta. Como afirma Zaoual (2003, p.19), "as ideias conduzem o mundo". É neste contexto que as reflexões teórico/conceituais sobre o turismo contribuem e se constituem uma análise importante da realidade contemporânea, principalmente quando associadas ao contexto do desenvolvimento.

Este ensaio tem por objetivo abordar outras perspectivas, para além da econômica, nas discussões sobre o desenvolvimento e o turismo. A abordagem aqui empregada, baseada em pressupostos do desenvolvimento sustentável e suas variantes, reconhece que o crescimento econômico é uma condição necessária, mas não suficiente, para promover a qualidade de vida dos cidadãos, principalmente quando se faz referência aos países periféricos. O turismo por sua vez, é analisado como uma possibilidade de realização dos novos modelos e paradigmas de desenvolvimento local sustentável. Turistas e autóctones são aqui entendidos como atores, sujeitos ativos deste complexo fenômeno sociocultural.

A construção do Desenvolvimento

O conceito de desenvolvimento está associado à modernidade. Os valores burgueses do individualismo, da racionalidade, do trabalho, da ordem, do progresso e da acumulação de capital se transformam em valores supremos das sociedades ocidentais. A acumulação de capital se constrói pelo excedente e o desenvolvimento é uma das formas que assumem esse excedente (FURTADO, 1984). Neste sentido, os fundamentos do capitalismo, com os ideais de riqueza e progresso, sentam suas bases na revolução industrial, como único modelo possível para o desenvolvimento dos Estados-nação modernos.

O Estado moderno, racional e centralizado, assegurando o controle e a disciplina social, coabita com o capitalismo. O crescimento econômico passa a ser o índice de modernização e, nesta perspectiva, quanto mais industrializados, mais desenvolvidos são os Estados-nação. Disciplina, autocontrole e adaptabilidade dos indivíduos são exigidos para o progresso capitalista. São valores modernos que, associados ao trabalho, constroem a base para o progresso nacional. Desde esta perspectiva, o progresso é constituído por estágio de crescimento em linha ascendente, em que o estágio anterior é a base para o estágio posterior.

Por seu turno, com a ascensão da burguesia, o eurocentrismo se generaliza como princípio fundamental entre os diversos povos do mundo. Os Estados-nação que não participam dos valores e realidades europeias são considerados extraordinários e estão aquém no estágio de progresso necessário para o seu crescimento. Para esses Estados-nação, o processo

de socialização europeia é necessário para a interiorização dos valores burgueses. Este processo permitirá uma adaptação e reprodução de Estado, cultura e mercado moderno nesses países colonizados.

No caso do Brasil, o processo de europeização, no sentido de individualismo moral e capitalista, chega tardiamente, em 1808, com a abertura dos portos e a vinda da família real portuguesa (JESSÉ DE SOUZA, 2002). Como analisa este autor, este processo se dá de fora para dentro, a partir da extraordinária eficácia das instituições do Estado e do mercado. Estas duas instituições transformam toda hierarquia social e os valores fundamentais da sociedade brasileira.

Destaca-se que esta transformação é seletiva, não abrangendo, como exemplifica Jésse de Souza (2002), os descendentes de escravos e dependentes rurais de todas as etnias. A tese defendida por este autor é a de que a desigualdade, o atraso social e democrático de sociedades modernas e periféricas como o Brasil, e vários outros países periféricos de situação histórica semelhante, não são um resíduo pré-moderno que se mantém nessas sociedades, mas é o resultante de um efetivo processo de modernização de grandes proporções que aconteceu no Brasil no início do século XIX. O argumento utilizado por Jessé de Souza para esta tese sobre o desenvolvimento nos países periféricos, ou a falta dele, é que a desigualdade, e sua naturalização na vida cotidiana, é moderna, e está vinculada à eficácia dos valores e instituições europeias, a partir de sua bem sucedida importação de "fora para dentro".

Analisando também o processo de modernização e das desigualdades sociais dos países da América Latina, África e Ásia desde a independência, Rivero (2002) ressalta que a

maioria dos Estados-nação nascidos no século XIX, e quase todos do século XX, apresentam projetos nacionais incompletos que não se desenvolveram, isto é, são Quase-Estados-nação. Na análise deste autor, embora a independência desses países tenha devolvido a dignidade a povos dominados e discriminados, o modelo do Estado-nação europeu, em comunidades desprovidas do conceito de Estado e instituições, sem burguesia e mercado nacional tornou inviável o processo de descolonização.

Os processos históricos e sociais vividos pelo mundo depois da Segunda Guerra Mundial também não foram suficientes para provocar mudanças estruturais nesses Quase-Estados-nação. Neste período, foram criadas as grandes instituições internacionais, tais como o Banco Mundial, a Organização das Nações Unidas (ONU), o Fundo Monetário Internacional (FMI), dentre outras, promovendo, por consequência, a institucionalização do desenvolvimento. A pauta dominante era um Estado desenvolvimentista ativo com prioridade para o pleno emprego, a importância do Estado de bem-estar, a necessidade de planejamento e a intervenção do Estado nos assuntos econômicos (SACHS, 2008).

No pós-guerra, os países centrais também elaboraram várias intervenções para reduzir as diferenças entre esses países e os periféricos. Não com o objetivo de reduzir as dívidas históricas com os países periféricos, mas para a sobrevivência do próprio sistema econômico capitalista. Associada à intervenção dessas instituições internacionais, instala-se a crença de que o progresso dos países centrais poderá ser implementado nos países periféricos, desde que haja vontade política, com esforços sistemáticos de ordem social e econômica, segundo critérios adotados pelos países centrais.

A nova organização mundial na segunda metade do século XX produz também um novo tipo de dependência dos países periféricos da África, alguns da Ásia e da América Latina. Os dois blocos rivais criados com a Guerra Fria, após o fim da Segunda Guerra Mundial, introduziram mecanismos de ajuda internacional para os Estados-nação periféricos. Entretanto, o objetivo primeiro dessa intervenção internacional foi o de garantir influência estratégica nessas nações, na disputa entre a ex-União Soviética e os Estados Unidos, promovendo assim um novo tipo de colonialismo.

Nesta nova ordem mundial, o crescimento econômico torna-se cada vez mais o grande objetivo dos Estados-nação, estando os demais aspectos da vida social, política, cultural e ambiental subordinados a eles. Nesse período do pós-guerra, os países considerados desenvolvidos experimentam uma fase de crescimento e expansão econômica e tecnológica sem precedentes – a idade de ouro – apresentado nas décadas de 50 e 60 o crescimento mais rápido da história (ANDERSON, 2008).

O Brasil, por sua vez, também acompanha este crescimento econômico, com um crescimento industrial bastante acelerado. Entretanto, a situação econômica da maior parte dos cidadãos brasileiros pouco, ou quase nada, beneficiou-se deste crescimento econômico. Outros países também considerados periféricos, na própria América Latina, apresentaram pequeno desenvolvimento, para depois entrarem numa fase de estancamento, inclusive em retrocesso, vivendo uma explosão de necessidades, tais como de alimentação, saúde, educação, moradia, dentre outras.

Com o fim da Guerra Fria, termina também o valor estratégico desses países, sendo os mesmos abandonados a sua autodeterminação, sem, entretanto, possuírem condições mínimas de governabilidade, de viabilidade econômica e sem capacidade de promover qualidade de vida a sua população. Como argumenta Rivero (2002), devido às condições sociopolíticas, econômicas e culturais, as experiências vividas pelas ex-colônias britânicas, como os Estados Unidos, o Canadá, a Austrália ou Nova Zelândia, que alcançaram altos níveis de vida para a população, dificilmente serão repetidas pelos novos Estados-nação. Veiga (2005), analisando também o processo de colonização conduzido pela Inglaterra e pelos países da Península Ibérica, afirma que estes últimos não tinham maturidade capaz de alicerçar o crescimento econômico, com bases modernas, nessas novas colônias. Entretanto, EUA e Canadá tiveram como fonte as próprias instituições britânicas, propulsoras da industrialização e do Estado moderno.

Esta realidade vivida pelos países considerados periféricos é analisada pelos países centrais como uma fase do próprio processo de desenvolvimento. Seguindo o modelo adotado pelos países centrais, os países periféricos chegarão ao atual estágio vivido por eles, não só na dimensão econômica e técnico-científica, mas também na dimensão moral, social e política. Esta perspectiva de desenvolvimento está associada à ideia de progresso, e o problema reside em: "Como garantir a continuidade em direções determinadas, se o universo é pleno de surpresas, num mundo descontínuo formado de sobressaltos?" (DUPAS, 2006, p. 31)

Como se sabe, esta perspectiva linear do progresso, associada ao crescimento econômico, não corresponde à realidade

vivida pelos Estados-nação periféricos. Assim mesmo, a linearidade do progresso tampouco é experimentada pelos países centrais. A grande crise em 1973, por exemplo, lança o mundo capitalista numa longa e profunda recessão, que muda a relação do Estado com as economias de mercado. Nos anos 80, virá o triunfo da ideologia neoliberal nos Estados Unidos e em quase todos os países da Europa ocidental, colocando em prática o programa neoliberal (ANDERSON, 2008, p. 12). Porém, como analisa Sachs (2008), o evangelho neoliberal dominou a cena até o final dos anos 90, pois este modelo também não foi capaz de cumprir com suas promessas, nem mesmo para os países desenvolvidos.

Os próprios países periféricos, por outro lado, buscam compreender e explicar as causas dessas assimetrias econômicas e sociais, ao invés de aceitá-las de forma linear e evolutivamente. O modelo de crescimento concentrador e excludente é assim analisado pelos intelectuais dos países periféricos que colocam, em xeque, este modelo adotado pelos países centrais. O progresso, "perseguido e idolatrado pelo ocidente, traz consigo também a exclusão, a concentração de renda e o subdesenvolvimento" (DUPAS, 2006, p.11), ou seja, o próprio modelo de crescimento econômico adotado pelos países centrais é o gerador das relações assimétricas entre os Estados-nação modernos.

As análises com base exclusiva no crescimento econômico e no progresso técnico/científico não permitem revelar o processo multidimensional do desenvolvimento. O progresso econômico e técnico/científico é ambivalente e nem sempre significa qualidade de vida e desenvolvimento para a população. Principalmente quando o crescimento econômico

torna-se um fim em si mesmo, a partir de critérios e índices exógenos. Como ressalta Furtado (1984), o desenvolvimento se realiza quando os valores humanos se abrem para a capacidade criativa e a acumulação se difunde em segmentos importantes da coletividade.

O conceito de desenvolvimento abre-se assim para novos paradigmas, que vão privilegiar novas perspectivas econômicas e introduzir novas problemáticas, como a da sustentabilidade, liberdade individual, diversidade cultural e participação social. Novas configurações e contornos do conceito de desenvolvimento vão provocar mudanças na política, na economia, nos comportamentos humanos e nas organizações institucionais.

Novas possibilidades de Desenvolvimento

Desde a perspectiva de outras possibilidades e modelos de desenvolvimento, as questões humanas e ambientais ganham centralidade. Novos modelos são criados e recriados, com o intuito de apresentar outros caminhos e propostas alternativas para promover a inclusão social, a valorização de bens culturais e ambientais, e o bem-estar econômico. A partir dessas novas leituras, a produção e a prosperidade econômica, que eram vistas como a essência do progresso, tornam-se meio para o desenvolvimento dos valores humanos.

Sachs (2008) comunga com as proposições do Desenvolvimento Sustentável, como alternativa ao desenvolvimento da boa sociedade, com meios de existência viáveis e trabalho decente. Para este autor, a boa sociedade é aquela

que maximiza as potencialidades, talentos e imaginação de cada ser humano, na busca de autorrealização e felicidade, por meio de empreendimentos individuais e coletivos, numa combinação de trabalho autônomo e heterônomo e de tempo dedicado a atividades não produtivas, ou seja, com disponibilidade para o tempo livre.

Desde a perspectiva de Sachs (2008), os aspectos qualitativos são essenciais para o desenvolvimento sustentável. As formas de produção não podem se apoiar em esforços excessivos, extenuantes, mal pagos e realizados em condições insalubres dos seus produtores. O direito ao trabalho é visto pelo seu duplo valor, ou seja, intrínseco e instrumental, já que o trabalho decente, como defende Sachs, abre caminho para o exercício de vários outros direitos. Para que haja desenvolvimento sustentável é necessário que se promova, portanto, o crescimento econômico com impactos positivos nos âmbitos sociais e ambientais, sendo a sustentabilidade social um componente essencial deste conceito.

A sustentabilidade social está essencialmente relacionada ao Desenvolvimento Includente (SACHS, 2008). Este conceito faz oposição ao desenvolvimento do mercado de consumo e concentrador de renda e riqueza. Desde esta perspectiva, a educação é essencial para o desenvolvimento, pelo seu valor intrínseco. A educação contribui para o despertar cultural, a conscientização dos direitos humanos, o sentido de autonomia e autoestima. No sentido instrumental, a educação é condição necessária, mas não suficiente, para a empregabilidade. Sachs ainda ressalta que as pessoas necessitam aprender a apreciar, como uma verdadeira medida de sua liberdade cultural, o tempo livre, para a realização de atividades autônomas, em vez de usá-lo para os prazeres do consumo.

O desenvolvimento também é analisado por Amartya Sen (2000), que considera que a privação de liberdades é um dos maiores problemas da contemporaneidade. Para este autor, a qualidade de vida das pessoas e populações não pode ser medida pelas riquezas materiais, mas pela liberdade. O crescimento econômico é importante, mas como meio para expandir as liberdades humanas. Sem negar todas as conquistas humanas conseguidas pelo projeto da modernidade, tais como o regime democrático como modelo de organização política; os conceitos de direitos humanos e liberdade política; esperança de vida das pessoas, dentre outros, Sen não deixa de criticar a privação, destituição e opressão vividas por um grande número de pessoas, tanto em países centrais como nos periféricos.

Na discussão sobre a importância da expansão das liberdades individuais para o desenvolvimento, Sen analisa que estas liberdades estão em complementaridade com as disposições sociais, ou seja, em palavras do autor, "é importante o reconhecimento simultâneo da centralidade da liberdade individual e da força das influências sociais sobre o grau e o alcance da liberdade individual" (SEN, 2000, p. 10). O processo de expansão das liberdades reais, desde esta perspectiva, é o principal objetivo do desenvolvimento, que significa remover as principais fontes de privação, como a pobreza, tirania, negligência dos serviços públicos, carência de oportunidades econômicas, manutenção da paz e ordem local, dentre outras. Portanto, liberdade como desenvolvimento é a eliminação de privações de escolhas e a conquista de oportunidades sociais e individuais, para que as pessoas possam exercer sua condição de agente.

Sen ressalta ainda a necessidade de uma análise integrada das atividades econômicas, sociais e políticas, envolvendo diferentes instituições e agentes de forma interativa. As liberdades instrumentais, incluindo as oportunidades econômicas, liberdades políticas, facilidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora, contribuem para a expansão e a garantia das liberdades substantivas dos indivíduos. Neste sentido, os indivíduos são vistos como agentes ativos de mudança e não receptores passivos de benefícios das instituições sociais. A liberdade é, portanto, um determinante de iniciativa individual e da eficácia social.

Desde a perspectiva destes autores, o crescimento econômico apresenta-se como importante, mas não suficiente para determinar o nível de desenvolvimento de uma população. A dimensão cultural, embora considerada, é pouco analisada pelos autores do desenvolvimento. Entretanto, aqui se trabalha com o pressuposto de que a cultura é uma das principais dimensões geradoras de diferenças no desenvolvimento. As condições de bases materiais, objetivas, não são suficientes para explicar o processo de desenvolvimento de uma nação, de um lugar. As explicações para o desenvolvimento nos países centrais e periféricos são também de ordem subjetiva. Desde este ponto de vista, as instituições provedoras do desenvolvimento são resultantes não só de estruturas políticas e econômicas reais, mas são também o resultado dos valores culturais. Estas relações são concretizadas no cotidiano, por meio das interconexões do universo social e cultural dos indivíduos.

Esta abordagem de desenvolvimento, com ênfase nos valores culturais, tem como base a Teoria dos Sítios Simbólicos de Pertencimento (ZAOUAL, 2003). Para este autor, o

problema dos países periféricos reside na ocidentalização do mundo, imposta pelos países do Norte aos países do Sul, sem considerar a diversidade cultural, religiosa e civilizacional destes países. Assim mesmo, Zaoual analisa que o paradigma econômico da civilização global, abstrato, dedutivo e dividido em especializações estanques, tem conduzido a humanidade em direção a desastres sociais e ambientais. Neste contexto, no esforço de reproduzir os modelos ditados pelo crescimento econômico, o homem ocidentalizado perde de vista a essência humana e sua complexidade.

Paradoxalmente, o processo de globalização, com base no paradigma econômico, tem ampliado o processo de sentimento do local. Nesta tensão entre o global e o local, o autor aponta para o fim do sistema econômico contemporâneo e da exclusividade de sua cultura, e o início de um "pensamento relacional", antes de racional, associado à ética e à técnica. Como afirma Zaoual (2003, p.21) "as pessoas sentem necessidade de crer e de se inserir em locais de pertencimento". Desde esta perspectiva, o ser humano sente necessidade de um sítio, espaço em que ele se ancore e se realize como pessoa. Existe no ser humano a necessidade de ser, crer e pertencer a algo. O sítio é o espaço simbólico, com suas crenças, práticas e significados para a realização da existência humana.

Com base no pensamento da complexidade de Edgar Morin, nos processos de enraizamento de Karl Polanyi e nas ideias de desenvolvimento de Amartya Zen, Zaoual define o sítio simbólico de pertencimento como singular, plural, dinâmico, flexível, complexo e aberto. Desde estas bases, para Zaoaul (2010), o sítio e o *Homo situs* são relutantes a qualquer reducionismo, seja ele econômico, social ou cultural,

pois os mundos são complexos e em movimento, gerando diversidade na unidade.

Nenhuma dimensão da existência humana está desarticulada da outra, podendo o conceito de sítio ser aplicado em múltiplas escalas e organizações, em que uma pluralidade de microssítios podem se combinar de diversas maneiras gerando macrossítios. É o ser humano comunicando-se com o seu meio, em que "crenças, conceitos e comportamentos se articulam em torno de um sentido de pertencimento (...)" (ZAOUAL, 2003, p. 29). Os percursos individuais estão entremeados pelos percursos coletivos, reconfigurando continuamente o local. É no espaço vivido que o ser humano torna-se homem vivido concreto, "cujo comportamento enraíza-se em um território, em que harmonia pressupõe a consolidação da multiplicidade do comportamento humano" (Zaoual, 2010, 24). É neste contexto dos novos paradigmas do desenvolvimento, que se analisará o turismo.

Os valores culturais no Turismo

A teoria dos Sítios Simbólicos de Pertencimento analisa empiricamente o turismo a partir de uma leitura em que certo número de valores imateriais é transformado em valores econômicos (Zaoual, 2008). As análises desta teoria partem da constatação de que o turismo de massa apresenta-se em declínio em algumas partes do mundo, ao mesmo tempo em que emergem outras formas de turismo. Estas outras formas estão associadas à natureza, à cultura e à economia, em uma diversidade e multiplicidade de pertencimento.

Analisando a trajetória mais recente do turismo, desde os anos 60 até meados dos 80, o turismo de massa foi a melhor maneira de fazer turismo. Este tipo de turismo é caracterizado por oferecer serviços e produtos homogeneizados, para uma demanda turística inexperiente e motivada basicamente pela oferta de sol e praia, a preços muito baixos, sem maiores preocupações com as questões ambientais e culturais (BRASILEIRO, 2004). Por outro lado, a oferta do turismo de massa está vinculada a grandes empresas e operadoras do turismo, sendo o êxito de um destino medido pelo lucro imediato e a grande escala. No turismo de massa, os destinos turísticos travam uma grande concorrência entre si, destruindo, na maioria das vezes, os valores socioculturais e ambientais do lugar, em detrimento dos ganhos econômicos.

As paisagens e a cultura do lugar se transformam em produto turístico. Na maioria dos casos, os recursos naturais e as baixas garantias trabalhistas e sociais dos autóctones não são respeitados, principalmente quando os destinos do turismo de massa estão nos países em desenvolvimento e subdesenvolvidos. As desigualdades socioculturais e econômicas são acentuadas entre os autóctones e os turistas, existindo também uma real desarticulação entre as empresas turísticas, as instituições públicas e as pessoas do lugar. O pensado em escala global pelas multinacionais do turismo e, na maioria das vezes, o planejado pelos governos, não são de conhecimento dos autóctones. Tal qual o processo da modernidade iniciado no século XIX, nos países periféricos, o turismo de massa surge nesses países e lugares como uma imposição ou uma importação dos países centrais, ou seja, como um fenômeno não autóctone, não do lugar.

Tampouco é experimentado pelos autóctones os tão almejados emprego e renda, divulgados como o grande triunfo do turismo de massa nos lugares. O argumento utilizado pelos produtores e planejadores do turismo é da falta de qualificação profissional dos autóctones. Esta falta de qualificação não é compatível com o duro mercado competitivo do turismo das multinacionais (BRASILEIRO; ANDRADE, 2008). São lógicas diferentes de trabalho, que exige competências e formações distintas de atuação. O turismo de massa apresenta-se, portanto, como o modelo do turismo moderno, o ocidental, privando os autóctones do trabalho decente, do poder de participação e de decisões coletivas sobre a atividade turística no lugar.

Este modelo conduz à saturação do turismo, em consequência do esgotamento dos espaços naturais, da consciência ambiental, da exploração sem limites das culturas dos lugares, da padronização da oferta turística, dentre outros fatores. Como efeito, assiste-se a um declínio na demanda turística nesses destinos e, por consequência, uma fuga dos investimentos privados. Como analisa Zaoual (2008, p.3) "a procura da rentabilidade máxima destrói, em longo prazo, as bases dessa mesma rentabilidade". A uniformidade dos destinos e a especialização, distanciadas das verdadeiras vivências das pessoas do lugar, também são elementos favoráveis para o declínio do turismo de massa e, simultaneamente, para outro pensar nas formas de fazer turismo. Este agora mais voltado para o homem do que ao capital (CORIOLANO; SILVA, 2005).

É na diversidade, no valor do local, que estão as bases para pensar o turismo contemporâneo, principalmente nos lugares que não viveram o processo de turistificação da modernidade.

Como afirma Zaoual (2008, p. 4), "os turistas querem ser atores, responsáveis e solidários em seus intercâmbios com outros mundos". Desde esta perspectiva, as vivências, tanto dos turistas como dos autóctones, são reais, verdadeiras, ao contrário das montagens elaboradas, dos simulacros criados pelo turismo de massa. As crenças, as motivações e as práticas dos atores da atividade turística, sejam eles autóctones ou turistas, são relações de sentidos múltiplos, diversos e concretizados na unicidade do lugar turístico.

Para tanto, esta perspectiva ainda necessita de mudanças no olhar, nos comportamentos, nos valores dos turistas e autóctones. As representações simbólicas construídas sobre o turismo, tanto dos turistas como dos autóctones, são elaboradas em base ao turismo de massa. Repensá-las é ressignificar o sentido atribuído aos turistas, não mais como sinônimo de lucro, emprego e renda, mas como pessoas que viajam e buscam vivências diferentes do seu cotidiano. Quanto aos autóctones, que são considerados os exóticos, ou, simplesmente, os que não necessitam ser vistos pelos turistas, possuem história, memórias, cotidiano e vivências múltiplas naqueles lugares turísticos. Os lugares turísticos, que para alguns turistas, tratam-se apenas de mais um destino a ser visitado, são, na realidade, o mundo, o cotidiano, o lugar de viver dos autóctones. Turistas e autóctones são realidades entrelaçadas e os destinos turísticos, mais que destinos, são mundos que se comunicam, diversidades que dialogam entre si.

Dentro de um mosaico de culturas proporcionado pela atividade turística, a trajetória histórica, cultural e ambiental do lugar, mais que produto turístico, é uma relação de intercâmbio de natureza simbólica. É a comunicação que enaltece

no turista o vínculo com o lugar e produz uma identificação com o cotidiano nele vivido. Neste entendimento, são as potencialidades humanas, sejam elas dos autóctones ou dos turistas, que são valorizadas (PABLOS; MEDINA, 2004). Se o importante para o turista é estar em movimento, vir de fora, chegar ao lugar e viver essa natureza simbólica do visitado, para os autóctones é o estar dentro, é o estar no seu cotidiano, entrecruzando com outros mundos. É neste jogo complexo que se traduz o sentido do lugar turístico. Mais que cifras de uma economia, os lugares turísticos são pessoas, culturas e mundos que se movem.

Analisando a partir de outra ótica, o turismo não autoriza ao turista, nem aos planejadores e produtores desta atividade, o direito de manifestar suas vivências de lazer, suas políticas e investimentos, por meio do comprometimento da qualidade de vida do lugar vivido pelos autóctones. A falta de formação profissional, por exemplo, não justifica o subemprego na atividade turística. O desafio do turismo é, portanto, promover a qualidade de vida dos autóctones e vivências reais para os turistas. Uma via nesta perspectiva pode relacionar-se ao trabalho digno para os autóctones, por meio da organização de empresas de pequena escala. As ações afirmativas, neste sentido, convergem também para que haja as facilidades ao crédito, às tecnologias e à educação.

A educação aqui merece destaque. Não apenas de forma instrumental, limitada aos cursos de capacitação para o trabalho numa determinada função da atividade turística, principalmente no período da alta estação. O sentido de educação aqui empregado está associado aos valores do ser humano, que relaciona saberes, formas de pensar, sentir e agir do lugar,

situado num contexto regional, nacional e mundial. Educação é formação. Mas como nos adverte Morin (2001a, p. 11), “a formação tem o defeito de ignorar que a missão do didatismo consiste em estimular o autodidatismo, despertando, suscitando, favorecendo a autonomia do espírito”.

A educação está assim associada à autonomia, às liberdades humanas, à sustentabilidade, não só ambiental, cultural, social, mas à sustentabilidade do próprio ser. Não é aqui pensada a educação para os autóctones, mas educação com os autóctones, seja esta impulsionada por eles próprios, pelos planejadores turísticos, pelos empresários, pela academia ou quem quer que seja. A educação é a interculturalidade de saberes, sem hierarquização, sem aniquilação das significações simbólicas do contexto do lugar. É no lugar que há a complementaridade, a partilhada de conhecimentos, que possibilita a construção de diálogos e de novos saberes.

Ainda nesta perspectiva, outra via se relaciona também em pensar um compartilhamento das vivências de lazer e do lúdico entre os autóctones e turistas, por meio das práticas físico-esportivas, das artes e das festas. A dicotomia entre lazer para os turistas e vivências lúdicas dos autóctones seria superada por vivências lúdicas do lugar, sem distinções nem qualificativos. Os turistas vivenciariam a cultura do lugar, o cotidiano, o lúdico dos autóctones, e estes estariam vivendo o seu real, sem modelos nem simulações. Simular é “fingir ter o que não se tem” (BAUDRILLARD, 2002, p. 12). Assim sendo, o turismo para os autóctones não estaria vinculado apenas ao emprego e renda, com simulacros da sua cultura, mas como parte do seu cotidiano e das vivências lúdicas do lugar.

A superação do eurocentrismo, da racionalidade positivista, com as dualidades do saber tradicional/moderno, emocional/racional, ser humano/natureza, turista/autóctone conduz, portanto, à reconstrução de um novo pensar. Como afirma Morin (2001b, p. 27), "a ideia do mundo europeu e mais largamente ocidental era a de que toda razão, sabedoria e verdade estavam concentradas na civilização ocidental". A crise do paradigma ocidental ajuda a entender melhor que cada lugar possui seus valores, encantos e desencantos. E a educação tem muito a dizer sobre o dar e o receber no turismo. Sobre a formação e o desenvolvimento dos valores humanos. Pensar em desenvolvimento e turismo, desde esta perspectiva, é pensar em uma reforma do pensamento humano (MORIN, 2001). É pensar, como afirma Morin, das partes ao todo e do todo a nós. Nós, turistas ou autóctones, dependendo de como estejamos situados no lugar.

Considerações Finais

Os avanços científicos, econômicos e tecnológicos da modernidade não foram suficientes para diminuir as misérias humanas, as dores causadas pelas guerras, nem a ganância pelo poder. A crise da modernidade conduz a novos valores e pensares, que colocam em questionamento o progresso e o crescimento econômico como fim último das sociedades. O aniquilamento dos conhecimentos locais - em detrimento dos saberes universais eurocêntricos -, a desvalorização dos modos de vida não europeus e as desigualdades geradas por este paradigma são repensados a partir de novos olhares sobre o desenvolvimento, como do desenvolvimento sustentável, das liberdades humana e dos sítios simbólicos de pertencimento.

Estes novos paradigmas do desenvolvimento são, em realidade, a busca do resgate do humano. A valorização e o aproveitamento dos recursos e do saber-fazer das pessoas de cada lugar têm sua origem nos sucessivos fracassos de apostar em um crescimento ilimitado, de dominação da natureza pelo ser humano e de desvalorização da ética, seja ela associada ao social, econômico, cultural ou ao político. A qualidade de vida das pessoas toma centralidade nas discussões sobre desenvolvimento.

O turismo, desde esta perspectiva de desenvolvimento, apresenta-se como uma possibilidade para a tomada de consciência, dos turistas e autóctones, como agentes sociais. Os saberes, formas de pensar e sentir, modos de fazer que, durante séculos de dominação ocidental, foram desconsiderados e desprezados, sinônimos de atraso sociocultural e econômico, são revalorizados por um novo modo de fazer e pensar o turismo. Neste contexto, a educação tem papel preponderante ao apreender que o desenvolvimento e o turismo têm por objetivo o desenvolvimento humano, ao mesmo tempo em que é uma ferramenta da população num processo de transformação social.

O desafio atual está na ressignificação, em um novo pensar sobre o desenvolvimento, o lugar e o turismo. Novos modelos de desenvolvimento serão adotados e os aspectos culturais, como forma de ser, sentir e de viver de um povo no mundo, serão um dos eixos do desenvolvimento, pensado para o ser humano, seja este um turista ou autóctone. O turismo, desde este paradigma é, portanto, uma atividade estimuladora de experiências e vivências das capacidades humanas.

Referências

ANDERSON, P. Balanço do Neoliberalismo. **In**: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (org.): **Pós-neoliberalismo:** as políticas sociais e o Estado Democrático. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2008.

BAUDRILLARD, J. **Cultura y simulacro.** Barcelona: Editorial Kairós, 2002.

BRASILEIRO, M. D. S. **El deporte y el turismo de litoral:** entre los cambios sociales. Granada/Espanha: Editora Universidad de Granada, 2007.

BRASILEIRO, M. D. S.; ANDRADE, L. M. B. O local e o global na atividade turística: um desafio para as comunidades de pescadores do litoral nordestino/Brasil. IN: OLIVEIRA, H. L.; SEIDEL, R. H. (orgs.). **Pós-colonialismo e globalização:** culturas e desenvolvimento em questão. Feira de Santana: Editora Universidade Estadual de Feira de Santana, 2008.

CORIOLANO, L. N.; SILVA, S. C. B. **Turismo e geografia**: abordagens críticas. Fortaleza: Editora UECE, 2005.

DUPAS, G. **O mito do progresso.** São Paulo: Editora UNESP, 2006.

FURTADO, C. El desarrollo como proceso endógeno. **Cultura e desenvolvimento em época de crise.** Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1984.

PABLOS, J. C. de; MEDINA, J. C. Las lógicas del turismo: del consumo a la construcción de la sociedad. IN: BLANQUER, D. **Turismo cultural y urbano.** Valencia (España), Tirant lo Blanch, 2004.

MORIN, E. **La mente bien ordenada.** Barcelona: Editorial Seix Barral, 2001a.

MORIN, E. **Saberes globais e saberes locais.** Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

RIVERO, O. **O mito do desenvolvimento**: os países inviáveis no século XXI. Petrópolis (RJ): Vozes, 2002.

SACHS, I. **Desenvolvimento includente, sustentável, sustentado.** Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SEN, A. **Desenvolvimento com liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOUZA, J. Europeização e Naturalização da Desigualdade: Em busca da gramática social da desigualdade brasileira. IN: **I Seminário Internacional Regional de Estudos Interdisciplinares:** Condição Humana e Modernidade no Cone Sul da América Latina, Programa de Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas. Capítulo VIII da série.

VEIGA, J. E. da. **Do global ao local.** Campinas, Armazém do Ipê (Autores Associados), 2005.

ZAOUAL, H. **Globalização e diversidade cultural.** São Paulo: Cortez, 2003.

ZAOUAL, H. Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições? **Caderno Virtual de Turismo.** Rio de janeiro, v. 8, nº 2, p. 1-14, 2008.

ZAOUAL, H. O *homo situs* e sua perspectiva paradigmática. **OIKOS.** Rio de Janeiro, v. 9, nº 1, p. 13-39, 2010.

Turismo, Desenvolvimento e Meio Ambiente

Zulma das Graças Lucena Schussel

Introdução

O setor de turismo tem se mostrado como alternativa de desenvolvimento econômico em diversas regiões do mundo, conforme revelou o documento "Panorama do Turismo Internacional" publicado pela OMT (2009). Representando 30% das exportações de serviços e 6% das exportações totais no mundo, esse setor está classificado em 4º lugar na categoria de exportação, abaixo apenas dos combustíveis, produtos químicos e automóveis.

No Brasil, o desenvolvimento econômico registrado nos últimos anos permitiu o maior acesso da população aos produtos turísticos, propiciando o crescimento do setor. A realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014, também está se constituindo num fator de indução de novos investimentos na área.

De acordo com estudos feitos pelo Ministério do Turismo, no que se refere às viagens aéreas, estima-se que os desembarques domésticos saltarão de 68,26 milhões, registrados em 2010, para 73 milhões, em 2014 (7,5%). Projeta-se também a geração de dois milhões de empregos formais e informais no setor de turismo entre 2010 e 2014, enquanto estima-se que a entrada de divisas internacionais deverá crescer 41%, no mesmo período, passando de R$ 6,3 bilhões em 2010 para R$ 8,9 bilhões no ano de realização da Copa.

A partir dessas considerações iniciais, esse artigo tem por objetivo discutir os possíveis conflitos gerados pelo turismo, enquanto propulsor do desenvolvimento urbano e regional e enquanto risco de degradação do ambiente natural. Adotou-se como estudos de caso, os municípios de Balneário Camboriú em Santa Catarina e Porto Seguro na Bahia, dois destinos consolidados do ponto de vista da demanda turística, que receberam em 2010, respectivamente, 4,3 milhões (Secretaria de Turismo de Balneário Camboriú) e um milhão de turistas (Secretaria de Estado de Turismo da Bahia). Esses dois municípios tiveram, inicialmente, como atrativo, o meio ambiente natural – as praias - e conforme foram se consolidando, surgiram atividades antrópicas dirigidas ao turismo de massa, de forma a manter a sua atratividade alta.

O Turismo no Mundo e na América do Sul

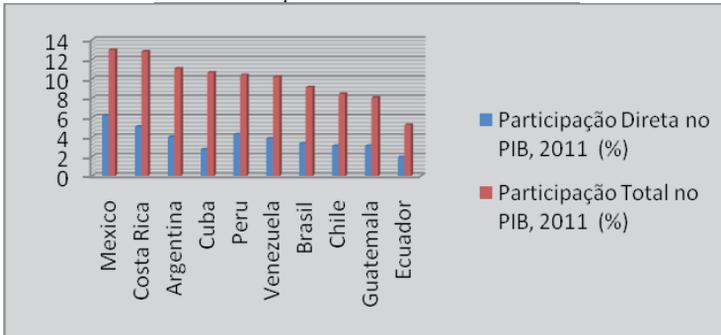
Segundo a OMT, turismo é um “conjunto de atividades que as pessoas realizam durante suas viagens e estadias em lugares distintos de seu entorno habitual, por um período de tempo consecutivo inferior a um ano, com fins de

lazer, negócios ou por outros motivos não relacionados ao exercício de alguma atividade remunerada no local visitado" (OMT, 1994).

As atividades de turismo têm impactos diretos e indiretos na economia, sendo entendidos como impactos diretos, os provenientes das atividades de comércio e serviços, tais como: hotelaria, transportes, atrações e ligadas ao lazer; e, das atividades industriais, entre elas: construção civil, na área de empreendimentos de lazer, indústrias ligadas à alimentação, entre outras. (WTTC, 2011). As atividades de impacto indireto são aquelas vinculadas aos investimentos públicos e de fornecedores de serviços que alimentam as atividades diretas.

No PIB mundial, a participação direta das atividades de turismo é igual a 4,8%, sendo que a participação total (incluindo a participação indireta) é de 9,1%, ressaltando-se que, do total de investimentos no mundo, aqueles destinados ao turismo representam 6,5%. No que se refere ao número de empregos gerados, em 2011, o turismo é responsável por 8,3% do total, somando-se os empregos indiretos, o que demonstra a sua importância na economia mundial.

Na América do Sul, as atividades voltadas ao turismo mantêm um ritmo de expansão expressivo, tendo apresentado, no primeiro semestre de 2011, um crescimento de 15% em relação ao ano anterior, equivalendo ao triplo da média mundial, (4,4%), no mesmo período. O Brasil teve um crescimento de 11,7%, também superior ao crescimento médio mundial. No entanto, no ranking de países latinos americanos, o país situa-se em 6º lugar quanto à participação do turismo no PIB nacional, enquanto o México encontra-se no 1º lugar, com o percentual de 6,19%, como se observa no Gráfico 1.7

Gráfico 1 – Participação direta e indireta do Setor de Turismo no PIB nacional dos países latino americanos, 2011

Fonte: World Travel & Tourism Council (WTTC), 2011. **Disponível em:** http://www.wttc.org/bin/pdf/original_pdf_file/2011_world_economic_impact_rep.pdf

Porém, deve-se levar em conta que o país encontra-se com a economia diversificada, enquanto alguns dos países classificados, neste ranking em posição superior a ele, têm no turismo uma de suas maiores fontes de renda.

Ao mesmo tempo, considerando o potencial turístico existente no país, percebe-se que a participação do turismo, no PIB nacional, tem um potencial para ser mais elevada, dependendo das políticas públicas para o setor.

Turismo Sustentável

A OMT (Organização Mundial do Turismo, 2011), define o turismo sustentável como *"ecologicamente suportável em longo prazo, economicamente viável, assim como ética e socialmente equitativo para locais e comunidades, exigindo integração com o ambiente natural, cultural e humano"*, o

que representa a inclusão das comunidades locais e do meio ambiente como protagonistas nas políticas públicas voltadas ao setor.

Dessa forma, o turismo sustentável reporta-se ao conceito original de sustentabilidade, que segundo Jacobi (2006, p. 115):

> Implica uma necessária inter-relação entre justiça social, qualidade de vida, equilíbrio ambiental e a necessidade de desenvolvimento. Isto representa a possibilidade de garantir mudanças sociopolíticas que não comprometam os sistemas ecológicos e sociais nos quais se sustentam as comunidades.

Ainda segundo aquele autor: *"É cada vez mais notória a complexidade desse processo de transformação de um cenário urbano crescentemente não só ameaçado, mas diretamente afetado por riscos e agravos socioambientais".*

De fato, constata-se que a atividade turística faz parte desse processo, enquanto agente transformador dos espaços urbanos voltados para o consumo de bens e serviços, tendo a paisagem como um dos "produtos" a oferecer. A crítica de muitos autores sobre o desenvolvimento do turismo atual, é que, não se trata do desenvolvimento pelo turismo e sim do desenvolvimento para o turismo, o que significa que a preocupação com a criação de cenários adequados à atração turística supera aquelas com a população e o meio ambiente local.

Na implementação de uma política de desenvolvimento turístico que tenha como objetivo atrair o deslocamento de

grandes contingentes populacionais, uma das dificuldades a serem ultrapassadas é garantir a sustentabilidade baseada no tripé: desenvolvimento econômico, qualidade de vida e proteção do meio ambiente, como se verifica no caso dos dois municípios estudados.

O turismo de massas é tido como um sério risco aos ambientes naturais e às comunidades locais, e alguns autores tratam-no como "pólo oposto" ao turismo sustentável e consideram que este só é viável em pequena escala, e de forma alternativa. No entanto, as estatísticas mostram que o turismo de massa vem crescendo, abrangendo as várias classes sociais, com grandes redes de serviços integradas oferecendo "pacotes" completos a preços acessíveis. Com isso, transformam-se cidades com sua economia voltada exclusivamente para as atividades turísticas.

Outros autores consideram que existe a possibilidade da implementação do turismo de massas de forma sustentável, a partir da implantação de infraestrutura e regras que permitam manter a integridade das condições locais tanto físicas como culturais. FERREIRA (2010 p. 50) propõe o princípio da convergência, que segundo ele, representa a compreensão "do turismo sustentável como um objetivo a alcançar, independentemente da escala, aceitando que o conceito ainda está em evolução e isso limita sua consolidação e que não se trata de eliminar o turismo de massa, mas de encontrar formas mais sustentáveis de exercê-las".

Dessa forma, vem crescendo o movimento internacional das grandes cadeias hoteleiras, no sentido de adotar práticas sustentáveis nos seus estabelecimentos, investindo em novas tecnologias e medidas para mitigar as emissões de carbono.

Porém, do ponto de vista social e cultural, essas cadeias internacionais, muitas vezes, promovem a gentrificação da região onde se instalam, pela atração das classes de mais alta renda e pela valorização dos imóveis em seu entorno, fazendo com que a população local se desloque para outras áreas não demandadas pelo processo, com condições inferiores daquelas onde residiam anteriormente. Passam a ser atores coadjuvantes das cidades onde vivem e onde os turistas são os protagonistas principais.

O conceito de turismo sustentável não pode ser entendido sem a participação de todos os atores que atuam num determinado espaço, e sem a análise criteriosa da capacidade de suporte que o meio físico dispõe para receber um contingente humano, no caso do turismo de massa.

As Fases da atração dos destinos turísticos

O desenvolvimento dos destinos turísticos passa por diversas fases e, em alguns casos, depois de algum tempo, a atração dos turistas sofre um arrefecimento, fazendo com que esses espaços se esvaziem, ficando degradados. Os investidores externos passam a procurar outros locais para seus empreendimentos e a população residente fica com o ônus da recuperação da paisagem e da economia local. Nesse sentido, o modelo de ciclo de produto para o turismo, desenvolvido por BUTLER (1980), propõe uma análise das condições dos destinos turísticos a partir do modelo de análise para o Ciclo de Vida das Destinações Turísticas. Ele considera que esses destinos, durante sua evolução, passam por seis fases, quais sejam: exploração, investimento, desenvolvimento, consolidação, estagnação, declínio e, talvez, rejuvenescimento.

Na fase de exploração, é quando aparecem os primeiros turistas, que divulgam o lugar como destino, e a população se torna receptiva a eles. A fase de investimentos se dá quando há a percepção do poder público e dos empreendedores locais ou não, da potencialidade do lugar e passam a investir em melhorias e adequações para o setor turístico.

A fase de desenvolvimento é identificada pelo momento em que começa a crescer o número de turistas, passando em seguida para a fase de consolidação, quando o destino já é bastante conhecido e tem uma procura regular. A partir dessa fase, existem várias alternativas, entre elas:

- Os empreendedores e o poder público se acomodam e não investem na manutenção dos espaços públicos e privados, nem em novos atrativos, gerando uma estagnação que tenderá ao declínio do destino turístico. O destino chega ao seu limite de saturação a partir de vários fatores, muitos deles vinculados à capacidade de suporte do meio físico, ou do meio social. Nesse caso, associado ao esvaziamento da procura turística, aparece o desgaste econômico da comunidade local, com a perda da renda que repercute nas finanças públicas.
- Ou, diferentemente, os empreendedores e o poder público, na fase de consolidação percebem que, para manter o destino atrativo é necessário investir em novas atrações e manter uma boa qualidade de vida do lugar, passando para a fase de rejuvenescimento da atividade. Nesse caso, observa-se que as questões ambientais são fatores importantes de rejuvenescimento.

O Turismo no Brasil

Como foi descrito inicialmente, vários fatores foram responsáveis pelo incremento do turismo no Brasil nas últimas décadas: aumento da renda da população, crescimento das companhias aéreas, ampliação da infraestrutura viária e dos serviços ligados ao turismo.

Do ponto de vista da gestão pública, ainda no final da década de 50, foi criada a Companhia Brasileira de Turismo, substituída posteriormente pela Embratur, autarquia vinculada ao Ministério do Turismo (MTB), que tem como objetivo implementar a Política Nacional do Turismo - PNT.

Com a realização da Rio/92, a PNT foi obrigada a incorporar as questões ambientais, até então pouco consideradas nos empreendimentos turísticos. A Lei nº 11.771/2008 que instituiu a Política Nacional de Turismo define o papel do poder público no setor, atuando na promoção da logística e propiciando condições para a capacitação da mão-de-obra. Para sua implementação, o MTB tem desenvolvido estudos e pesquisas objetivando avaliar a real situação dos principais destinos turísticos nacionais e dos potenciais ainda não explorados.

Existem hoje no país, sessenta e cinco destinos indutores de desenvolvimento turístico regional, segundo o MTB, que os classificou de acordo com os seguintes critérios: infraestrutura; acesso; serviços e equipamentos turísticos; atrativos turísticos; marketing e promoção do destino; políticas públicas; cooperação regional; monitoramento; economia local; capacidade empresarial; aspectos sociais; aspectos ambientais e aspectos culturais. A partir destes critérios foi

definida uma pontuação de 0 a 100 para cada item e calculada a média ponderada entre eles. Outro critério adotado pelo estudo foi a separação entre os municípios, capitais de estados e não capitais.

Porto Seguro e Balneário Camboriú foram incluídos nas macrozonas regionais à que pertencem, sendo Porto Seguro um dos 23 destinos da macrozona nordeste e Camboriú, um dos nove destinos da macrozona sul, conforme mostra o Quadro abaixo:

Quadro 1 - Principais Destinos Indutores das Macrorregiões Sul e Nordeste

Macrorregião Sul	**Cidades**
	Curitiba
Paraná	Foz do Iguaçu
	Paranaguá
	Bento Gonçalves
Rio Grande do Sul	Gramado
	Porto Alegre
	Balneário Camboriú
Santa Catarina	Florianópolis
	São Joaquim
Macrorregião Nordeste	**Cidades**
Alagoas	Maceió
	Maragogipe
	Lençóis
	Maraú
Bahia	Mata de São João
	Porto Seguro
	Salvador
	Aracati
	Fortaleza
Ceará	Jijoca de Jericoacoara
	Nova Olinda

Maranhão	Barreirinhas São Luís
Paraíba	João Pessoa
Pernambuco	Fernando de Noronha Ipojuca Recife
Piauí	Parnaíba São Raimundo Nonato Teresina
Rio Grande do Norte	Natal Tibaú do Sul
Sergipe	Aracaju

Fonte: Índice de Competitividade do Turismo Nacional - 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional – Relatório Brasil 2010 / Luiz Gustavo Medeiros Barbosa (Organizador) Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

Para avaliar a competitividade desses destinos no cenário nacional e internacional, um dos itens que teve bastante peso na análise foi o seu status ambiental, não somente em relação ao turismo, mas avaliando principalmente os seguintes aspectos: Estrutura e legislação municipal de meio ambiente; Atividades em curso potencialmente poluidoras; Rede pública de distribuição de água; Rede pública de coleta e tratamento de esgotos; Coleta e destinação pública de resíduos; e Unidades de conservação do território municipal.

É interessante notar que nenhum dos aspectos analisados levou em conta a paisagem natural e antrópica desses locais, apesar da influência que exercem na escolha dos usuários.

Balneário Camboriú e Porto Seguro

Os municípios de Balneário Camboriú e Porto Seguro têm em comum as características de destinos atrativos de turismo de massa, consolidados efetivamente a partir da década de 80, e desprovidos, na época, de um planejamento que lhes garantisse um desenvolvimento sustentável. O Quadro 2, abaixo, apresenta informações gerais sobre cada um deles, observando-se que a densidade demográfica de Camboriú é aproximadamente seis vezes maior que a de Porto Seguro, enquanto que o incremento populacional, entre 1991 e 2010, de Camboriú foi de 7,17%, enquanto o de Porto Seguro foi de 266,20% no mesmo período, demonstrando que, enquanto Camboriú mantém a característica de local turístico com uma população flutuante nas temporadas, Porto Seguro se estrutura a partir de um crescimento populacional expressivo, que se soma aos turistas.

Quadro 2 – Dados Gerais sobre os municípios Balneário Camboriú/SC e Porto Seguro/BA

MUNICÍPIOS	BALNEÁRIO CAMBORIÚ	PORTO SEGURO
Área do município	214,49 km²	2408,49 km²
Densidade Demográfica	290.43 Hab/Km²	52,72 Hab/Km²
População Total 1991	58.188 habitantes	34.661 habitantes
População Total 2000	73.292 habitantes	95.721 habitantes
População Total 2010	62.361 habitantes	126.929 habitantes
População Urbana 2010	59.231 habitantes	104.078 habitantes
População Rural 2010	3.130 habitantes	22.851 habitantes
Homens	31.159 habitantes	63.489 habitantes
Mulheres	31.202 habitantes	63.440 habitantes
Incidência de Pobreza (2003)	36,93% da PT	52,17% da PT

Indice de Gini	0,39	0,47
População Residente em domicílios particulares com saneamento inadequado e rendimento nominal domiciliar per capita médio mensal até ½ salário míni-mo. (R$255,50) (2011)	60,0%	78,4%
Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade – 2010	1,5%	12%

Fonte: IBGE Cidades, 2010.

Balneário Camboriú

A ocupação do território onde se localiza o Balneário Camboriú ocorreu por volta de 1758, quando algumas famílias procedentes de Porto Belo se estabeleceram no lugar denominado Nossa Senhora do Bonsucesso, que mais tarde passou a se chamar Barra. Atraídas pela fertilidade do solo e pelo clima, chegaram outras famílias de origem alemã.

A vocação turística da região surgiu efetivamente a partir de 1920, com as primeiras casas de veraneio, de moradores provenientes do Vale do Itajaí, que trouxeram o hábito até então inexistente na região, de utilizar a praia como área de lazer e ali instalar a segunda residência da família.

A implantação da BR 101, na década de 1970, proporcionou um grande crescimento de turistas, atraídos pela facilidade de acesso, inclusive turistas latino-americanos, principalmente argentinos e paraguaios, que desde então frequentam a região.

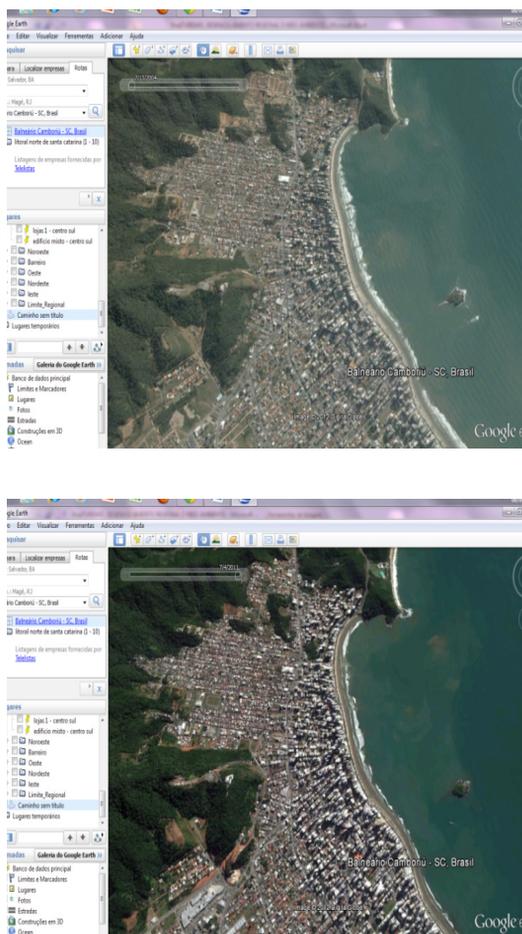
O Balneário Camboriú, como destino turístico, teve várias potencialidades que o favoreceram: sua localização numa região litorânea de especial beleza natural; a existência de equipamentos de turismo de grande porte em municípios próximos, destacando-se o Parque Beto Carrero World (Município Penha); a realização da October Fest, (Município Blumenau) que propiciou a criação de uma extensa programação de festas populares nos municípios da região.

Outra motivação para os turistas é a existência de importantes indústrias têxteis existente no Vale do Itajaí, com vários pontos de venda ao longo das estradas de acesso à Balneário Camboriú, e um comércio intenso na própria cidade, oferecendo preços vantajosos.

De acordo com o ciclo de vida das destinações turísticas de Butler, Camboriú passou da fase de consolidação e encontra-se na fase de rejuvenescimento, uma vez que tanto o poder público como os empresários locais, continuam investindo em novas atrações, entre as quais, destacam-se: o Parque Unipraias, o Cristo Luz, a Via Gastronômica, o zoológico, o teleférico do Parque Cyro Gevaerd, além de uma área comercial diversificada.

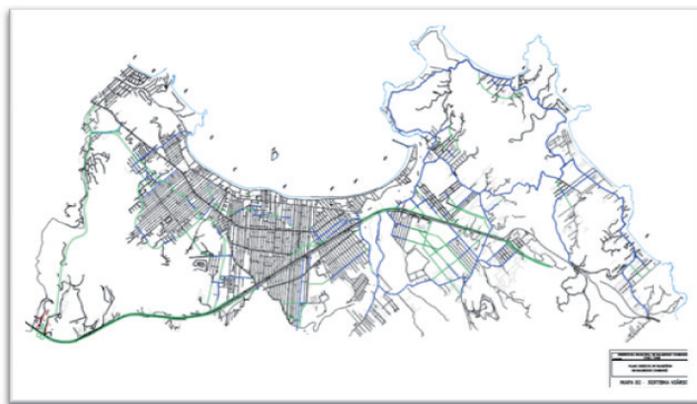
É possível observar um processo de gentrificação que vem ocorrendo a partir da década de 2000, com o aumento dos empreendimentos de luxo que tiveram, nos últimos anos, uma valorização bem acima da valorização média de edificações similares em grandes cidades não litorâneas do Sul do país. Também nas áreas próximas ao mar, ocorreu um surto de edificações de 30 a 40 pavimentos, com a aquiescência do poder público, que promoveu alterações na lei de zoneamento, permitindo a liberação do número de pavimentos

em algumas zonas da cidade. Essa valorização intensiva tem levado a população de mais baixa renda a procurar lugares mais distantes, principalmente, no município de Camboriú, desmembrado do Balneário do mesmo nome.

Figura 1 – Evolução da Ocupação
Imagens de Balneário Camboriú - 2004 e 2011

Fonte: Google. Acessado em 30/03/2012.

Os problemas ambientais, por sua vez, vêm se ampliando na área urbana, como por exemplo: as faixas de preservação permanente (APPs) ao longo dos córregos e rios urbanos (a lei de zoneamento municipal definiu uma faixa de 15 m ao longo de cada margem dos rios e córregos, contrariando o Código Florestal Federal (Lei nº 4771/ 65, que determina uma faixa de preservação permanente de 30m ao longo de cada margem).

A infraestrutura viária, com caixas de vias estreitas, herança do parcelamento inicial do solo, e a elevação do gabarito das edificações criam problemas de insolação nos andares mais baixos, que associados à umidade do ar, fazem proliferar fungos, que prejudicam a saúde dos habitantes.

Figura 2 – Traçado Viário de Balneário Camboriú

Fonte: Prefeitura Municipal de Camboriú, 2012.

Também os espaços públicos e a própria praia têm ficado cada vez mais prejudicados com o sombreamento provocado pelos edifícios.

Figura 3 – Sombreamento da praia pelos edifícios da Avenida Beira Mar

Fonte: Autora (2012)

A liberação do gabarito das edificações, em algumas zonas, vem gerando o lançamento de projetos de prédios cada vez mais altos, como mostram os exemplos na Figura nº 4.

Figura 4 – Lançamentos de Edifícios com mais de 30 andares

02 TORRES COM 49 PAVIMENTOS EM CADA UMA	41 PAVIMENTOS	41 PAVIMENTOS

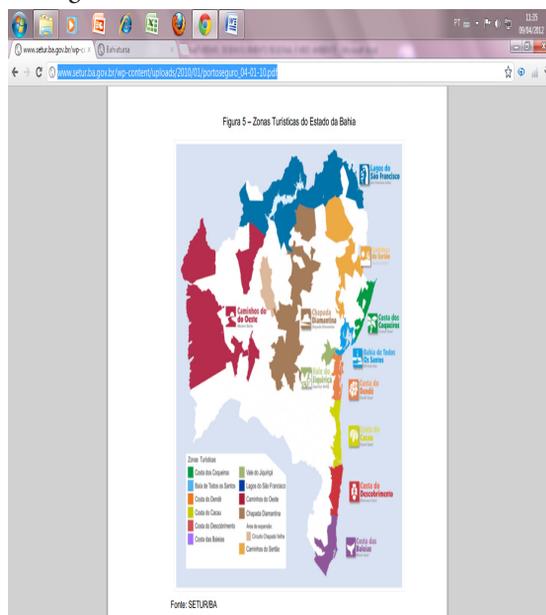
03 TORRES COM 38 PAVIMENTOS EM CADA UMA	38 PAVIMENTOS	37 PAVIMENTOS

Fonte: Disponível em http://www.skyscrapercity.com. Acessado em 30/03/2012.

Essa verticalização intensiva tende a produzir uma densidade populacional em épocas de temporada, que saturará os serviços e equipamentos urbanos, além de ampliar os congestionamentos já existentes na cidade como um todo.

Porto Seguro, Bahia

Porto Seguro se configura no segundo polo de atração turística da Bahia, sendo superado apenas por Salvador e é o destino de 10,8% dos turistas que visitam o Estado. Um dos principais atrativos de Porto Seguro é de caráter histórico-cultural, uma vez que o município é reconhecido como o "lugar de origem da nação brasileira", tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Mas, a beleza natural de suas praias e o ecossistema diversificado fazem do município um dos 23 principais destinos indutores de turismo da Macrozona Nordeste.

Figura 5 – Zonas Turísticas do Estado da Bahia

Fonte: SETUR-BA. Disponível em http://www.setur.ba.gov.br/wp-content/uploads/2010/01/portoseguro_04-01-10.pdf. Acesso em 31/03/2012.

Um estudo das áreas turísticas do Estado, realizado pela SETUR-BA, identificou que as mesmas encontravam-se dispersas nas diversas regiões do Estado, como mostra a Figura 5 acima. Para melhor estruturar a sua gestão, foram agrupadas em função da sua proximidade física e temática.

O crescimento urbano da Zona Turística Costa do Descobrimento, à qual pertencem Porto Seguro, Caraíva e Itaquena, gerou perdas ambientais, uma vez os ecossistemas associados, como dunas, restingas e brejos foram ocupados pela urbanização e barracas de praia, fazendo com que a Costa

do Descobrimento fosse considerada prioritária na implantação de projetos pelo Programa de Desenvolvimento Turístico – PRODETUR, com financiamento externo.

O incremento da população, que entre 1991 e 2010 foi de 92.268 habitantes, teve um forte impacto sobre o município, desde a geração de ocupações irregulares, crescimento do comércio informal e sobrecarga dos serviços e equipamentos públicos. A seca e a crise na lavoura de cacau, que ocorreram na Bahia, tiveram como consequência uma migração de pequenos lavradores para as cidades litorâneas do sul da Bahia, tendo nas ocupações informais uma fonte de renda. O bairro "O Baianão" é uma favela de Porto Seguro onde residem aproximadamente 20.000 habitantes cuja fonte de renda são atividades ligadas ao turismo.

Ao mesmo tempo em que o município desenvolve planos estratégicos para o fortalecimento do turismo, verifica-se, nos resultados do último censo do IBGE (2010), que a população não tem conseguido capitalizar esses esforços a seu favor, uma vez que aproximadamente 60,27% dos domicílios dispõem de uma renda igual ou inferior a dois salários mínimos, enquanto 12% da população de 15 anos ou mais não sabem ler ou escrever.

Considerações Finais

A demanda turística dos dois municípios se expressa de forma diferente, enquanto em Camboriú é fortalecida a opção de segunda moradia para as faixas de renda mais altas, em Porto Seguro, a demanda gira em torno de "pacotes" oferecidos pelas agências de viagem e a rede hoteleira instalada.

Balneário Camboriú está se transformando num polo regional de comércio e serviços especializados, com a criação, inclusive, de um centro universitário, e seus atrativos vão se aglutinando em torno de atividades urbanas (bares, restaurantes, shoppings centers, cinemas, entre outros), enquanto a praia já não é mais o fator principal de atração, uma vez que as praias próximas oferecem mais qualidade ambiental para os que procuram por esse tipo de lazer.

Porém, os demais municípios litorâneos de Santa Catarina vêm seguindo seu modelo de urbanização, correndo-se o risco da inviabilização da região pela saturação de pessoas e carros nas temporadas, acompanhada por uma verticalização intensiva, sem áreas livres. Caberá então, segundo Butler, rever as propostas de ocupação do solo urbano, de forma a garantir a sustentabilidade urbana, que envolve além dos aspectos ambientais já identificados, outros fatores tais como a mobilidade e a logística urbana, o saneamento ambiental, entre outros.

Porto Seguro, em função do reconhecimento da sua importância na história brasileira e das características do seu litoral, apresenta qualificações para a manutenção de seu papel de polo turístico nacional. O município tem condições de ofertar um turismo de massa, bastando para isso, implementar as políticas desenvolvidas pelos planos estaduais e municipais para a região, além de dirigir mais atenção à população residente, capacitando-a para usufruir os benefícios econômicos gerados pelo turismo.

Cabe a seus governos e suas comunidades locais uma reflexão sobre que futuro estão construindo e se essas serão as cidades que desejam para suas gerações futuras. No caso

de Porto Seguro, essa reflexão se estende ao seu patrimônio cultural e histórico, de grande relevância para o país. No caso de Balneário Camboriú, é importante avaliar a capacidade de suporte de seu ambiente natural com relação às densidades populacionais que estão sendo geradas no seu espaço urbano.

Referências

AGUIAR, Leila Bianchi. **Os Sítios Urbanos como Atração Turística: o Caso de Porto Seguro.** Caderno Virtual de Turismo. ISSN: 1677-6976 , v. 3, n. 1. 2003.

BUTLER. R. W. **The concept of a tourist area life cycle of evolution implications for manaagement of resources.** Canadian Geographer, Vol. 24, n. 1, p 5-12. 1980.

CORDEIRO, Itamar, BENTO, Eloíza, BRITTO, Carlos. **Turismo e desenvolvimento sustentável: considerações sobre o modelo de resorts no litoral nordeste do Brasil.** Disponível em: <www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno>. Acesso em 31 mar 2012.

JACOBI, Pedro. **Dilemas Socioambientais Na Gestão Metropolitana: Do Risco À Busca Da Sustentabilidade Urbana** in POLÍTICA & TRABALHO Revista de Ciências Sociais, n.25, p. 115-134, 2006.

LUCHIARI, Maria Tereza D. P . **Urbanização Turística Um Novo Nexo Entre O Lugar E O Mundo**. Texto apresentado no II Encontro Nacional de Turismo com Base Local. Fortaleza, publicado nos Anais do mesmo congresso, 1998.

SOARES, Cristiane. **Turismo e Integridade Ambiental: realidades e conflitos na paisagem litorânea.** Rio de Janeiro: Editora SENAC Rio, 2011. OMT. **World Tourism Barometer**. Madri, v.7, n.2, junho 2009.

WTTC World Travel & Tourism Council (), 2011. Disponível em: <http://www.wttc.org/bin/pdf/original_pdf_file/2011_world_economic_impactrep.pdf> Acesso em: 25/03 /2012.

SECTUR - Secretaria de Turismo de Balneário Camboríu. Disponível em: <http://www.secturbc.com.br>. Acesso em: 25/02 /2012.

SETUR – BA - Secretaria de Estado de Turismo da Bahia. Disponível em: <http://www.setur.ba.gov.br/wp-content/uploads/2010/01/portoseguro_04-01-10.pdf.> Acesso em: 31/03/2012.

MT – Ministério do Turismo. **Índice de Competitividade do Turismo Nacional - 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional – Relatório Brasil 2010**.

FERREIRA, Larissa da Silva. **Organização das Políticas Públicas de Turismo no Brasil: Diretrizes Nacionais e Fragilidades Locais**. Núcleo RMNatal – Observatório das Metrópoles e PPGe- UFRN, 2010.

BRASIL. Lei nº 11.771/2008 Institui a Política Nacional de Turismo. Disponível em: <http://www.camara.gov.br>. Acesso em: 25/02 /2012.

Parte II

Turismo e Cultura

Um caminho possível: cultura como fator de desenvolvimento no alinhamento do turismo à economia da cultura

André Luiz Piva de Carvalho
Zulmira Silva Nóbrega

Introdução

Entre o conjunto de noções e conceitos aberto e ecléticos de desenvolvimento, destacamos, pela sua evidente plausibilidade, seu livre trânsito no campo da racionalidade, numa acepção com lastro histórico, em contínuo processo de aperfeiçoamento em todos os períodos histórico-sociais de diferentes civilizações, segundo as necessidades do grupo humano envolvido, de formas diversificadas, sempre com um perfil de algo nobre em favor dos interesses comunitários, em particular por sugerir ou mesmo encaminhar mudanças.

Um dos temas mais recorrentes sobre desenvolvimento é aquele que o entrelaça à modernidade, fenômeno sociocultural surgido na sociedade europeia de meados do século XIX – nas últimas décadas já envolto nas questões relativas à pós-modernidade[1] –, eivado de transversalidades. De um lado, a rede simbólica de exaltação à modernidade por interpretar as consequências econômicas, tecnológicas, socioculturais advindas com a Revolução Industrial e o avanço do capitalismo, além de provocar mudanças nas artes, comunicação, ciências e em outros movimentos de vanguarda. A modernidade, assim, inconsistente e ambígua, ao atravessar um longo período da história contemporânea como a série de movimentos que se opõe às compreensões naturalistas, cíclicas e com regularidade cronológica em relação ao avanço temporal do mundo e das características socioculturais mais comuns dos grupos humanos, num conjunto de processos que promovem a autonomia do pensamento ao se dedicar à ciência, à técnica e às artes. Váttimo (1996, p VI), contextualiza a ideia:

> A modernidade caracteriza-se, de fato, por ser dominada pela ideia da história do pensamento como uma 'iluminação' progressiva, que se desenvolve com base na apropriação e na reapropriação cada vez mais plena dos 'fundamentos', que freqüentemente são pensados também como

1 O aprofundamento sobre pós-modernidade não faz parte dos objetivos deste texto, mas na necessidade de conceituar a expressão, mesmo que de forma superficial, consideramos que se trata de modo de definir as características díspares do mundo contemporâneo, de manifestações socioculturais diversificadas e transversais convivendo lado a lado, algumas delas já indefinidas e difusas em seu próprio interior.

> as ‘origens’, de modo que as revoluções teóricas e práticas da história ocidental se apresentam e se legitimam na maioria das vezes como ‘recuperações’, renascimentos, retornos.

Entretanto, como as demais temáticas multidisciplinares de competência das ciências sociais, modernidade não escaparia dos entendimentos controversos, de substanciais posicionamentos dialéticos. Uma das questões mais proeminentes surge ao pensarmos na problemática em função de nações historicamente periféricas, caso dos países latino-americanos, cuja evolução histórico-social, cultural e política bem diversa do mundo europeu, sempre teve ambientes desconexos para os princípios modernistas. Sabemos, por exemplo, como o Brasil é historicamente reconhecido pelo seu enorme fosso socioeconômico, ao suportar padrões de consumo e concentração de riquezas em desequilíbrio, adotar estratificações socioespaciais, comportamentos, valores e ideias de sociedades mais ricas e avançadas, virando as costas para as outras realidades do país, caracterizadas pela carência material das populações. Apenas nos anos mais recentes, particularmente no governo do presidente Lula, a partir de 2003, o país adotou programas sociais que almejam reduzir de forma mais incisiva a pobreza e as desigualdades. Políticas públicas que demoraram a chegar, num atraso bastante prejudicial nos objetivos de justiça ou equiparação social. Mas, o pragmatismo do “antes tarde que nunca”, seja no campo concreto como no simbólico, já provocou mudanças nos perversos efeitos das divisões socioeconômicas injustas que se perpetuaram na história sociológica do Brasil.

Contudo, ainda estamos longe de não mais perceber as marcas e os efeitos da procrastinação de políticas públicas tardias que se propõem a curar com maior efetividade as fraturas crônicas das estruturas econômicas e sociais de nosso país, cujo quadro histórico revela como os processos de modernização sempre revelaram contornos de etnocentrismos, ações estamentais segundo os interesses de elites, com o poder para controlar e aliar o poder político e econômico, para manter o povo sem informação e educação em posições inferiores, arcaicas e atrasadas.

Tais quadros estão longe de representar as legítimas aspirações populares, de atender às necessidades pessoais e comunitárias de convivência cidadã, de significar seu pleno desenvolvimento humano, objetivo ainda longe de ser alcançado, quando a meta deve ser o crescimento socioeconômico, mas além de indicadores demonstrados pelos fluxos de produção do país, com elementos que comprovam melhoras reais e tangíveis entre as populações menos favorecidas, nas condições sanitárias de seus lugares de moradia, assistência médica de qualidade, acesso à educação e à inclusão digital, a segurança pública, a série de bens, enfim, que representam o aprimoramento das pessoas e expressam o desenvolvimento de determinada sociedade, o qual ainda é completado pela cultura, até pouco tempo vista, segundo palavras de Hermet (2002, p. 82) como a "cereja que coroaria eventualmente o bolo do bem estar material", mas agora reconhecida como elemento primordial para completar o capital humano de cada comunidade.

Cultura e desenvolvimento nos campos da economia da cultura

A associação entre desenvolvimento e cultura é coisa recente, em virtude de as questões culturais serem historicamente consideradas em função de expressar as diferenças entre os povos, um elemento, então, mais capaz de significar instâncias – usos, costumes, relações sociais, conhecimento empíricos ou técnico-científicos, expressões artísticas, entre as demais manifestações do mundo social – ortodoxas dos grupos humanos, mantenedoras dos modos de vida locais, causas impeditivas de mudanças, incluindo iniciativas de progresso e avanço social. Mas, nos últimos tempos, provavelmente a partir da década de 1980, houve uma quebra contundente nos entendimentos de a cultura expressar o conservacionismo, passando a ser reconhecida como fator indispensável para o aprimoramento humano, a coesão social, a diminuição das desigualdades, o progresso educacional, por intermédio de iniciativas de grandes organismos internacionais de apoio ao desenvolvimento, caso da ONU (Organização das Nações Unidas) que, inclusive, inclui a questão no seu conhecido Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD), Organização Internacional do Trabalho (OIT), entre outros. Todos entenderam que a cultura deveria integrar seus projetos de inclusão social em todos os países; em particular, os menos desenvolvidos, principalmente por objetivar contar com as populações locais como agentes ativos, elementos atuantes nas ações concretas em favor de seu próprio desenvolvimento.

A partir da década de 1990, tornaram-se constantes e comuns ações internacionais, em termos de conferências, simpósios e encontros diversos, criações de grupos de trabalho, publicações acadêmico-científicas e repetidas declarações de importantes dirigentes sobre a relevância do elemento cultural como recurso no combate ao atraso, à miséria, à exclusão social, à desigualdade entre as nações ou mesmo entre comunidades regionais. A conferência internacional denominada *Culture in sustenaible development* (A cultura no desenvolvimento sustentável), realizada em 1998, sob os auspícios do Banco Mundial e da Unesco, significou um marco para a temática cultura se solidificar como fator preponderante nos projetos de desenvolvimento. Tanto que a temática passou a ser objeto de políticas públicas de países antes omissos na questão, caso especial do Brasil, com a chegada do presidente Lula ao poder, a partir de 2003, quando a cultura passou a ser vista como instrumento indispensável para o aprimoramento social, particularmente em termos de desenvolvimento, e também como bem econômico a ser incentivado, inclusive com investimentos financeiros por parte do governo.

O ministro da Cultura Gilberto Gil, já no início de sua administração, em 14 de maio de 2003, em pronunciamento na Câmara dos Deputados, criticou veementemente as políticas públicas brasileiras até então destinadas à cultura: “Na cultura, a irresponsabilidade ou, talvez fosse melhor dizer, a perversão neoliberal foi mais longe do que em qualquer outra área”, além de definir o ideário do novo governo para o setor: “O combate à exclusão social passa necessariamente por uma ação de inclusão cultural, que garanta a pluralidade de nossos fazeres, o acesso universal aos bens e serviços culturais e à criação, produção e difusão desses mesmos bens.” (GIL, 2003)

Nos últimos anos, passamos a verificar a existência de diferentes programas de incentivo à cultura, com diversos tipos de aportes de financiamento, claro que com limitações, do Ministério da Cultura, Ministério da Educação, bancos estatais e particulares, fundações, ONGs, secretarias estaduais e municipais de cultura, entre outros organismos.

Entramos, no Brasil e em outros países, no estágio em que a cultura como vetor do desenvolvimento foi reconhecida pelos projetos de políticas públicas, processo de reconhecida relevância, segundo Hermet (2002, p. 91), cujas palavras têm aplicabilidade universal:

> Ao levar em conta a cultura e, através dela, a diversidade cultural, não só aboliu-se uma representação hierárquica do desenvolvimento, coroada pelo padrão ocidental da modernidade, mas também deu-se uma voz à maioria dos habitantes do planeta, que se sentem alheios a esse padrão. O acontecimento é de primeira magnitude, pois derruba a escala vertical e desigual das culturas e isso não somente em teoria ou em um plano sentimental, mas agora na ordem prática, tornando-a mais horizontal e igualitária.

Em nosso país, percebemos os avanços, principalmente em termos de aporte financeiro, no aumento nas produções cinematográficas, inúmeros espetáculos musicais, teatrais, danças, exposições de quadros, pinturas e outros segmentos das artes plásticas, incentivos a programas de artesanato, publicações de livros, apoio a pesquisas acadêmico-científicas, valorização das culturas de grupos tradicionais, como as comunidades

quilombolas e indígenas, além das ações de apoio às demais manifestações artístico-culturais, com financiamento de diferentes organismos, quase sempre projetos selecionados em editais públicos. Entretanto, para avaliarmos nosso real posicionamento no âmbito do desenvolvimento cultural, necessitamos de respostas a algumas questões: Como está a real participação popular no Brasil no processo em questão? A resistência, envolvimento e comportamento do grande público no campo do consumo cultural mediante o rolo compressor acionado pela indústria cultural? Quais as ações concretas são implementadas no âmbito comunitário para que a cultura realmente seja vetor de desenvolvimento com o aproveitamento das produções artístico-culturais locais? Especialmente, de forma que as medidas adotadas tenham rentabilidade financeira, de modo a disputar, mesmo que minimamente, o mercado dominado pelas grandes corporações que impõem as culturas massivas? Como o turismo plenamente compromissado com o desenvolvimento local, empregando a cultura da terra como recurso, deve ser orientado? No nosso ver, as respostas a tais questões, devidamente contextualizadas, convergem ao campo da economia da cultura.

Percebemos que as políticas públicas de cultura e os norteamentos dos grupos sociais em favor do desenvolvimento se articulam, comprovadamente, com ideários de inclusão, respeito à diversidade cultural e exercícios de cidadania,[2] conforme a enfática declaração do presidente do Banco Mundial,

2 Na abertura do evento científico *A cultura no desenvolvimento sustentável*, já referenciado parágrafos atrás, o presidente do Banco Mundial, James Wolfensohn, declarou de forma enfática: "Temos que respeitar as raízes das pessoas em seu próprio contexto social. Temos que proteger a herança

James Wolfensohn: "Temos que respeitar as raízes das pessoas em seu próprio contexto social. Temos que proteger a herança do passado. Mas também temos que estimular e promover a cultura viva em todas suas múltiplas formas." (apud HERMET, 2002, p. 88)

Wolfensohn interpretou o princípio norteador do desenvolvimento cultural, o consenso sobre ele se concretizar em respeito às raízes locais, porém sem impedir as mudanças, os avanços que representam justamente o desenvolvimento, diretriz que considera a necessidade de se respeitar, o conhecimento, usos, costumes, comportamentos, a cultura das comunidades, conseguindo seu envolvimento nos planos acordados, sua participação ativa aberta à evolução, a qual entendemos como que equiparada a desenvolvimento, porém numa ampliação, associada às metas de crescimento econômico, mediante o consenso de que o avanço social depende de investimentos. Por mais original e caudaloso que seja o cabedal cultural de um povo ou de uma comunidade, como comungar tal privilégio com o desenvolvimento se a vida comunitária acontecer num ambiente insalubre, de necessidades materiais, violência, sem assistência média, escolas e processos políticos democráticos?

Seguimos o pensamento de Yúdice (2004, p. 11), sua visão da "cultura como recurso", na qual os atrativos artístico-culturais são reconhecidos como objetos de investimento, em suas mais diferentes manifestações, por isso tão empregados no desenvolvimento econômico, particularmente em projetos de

---

do passado. Mas também temos que estimular e promover a cultura viva em todas suas múltiplas formas." (apud Hermet, 2002, p. 91)

turismo, além de serem fatores propulsores das indústrias culturais, ou mesmo fontes inesgotáveis "para novas indústrias que dependem da propriedade intelectual"[3]. Para o autor, no conceito da cultura como recurso, há a uniformização nas definições da alta cultura, da antropologia e da cultura de massa, de modo que os diferentes tipos de expressões culturais são empregados como instrumentos para o desenvolvimento, bens econômicos de alto valor.

> A alta cultura torna-se um recurso do desenvolvimento urbano no museu contemporâneo (por exemplo, o Guggenheim de Bilbao). Rituais, práticas estéticas do dia-a-dia, tais como canções, lendas populares, culinária, costumes e outras práticas simbólicas também são mobilizadas como recursos e para a promoção das indústrias do patrimônio. As indústrias da cultura de massa, em especial as indústrias do entretenimento e dos direitos autorais que vêm integrando cada vez mais a música, o filme, o vídeo, a televisão, as revistas, a difusão por satélite e a cabo, constituem os maiores contribuidores mundiais do produto nacional bruto. (YÚDICE, 2004, p. 11)

Porém, devemos observar, por mais otimistas que sejamos em relação à efetividade dos avanços sobre cultura e

---

3 O autor referencia as indústrias criativas, ou economia criativa, a recente forma de se ver as atividades econômicas derivadas da propriedade intelectual, a exemplo da arquitetura, design, cinema, televisão, a diversidade das criações artísticas, atrativos turísticos, entre outras atividades.

desenvolvimento, em particular pelo seu respeito à diversidade cultural, que vivemos em tempos de forte e voraz globalização, em função de seus sistemas implantados em função das lógicas do mercado, como um campo uniforme, universal e comum a todos, em esfera planetária, ou pelo menos aglutinando mercados potenciais de consumo que sugerem a homogeneização cultural, conforme as palavras de Barber (2005, p. 44):

> A cultura americana universal Mcworld é quase irresistível. No Japão, por exemplo, os hambúrgueres e as batatas fritas praticamente substituíram as massas e os sushis; os adolescentes debatem-se com expressões inglesas cujos significados mal percebem para parecerem cool. Na França, onde mais de dez anos os puristas da cultura fazem guerra às depravações do *franglês*, a saúde econômica mede-se também pelo sucesso da Disneylândia-Paris. O sucesso repentino do Halloween, como nova festa francesa para estimular o comércio no período de marasmo que antecede o Natal, não é senão o exemplo mais consternador dessa tendência à americanização.

Há, portanto, um cenário de consumo cultural mundial padronizado que limita os espaços para as expressões locais, sendo que o problema se complica ainda mais em virtude de a mídia de entretenimento ser a grande instituição propagadora, o veículo imbatível para dar amplitude às produções da indústria cultural, que também atua, segundo os direcionamentos e

modelos economicistas ditados pela globalização, sendo peça chave no processo, ao pontuar, ontologicamente, a teleologia do aperfeiçoamento globalizante, delineando um consenso no campo dos debates teóricos, o qual reconhece a sofisticação das redes midiáticas informatizadas de fluxo rápido e contínuo, como um instrumento indispensável para o modelo político-econômico neoliberal[4], cujo determinismo estabelece a rapidez[5] da troca de informações econômicas para manter o frenético comércio nas bolsas de valores e de mercadorias de todo o mundo. A informática com toda sua sofisticada funcionalidade tecnológica é a representação mais imediata do mundo atual, empregada nas suas amplas possibilidades pela tríade comunicação, tecnologia e capitalismo, de extrema utilidade para a mídia no seu papel estratégico de ser instrumento básico para legitimar e impor as ideologias globalizantes do capital financeiro transnacional. São os mesmos agentes agindo em conjunto em função de seus ideários financeiros, políticos neoliberais, banqueiros, multinacionais e investidores internacionais, na movimentação dos mercados mundiais, como donos ou acionistas das grandes empresas de comunicação, em ações uniformes. Conseguem, assim, o domínio da produção simbólica de nossos tempos, mediante

4 "A globalização econômica e cultural seria claramente impossível sem um sistema de mídia comercial global para promover os mercados globais e encorajar os valores de consumo. A própria essência da revolução tecnológica é o desenvolvimento radical da comunicação digital e da informática" (MCCHESNEY, 2005, p. 217).

5 Para Sodré (2005, p. 23), "Global mesmo é a medida da velocidade de deslocamentos de capitais e informações, tornados possíveis pelas teletecnologias – globalização é, portanto, um outro nome para a "teledistribuição" mundial de um determinado padrão de pessoas, coisas e, principalmente, informações".

sua capacidade de distribuição dos produtos culturais em escala planetária, em números impressionantes, conforme os dados apresentados por Moraes (2005, p. 198-199):

> A mídia global encontra-se nas mãos de duas dezenas de conglomerados, com receitas entre cinco e 35 bilhões. Eles veiculam dois terços das informações e dos conteúdos culturais disponíveis no planeta. Entrelaçam a propriedade de estúdios, produtoras, distribuidoras e exibidoras de filmes, gravadoras de discos, editoras, parque de diversões, TVs abertas e pagas, emissoras de rádios, revistas, jornais, serviços *on line*, portais e provedores de Internet, vídeos, videogames, jogos, *softwares*, CD-ROMs, DVDs, equipes esportivas, megastores, agências de publicidade, marketing, telefonia celular, telecomunicações, transmissão de dados, agências de notícias e casas de espetáculos."

Em tal panorama, estabelece-se, o desafio para que as expressões artístico-culturais locais façam parte dos campos da economia da cultura, em prol do desenvolvimento do lugar. Uma luta desigual, ainda mais difícil ao considerarmos que os métodos das grandes corporações midiáticas em produzir, veicular e faturar com suas produções de entretenimento, preenchem espaços de mercados culturais geograficamente dispersos, com técnicas de absorção das especificidades socioculturais dos lugares onde atuam.

O processo pode ser comprovado ao percorrermos a programação das TVs por assinatura, transmitidas por satélite ou a cabo, quando verificamos que cada uma das grandes produtoras oferece diversos canais de filmes e séries com as marcas HBO, Fox, Universal, Warner, Sony, Disney, Telecine, entre outros, de propriedade de conglomerados transnacionais, que têm na liderança seis gigantes: a fusão que redundou na AOL-TIME-WARNER, Vivendi Universal, Disney, News Corporation, Bertelsmann e Viacom. E vale lembrar que essas megacorporações ainda são proprietárias de provedores da internet, além de produzir e distribuir conteúdos que circulam em tal mídia. Seus produtos dominam o mundo do entretenimento, que chega aos públicos massivos ou específicos dos Estudos Unidos, Europa, países asiáticos, incluindo até as nações árabes muçulmanas, e de toda a América Latina. Daí o astronômico faturamento do setor.

As Organizações Globo, lideradas pela sua rede de TV, fazem parte do processo. Não por acaso, o conglomerado é cliente, assim como as demais TVs brasileiras, dos produtos culturais vindos das corporações transnacionais. Além disso, a Globo é proprietária ou principal acionista das principais empresas de TV por assinatura do país, casos da Sky e NET.

Há, portanto, realmente, um poderoso sistema a ser enfrentado, cujos efeitos são avassaladores para a difusão e sobrevivência das produções culturais locais, percebidos de forma bastante pragmática se atentarmos para o consumo cultural da sociedade brasileira, do cidadão comum. Quem deixa de ver uma telenovela da Globo para assistir a uma produção musical ou teatral local se tais produtos não forem famosos, fazerem parte dos circuitos das indústrias culturais? Sabemos

ser um público reduzido, seleto em termos de opções culturais, cujo envolvimento em processos de cultura e desenvolvimento local representa uma limitação numérica impeditiva para o sucesso de projetos no setor.

A problemática se configura em traços mais duros ainda ao tomarmos conhecimento do tipo de declaração dada por quem é um abalizado representante da indústria cultural, como o falecido Emilio Azcarraga, bilionário fundador da Televisa mexicana, que afirmou: "O México é o país de uma classe, modesta, muito ferrada, que nunca deixará de ser ferrada. A televisão tem a obrigação de levar diversão a essas pessoas e afastá-las de sua triste realidade e de seu difícil futuro." (apud MCCHESNEI, 2005, p. 228). Se considerarmos tal tipo de pronunciamento como verdade absoluta concluiremos que a cultura como instrumento de desenvolvimento local é uma inexpugnável utopia.

Cultura e desenvolvimento na economia do turismo

Todavia, ao procurarmos por alternativas, encontramos as indicações e análises de Yúdice (2004), que pontua uma série de movimentos culturais com resultados profícuos em termos de desenvolvimento, particularmente na perspectiva econômica, de diferentes lugares, a exemplo das iniciativas para a cidade espanhola de Bilbao, capital da Pátria Basca, para se tornar um centro turístico-cultural de primeira linha, o trabalho do grupo baiano Afro Reggae, Miami como capital cultural da América Latina, o Funk do Rio de Janeiro, entre outros.

O autor fortalece e subsidia nosso pensamento, que segue às diretrizes do turismo de base local,[6] área de princípios e estruturação muito dependente da cultura do lugar, cujas concepções acreditam nas possibilidades da cultura como ferramenta para o desenvolvimento regional desde que haja ações exequíveis em tal sentido, a partir de políticas públicas sérias e realmente comprometidas, sabendo-se que há espaços preenchidos pelas indústrias culturais transnacionais por falta de iniciativas autóctones. Precisamos de criatividade e até mesmo um pouco de picardia para enfrentar as imposições globais, entrando no jogo com lucidez, estratégias precisas para atuar de forma diferenciada.

Sabemos de como a cultura local é atrativa para o mercado turístico, nacional e internacional, conforme coloca, criticamente, Lanfant (apud BARRETO, 2000, p. 47 - 48):

> A busca dos elementos característicos e diferenciais de cada cultura aparece como uma necessidade de mercado, a cultura autóctone é a matéria-prima para a criação de um produto turístico comercializável e competitivo internacionalmente. O legado cultural, assim transformado em produto para o consumo, perde seu significado. A cultura deixa de ser importante por si mesma e passa a ser importante por suas implicações econômicas. A história não é importante porque mostra as raízes, mas porque traz dinheiro.

---

6 A expressão turismo de base local foi cunhada pelos pesquisadores da área de Geografia da Universidade de São Paulo (USP), para designar as propostas de um desenvolvimento turístico humanista que contemple as comunidades receptoras, com ofertas de atividades autênticas, caracterizadas pela identidade, espontaneidade e formação sociocultural genuína dos lugares.

Em que pesem as palavras da autora, mediante seu lúcido posicionamento denunciativo, comungando com diversos outros estudiosos que seguem as trilhas das escolas críticas do turismo, vemos a questão numa posição dialética, ao acreditarmos que o pensamento reflexivo crítico sobre a matéria já contribuiu o suficiente. Cremos, portanto, que as proposições acadêmicas devem ousar um pouco mais. Não há como defender o desenvolvimento turístico pautado pela ditadura economicista, no papel de lobo voraz ao tudo engolir em favor do lucro, na ordem que decide unilateralmente por polpudas vantagens aos investidores, em detrimento da comunidade receptora local. Porém, não há como negar que o turismo, na sua mais absoluta concepção da vida prática e real, é regulado pelas iniciativas políticas e econômicas. Os estudos acadêmico-científicos não podem desconsiderar tal fato, sob pena de inocuidade. Não se trata de capitular em favor dos objetivos comerciais, mas apontar para os mercantilismos e formas de enfrentamentos, denunciar e indicar caminhos, contextualizar de forma a propor caminhos exequíveis e profícuos que, de antemão reconheçam a cultura como fator de desenvolvimento, em particular no turismo, observando-se que: "O conhecimento e também o reconhecimento da cultura de cada grupo humano criam a capacidade de ajudá-lo a conservá-la viva, sem por isso deixar de fazê-la evoluir sem transtornos intempestivos de origem exterior." (HERMET, 2002, p. 88).

Confiamos à cultura local, material e imaterial, em especial as criações artístico-culturais de agentes do lugar, um papel de produto competitivo sim, até mesmo como ação de resistência à cultura globalizante, principalmente se reconhecemos sua originalidade, qualidade, diversidade e riqueza, em condições, portanto, de afastar os riscos de padronização e

pasteurização, apesar de serem necessários processos seletivos, de valorização daquilo que realmente tem relevância cultural. Garcia (1998, p. 40), indica os caminhos a serem seguidos:

> As coalisões locais para desenvolvimento do turismo devem otimizar seus meios regionais inovadores, constituídos em conjuntos de habilidades coletivas no lugar, manifestas por meio da cultura. Daí que a cultura seja um dado fundamental a ser considerado na produção local do turismo.

Também não vemos problemas em a história de cada lugar turístico ser incluída no rol de atrativos que proporcionam rentabilidade econômica, sendo que o respeito às raízes e memórias locais não depende de seu uso pelo turismo, mas da forma como a própria comunidade a reconhece. Neste caso, tomamos como exemplo analítico a necessidade de reconhecermos os patrimônios culturais mediante seu envolvimento com o conjunto de sistemas socioespaciais das comunidades a que pertencem. Comumente, planos para o turismo cultural se baseiam na proteção do patrimônio histórico-arquitetônico e arqueológico que têm as edificações restauradas, assim como os espaços revitalizados em seu entorno, acabam com a formatação de ilhas modalizadas pelos padrões internacionais de urbanização turística, lugares bem cuidados que passam a ideia de a localidade proporcionar um viver permanentemente prazeroso, com altos padrões de qualidade de vida, sem periferia, favelas, problemas de transporte e saneamento, entre outras mazelas comuns a qualquer núcleo de concentração populacional

do país. Tais espaços, em áreas especiais, fora do cotidiano social da maior parte dos habitantes locais, somente podem ser lugares de segregação espacial, social e cultural.

Ao se pretender que os habitantes das localidades receptoras valorizem seu patrimônio histórico-cultural, o que é muito importante tanto para o turismo como para a própria comunidade, é indispensável que se avalie como fator negativo a possibilidade de as representações dizerem respeito apenas à memória de grupos privilegiados, fato que automaticamente justificaria o desinteresse do cidadão comum, pois seria natural o sentimento de exclusão relativo à memória de seus pares.

> A análise do patrimônio cultural pode ser pensada como um conjunto de sistemas espaciais que apresentam além do caráter cognitivo, aspectos artísticos e de inserção entre os residentes e os visitantes, cujo alcance busca novos agenciamentos, abrindo um círculo com novas direções. Pois, uma sociedade se define por aquilo que ela codifica cristaliza, assim como pelo que lhe escapa por todos os lados. Logo, a cidade histórica se constitui a partir de um centro e apresenta simultaneamente uma dimensão de interiorização para múltiplas diferenças (RODRIGUES, 1998, p. 218).

A primeira opção, então, para as políticas públicas culturais inerentes às atividades turísticas, na perspectiva da cultura e desenvolvimento, deve ser a seguinte: Atrativos culturais precisam se voltar para o lazer das populações da própria localidade, com a natural inserção do turismo. Se o processo for ao contrário, com a necessidade de as comunidades locais

se apropriarem dos espaços turísticos culturais, torna-se tudo mais difícil. Lembremos, ainda, dos argumentos que defendem a ideia de o turismo cultural motivar a restauração e revitalização dos monumentos e casarios históricos, os quais, se não fossem objeto de interesse turístico, não teriam garantia de serem preservados. (BARRETO, 2000, p. 44).

Por outro lado, encontramos também grandes possibilidades de valor econômico na cultura imaterial dos lugares, tão atrativa para turistas, em particular se considerarmos o pensamento de Wainberg (2003), que reconhece o turismo, principalmente, com uma experiência comunicacional direta entre turistas e população local, classifica a atividade como "a indústria da diferença", considerando que o contato de pessoas com diferentes culturas "é o fator cognitivo decisivo que 'dispara' o processo perceptivo e a recepção" das experiências turísticas. O autor afirma: "Viajamos além-fronteira estimulados pelo outro. É na vida alheia, nos espaços e patrimônios distantes – e que nos são colocados à disposição para vislumbre e algum deleite – que está a essência desta que é a maior de todas as indústrias." (p. 7)

Seguindo tal linha de entendimento, pensamos nos simbolismos da "invenção do cotidiano" (CERTEAU, 1994) dispostos ao olhar do turista que procura por uma relação mais intensa e emotiva com o lugar, levando-o a desenvolver nas suas lembranças da viagem algo de muito valor, justamente por aliar o aspecto comercial à experiência da autenticidade local. Todavia, o principal gargalo da economia da cultura associada ao turismo, em particular nos estados do Nordeste Brasileiro, é o segmento que reúne a arte e a estética: dos diversos ritmos baianos, tais como o samba de roda, axé, tambores do Olodum, *Afroreggae*, frevo pernambucano, tambor

de crioula maranhense, forró de todos os estados nordestinos, cirandas e cocos de rodas, maracatus, a diversidade de manifestações inerentes ao carnaval e festividades juninas, gastronomia, cantos, danças, literatura clássica e de cordel, folguedos populares, entre muitos outros. Já apenas levando em conta a arte pela arte, constatação que naturalmente leva ao entendimento que a comentada diversidade artístico-estética nordestina possui incomensurável valor econômico, por reunir uma consistente, criativa e contínua produção cultural, sempre pronta para impressionar, inovar e provocar aplausos de qualquer plateia. Se particularizarmos, nosso Estado, a Paraíba, vemos como ele é terra de todas as artes, musicais, teatrais, cinematográficas, plásticas, artesanais, literárias, populares e eruditas, passíveis de citações sem fim, as tradições e raízes sempre com força inspiradora na sensibilidade de inúmeros agentes da criação artística, expressões saídas de corações e mentes de muitos talentos inspirados na memória cultural da terra, mas também dotados de capacidade de adaptação e convivência com o modelo cultural heterogêneo, atuais o suficiente para conviverem com os modelos pós-modernos, transitando livremente pelas dimensões espaciais, temporais e comunicacionais, como peças que se aglutinam às expressões artísticas da contemporaneidade, de múltiplas possibilidades, conforme o pensar de Canclini (2008) ao tratar de *culturas híbridas*, focando a obliquidade de tramas culturais nestes tempos contemporâneos.

Se, nossa intenção é indicar que as culturas locais em função do desenvolvimento no campo do turismo podem ocupar uma faixa da economia da cultura, inclusive em termos de competitividade com os produtos globais, acreditamos referendar nossa posição se utilizarmos um exemplo local, com

reconhecido potencial e expressividade nos campos da economia da cultura e da mídia, a qual, conforme já vimos no transcorrer deste texto, é de amplo domínio da cultura industrializada, por contar com a força das corporações transnacionais. Empregamos, no caso, entre alguns outros exemplos possíveis do mundo cultural nordestino, o megaevento O Maior São João do Mundo, a grande festividade popular realizada anualmente, durante o mês de junho, na maior cidade do interior da Paraíba, Campina Grande, inspirada na memória da cultura junina tradicional, com forte apelo para a identidade regional, mas em formatos simbólicos que insistem no espetacular, representado por muita cenografia numa linguagem contemporânea tecnológica, na qual o mundo antigo rural é transposto para o espaço urbano atual, em expressões de recuperação ou reinvenção de usos e costumes.

O potencial da festa no campo da economia da cultura é assim definido por Nóbrega (2010, p. 15): "A PMCG atesta que o evento movimenta cerca de 50 setores da economia local, como fonte de geração de renda e riqueza tanto para os cofres públicos, com aumento da receita de impostos, quanto para as empresas, em especial da cadeia produtiva do turismo." A grande festa campinense também se destaca por pautar a mídia regional, nacional e, até mesmo internacional, quando sabemos sobre as técnicas de assessoria de imprensa, as quais ensinam que para atrair o interesse midiático é estritamente necessário criar um fato. Quanto mais interessante, maior será o interesse dos veículos. Se espetacular, de fato, terá sua magnitude ampliada pelos veículos de comunicação. Logo, a compreensão do interesse da mídia por megaeventos festivos, reconhecidos pelas suas estratégias de apresentar muitas atrações, em diferentes expressões artísticas e estéticas, caso da grande festa campinense.

Nóbrega (2010) discorre exaustivamente sobre como O Maior São João do Mundo tece uma grande rede de persuasão para seu consumo, devida e amplamente articulada pela mídia jornalística, em virtude de as grandes festas populares serem ponteadas em muitas intersecções pelo seu caráter espetacular, no formato discutido por Rubim (2005), que atribui acentuada relevância à conexão entre mídia e espetáculo, relativa à produção e veiculação de diversas realizações artístico-culturais forjadas por diferentes segmentos da sociedade, com destaque para os grandes eventos que despertam desmesurado interesse do público, em magnitudes apenas possíveis se houver ações em conjunto da mídia com outros atores sociais. "Ambos produtores notórios de espetáculos. As copas do mundo de futebol, os mega-festivais de música, as olimpíadas, **as grandes festas populares** exemplificam glocalmente, com enorme exatidão, as celebrações espetaculares do contemporâneo." (RUBIM, 2005, p. 20, grifo nosso).

Todas as localidades ou regiões com potencial turístico-cultural que acreditam em projetos de cultura e desenvolvimento, tendo ainda o privilégio de implantar tal instrumento no segmento do turismo aliado à economia da cultura, devem entender as redes de significação de sua identidade e cultura emanadas de seus diferentes grupos sociais que criam a diversidade cultural local, em particular as expressões artísticas, interpretar as ricas formulações imagético-discursivas presentes no cotidiano e transformá-las em linguagens de interesse turístico. Planos e ações com possibilidades de resultados positivos, entre os modelos possíveis de efetivação no campo da cultura e desenvolvimento, redundam em avanço socioeconômico, particularmente na dinamização e exploração sustentável dos bens artístico-culturais, com criação de novas

e amplas oportunidades para agentes do setor, mediante sua invejável capacidade de expansão, sustentada na qualidade de suas criações.

Medidas de fomento à cultura e desenvolvimento também promovem o aprimoramento educacional das comunidades, resgatam ou valorizam em maior escala as identidades locais, conforme os referenciais simbólicos que denotam muita relevância à diversidade, metas a serem alcançadas no alinhamento entre políticas públicas, agentes dos diversos setores que têm interesse na causa, conforme as contemporâneas diretrizes da economia da cultura, área que tem o turismo como um vetor de alto potencial.

Referências

BARBER, Benjamin R. **Cultura McWorld**. In: MORAES, Denis de (org.). Por uma outra Comunicação: mídia, mundialização cultural e poder. 3.ed. Rio de Janeiro: Record, 2005, p. 41-56.

BARRETO, Margarita. **Turismo e Legado Cultural**. Campinas (SP): Papirus, 2000.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas híbridas**: como entrar e sair da modernidade. 4 ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

CERTEAU, Michel. **A Invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1994.

GARCÍA, Fernanda Ester Sánchez. **Estratégias comunicacionais para o desenvolvimento do turismo urbano**. In: LIMA, Luiz Cruz (org.) Da cidade ao campo: a diversidade do fazer-turístico. Fortaleza: Editora Funece, 1998.

GIL, Gilberto. **Pronunciamento na Comissão de Educação Cultura e Desporto da Câmara dos Deputados em 14 de maio de 2003**. Cadernos do Do-In Antropológico. Brasília: MinC, 2003.

HERMET, Guy. **Cultura e desenvolvimento**. Petrópolis, RJ: Vozes 2002.

MCCHESNEI, Robert W. **Mídia global, neoliberalismo e imperialismo**. In: MORAES, Denis de (org.). Por uma outra Comunicação: mídia, mundialização cultural e poder. 3.ed. Rio de Janeiro: Record, 2005, p. 217- 242.

MATTELART, Armand; MATTELART, Michèle. **História das teorias da comunicação**. São Paulo: Loyola, 1999.

MORAES, Denis de. **O capital da mídia na lógica da globalização**. In: ______ (org.). **Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder**. 3.ed. Rio de Janeiro: Record, 2005, p. 187-216.

NÓBREGA, Zulmira Silva. **A festa do Maior São João do Mundo: as dimensões culturais da festa junina na cidade de Campina Grande - Paraíba**. Salvador: Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia. Tese de doutorado, 2010.

MIGUEZ DE OLIVEIRA, Paulo César. **Alguns aspectos do processo de constituição do campo de estudos em economia da cultura.**

Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/geral/ascom/economia/paulomiguez2.pdf>. Acesso em: 3 maio. 2010, às 23h.

REIS, Ana Carla Fonseca. **Economia criativa: como estratégia de desenvolvimento: uma visão dos países em desenvolvimento**. São Paulo: Itaú Cultural, 2008.

RODRIGUES, Linda Maria. **Patrimônio Cultural: cidade, cultura e turismo**. In: CORIOLANO, Luzia Neide (org.). **Turismo com ética**. Fortaleza: UECE, 1998.

RUBIM, Albino Augusto Canelas. **Espetáculo**. ______ (org). Cultura e atualidade. Salvador: EDUFBA, 2005.

VATTIMO, Giovanni. **O fim da modernidade, niilismo e hermenêutica na sociedade pós-moderna**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

YÚDICE, George**. A conveniência da cultura: usos da cultura na era global**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

Desenvolvimento e cultura: parâmetros para a reflexão dessa complexa relação

Cláudia Ribeiro Pfeiffer

Introdução

Esse texto, de caráter exploratório, tem por finalidade apresentar subsídios que contribuam para fundamentar a construção de posicionamentos teóricos, criteriosos, sobre a complexa relação entre desenvolvimento e cultura. Especificamente, sobre a necessidade e as possibilidades de desenvolvimento em locais ainda não inseridos, de forma competitiva, nos espaços econômicos globais; ou, em outros termos, em locais nos quais, a(s) "cultura"(s) não esteja(m) completamente submetida(s) à lógica capitalista.

Ele é produto de reflexões desencadeadas a partir do debate acadêmico, internacional e nacional, sobre as possibilidades e limites de desenvolvimento econômico local, em contexto de

globalização da economia. Debate que pode ser sintetizado nas seguintes posições:

- As economias locais só podem ser encaradas como malhas de uma rede econômica global, sem qualquer realidade própria fora desse contexto (AMIN E ROBINS, 1994).
- Existe uma heterogeneidade importante no sistema econômico mundial. Enquanto algumas frações ou segmentos do sistema possuem uma forte vinculação com um núcleo globalizado internacional, outras frações e segmentos - ou circuitos de obtenção de excedentes econômicos - possuem tão-somente uma vinculação limitada, muito reduzida ou nula, sendo sua lógica de funcionamento muito distinta (economia camponesa, economia de subsistência, o setor informal ou as pequenas empresas de âmbito local ou regional). Em sendo assim, a via tradicional do desenvolvimento concentrador e urbano-industrial não deixou de ocorrer, mas outras vias de desenvolvimento econômico passaram a existir. (LLORENS, 2001)
- Há uma grande variedade de produção não capitalista no mundo. Experiências que se fundamentam e se caracterizam por valores e práticas nas quais predominam os princípios da igualdade, da solidariedade e do respeito à natureza e não por valores e práticas que produzem: desigualdades de recursos e de poder; formas de sociabilidade empobrecidas, reduzidas ao intercâmbio e ao benefício pessoal produzido pelas relações de concorrência; esgotamento dos recursos naturais. (SANTOS, 2005).

A autora parte do pressuposto de que um posicionamento criterioso sobre as necessidades e/ou possibilidades de desenvolvimento – e não apenas de desenvolvimento econômico - em locais com as características acima destacadas, passa pela explicitação do que se entende por cultura e desenvolvimento, vocábulos polissêmicos. E no sentido de contribuir para sua construção, apresenta: (i) conceitos de cultura e concepções de desenvolvimento, presentes na literatura sobre o tema; (ii) os conceitos de cultura e desenvolvimento que adota em suas reflexões; (iii) seu posicionamento atual em relação ao assunto. Antes, porém, cabe explicar porque considera relevante a construção desses posicionamentos.

Empresariamento urbano e "empresariamento cultural": o avanço perigoso dessas estratégias de promoção do desenvolvimento local no Brasil

Desde o início da década de 90, quando os governos dos municípios brasileiros começam a experimentar a autonomia conquistada com a Constituição de 1988, uma série de estratégias, até então não experimentadas no país, vem sendo adotadas por eles no sentido de ampliar a democracia, melhorar a atividade governamental, resolver problemas e promover desenvolvimento. Dentre elas, destacam-se as estratégias que podemos denominar de ativismo democrático, "empreendedorismo governamental" e empresariamento urbano.

O ativismo democrático consiste na atitude governamental em relação à administração urbana, orientada pela concepção de que é preciso alargar, radicalizar a democracia e a cidadania, em termos políticos e econômicos, por meio de: construção de espaços de participação popular na gestão local

ou, em outros termos, de novas esferas públicas de exercício da cidadania e de controle sobre o Estado; direcionamento para demandas sociais, através da inversão de prioridades das políticas municipais, ou seja, do atendimento de demandas populares mais imediatas e localizadas; democratização das informações e do acesso aos bens e serviços públicos; construção de uma nova cultura política (FEDOZZI, 1997).

O "empreendedorismo governamental" caracteriza-se por atitudes em relação à administração urbana, orientadas pela concepção de que os governos devem ser empreendedores, inovadores, imaginosos, criativos, para melhorar a atividade governamental. O que significa: governos dispostos a abandonar velhos programas e métodos e a assumir riscos; a transformar funções da cidade em fontes de receita; a trabalhar de acordo com o setor privado; a privatizar-se e orientar-se para o mercado; a focalizar a avaliação de desempenho das suas ações. Sobretudo, mediante: promoção da competição entre os que prestam serviços; transferência das atividades da burocracia para cidadãos; avaliação da atuação das agências em função dos resultados; orientação por objetivos e não por regulamentos e regras; redefinição dos usuários como clientes (oferta de opções); oferta de serviços a guisa de correção ou remédio; investimento na produção de recursos para as despesas; promoção do gerenciamento com participação; preferência por mecanismos de mercado a soluções burocráticas; catalisação dos setores público, privado e voluntário para a ação conjunta na resolução de problemas comunitários. (OSBORNE E GAEBLER, 1995)

O empresariamento urbano pode ser apresentado como um comportamento empresarial adotado por coalizões de forças que se formam nas cidades, para tentar atrair fontes

externas de financiamento, novos investimentos diretos ou novas fontes geradoras de emprego, no sentido de tornar as cidades mais atrativas para o desenvolvimento capitalista. Nessa estratégia, o governo e a administração urbana desempenham um papel de agilizadores dos interesses estratégicos desse desenvolvimento. Sua implementação se realiza por meio de iniciativas voltadas para: explorar vantagens específicas para a produção de bens e serviços (recursos básicos, localização ou vantagens criadas através de investimentos públicos e privados e de subsídios); transformar a cidade em lugar inovador, excitante, criativo e seguro para viver, visitar, jogar e consumir; transformar a cidade em local de controle e funções de comando de altas operações financeiras, de governo ou de centralização e processamento; assegurar a sobrevivência da cidade através da captura/manutenção de repasses dos governos centrais (HARVEY, 1996).

Ainda que as três estratégias continuem sendo adotadas nos diversos municípios brasileiros, pode-se afirmar que a lógica do empresariamento urbano avança por todo o país, tentando se impor em atividades econômicas, regiões e locais, até muito recentemente não atrativos para os interesses estratégicos do desenvolvimento capitalista -, como, por exemplo, o artesanato, pequenas cidades do Nordeste e as chamadas "comunidades tradicionais" - inaugurando o que a autora denomina aqui, provisoriamente, de empresariamento "cultural".

Na avaliação da autora, o avanço no país de estratégias de desenvolvimento, que visam a transformar locais não atrativos para os interesses estratégicos do desenvolvimento capitalista em locais atrativos para esses interesses, pode levar à

desintegração/apagamento de "culturas" e, consequentemente, resultar em sérios problemas para aqueles que nelas ou sob sua influência vivem, como o comprovam diversos relatos de pessoas que residem nos mesmos, em pesquisas e eventos realizadas recentemente.

Mas o que se entende por cultura?

Com base em Laraia (2009), pode-se afirmar que o interesse nos costumes e modos de comportamento dos diferentes povos do mundo é muito antigo. Heródoto (484-424 a.C.), o grande historiador grego, já o manifesta, quando se surpreende ao estudar o sistema social dos lícios, considerando seus costumes diferentes de todas as outras nações do mundo.

Também são antigas as teorias que tentam explicar as diferenças entre esses costumes e modos de comportamento, associando-as a determinantes biológicos ou geográficos.

Mas o conceito de cultura surge somente entre o final do século XVIII e início do XIX, quando Edward Tylor sintetiza no vocábulo inglês *culture*, o termo germânico *Kultur* - utilizado para simbolizar todos os aspectos espirituais de uma comunidade -, e a palavra francesa *civilization,* que se referia, sobretudo, às realizações materiais de um povo.

A síntese de Tylor resulta na definição de cultura como o "todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábito adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade" (TYLOR, 1871, apud LARAIA, 2009: 25).

Desde então, tem início um grande debate em torno do conceito, o qual, segundo Santos (2003), até a década de 1980, referia-se, por um lado, a repositório do que de melhor foi pensado e produzido pela humanidade e, por outro, a totalidades complexas que se confundem com a sociedade, permitindo caracterizar modos de vida baseados em condições materiais e simbólicas. Tornando-se, a partir dessa década, estratégico para a definição de identidades e de alteridades no mundo, um recurso para a afirmação da diferença e da exigência do seu reconhecimento e um campo de lutas e contradições.

Além da definição de Tylor e das ideias de Santos, cabe destacar, também, como referências importantes para o entendimento dos significados do termo cultura, os antropólogos funcionalistas Bronislaw Malinowski e Reginald Radcliffe Brown, que defendiam a ideia de que as necessidades de alimento, abrigo, reprodução e defesa são respondidas nas formações sociais por modos peculiares de vida, por um sistema singular de instituições inter-relacionadas e que funcionam conjuntamente. E, ainda, Clifford Geertz, que concebe cultura como uma "teia de significados" que o homem tece ao seu redor e que o amarra. Nas palavras do autor:

> O conceito de cultura que eu defendo (...) é essencialmente semiótico. Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teia de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa à procura do significado. (GEERTZ, 1989, p. 15).

Portanto, por cultura, pode-se entender: costumes, modos de comportamento e modos peculiares de vida; todos complexos e sistemas singulares de instituições inter-relacionadas e que funcionam conjuntamente; teias de significado tecidas pelos homens; o que de melhor foi pensado e produzido pela humanidade; um recurso para a afirmação da diferença e da exigência do seu reconhecimento; um campo de lutas e contradições.

Para fins da reflexão proposta nesse trabalho, no entanto, cultura será entendida, com base nas ideias e conceitos de Malinowski e Radcliffe-Brown, Tylor, Weber e Geertz, como modo de viver de um grupo - constituído com base em costumes, crenças, conhecimentos, valores e códigos de conduta, herdados das gerações anteriores e/ou reconhecidos socialmente como relevantes -, que organiza e dá sentido a existência das pessoas que o compõem. Este é o conceito da autora.

Desenvolvimento: abordagens e conceitos

O debate sobre desenvolvimento talvez seja mais intenso e controverso do que o debate sobre o conceito de cultura.

Segundo OLIVEIRA (2002), o tema ganha importância a partir da Segunda Guerra Mundial, com a necessidade dos países nela envolvidos de livrar o mundo e, sobretudo, seus próprios territórios, dos problemas que os perseguiam nos períodos anteriores: guerra, desemprego, miséria, discriminação racial, desigualdades políticas, econômicas e sociais.

Os níveis elevados de conforto e de qualidade de vida alcançados pelas nações mais industrializadas do planeta,

como Estados Unidos e Inglaterra, no pós-guerra, somados à constatação de que o crescimento concentrou-se em alguns centros, acentuando as desigualdades entre países, regiões e pessoas, aumentaram ainda mais a importância do tema.

Pode-se dizer que, em um primeiro momento, desenvolvimento foi associado a crescimento ou a desenvolvimento econômico. Aponta-se a existência de duas correntes de pensamento econômico sobre o tema (SOUZA, 1993, apud OLIVEIRA, 2002): a primeira encara o crescimento econômico como sinônimo de desenvolvimento econômico - nessa corrente estão os modelos de crescimento da tradição clássica e neoclássica; a segunda considera que o crescimento econômico é condição indispensável para o desenvolvimento econômico, mas não é condição suficiente - nesta corrente estão os economistas de orientação crítica, formados na tradição marxista ou cepalina, que conceitua o crescimento como uma simples variação quantitativa do produto, enquanto desenvolvimento é caracterizado por mudanças qualitativas no modo de vida das pessoas, nas instituições e nas estruturas produtivas.

Ao longo do tempo, no campo da economia, a constatação de que o crescimento econômico e a acumulação desenfreada não se faziam acompanhar de desenvolvimento econômico, gerou a preocupação com o caráter sustentável do desenvolvimento. Percebeu-se que as gerações futuras não teriam as mesmas condições e recursos naturais para se desenvolver do que a geração atual, devido ao impacto que a acumulação desenfreada gera sobre o meio ambiente. E criou-se o conceito de desenvolvimento sustentável.

A ideia de desenvolvimento sustentável está focada na necessidade de promover o desenvolvimento econômico, satisfazendo as "necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das novas gerações atenderem as suas próprias necessidades" (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991, p.46).

Mas se o tema desenvolvimento vem sendo associado, predominantemente, a crescimento e desenvolvimento econômico, isto não quer dizer que não existam outras abordagens sobre o tema.

Ainda na década de 70, Furtado (1974, p.75) afirma:

> a idéia de desenvolvimento econômico é um simples mito. Graças a ela tem sido possível desviar as atenções da tarefa básica de identificação das necessidades fundamentais da coletividade e das possibilidades que abrem ao homem os avanços da ciência, para concentrá-las em objetivos abstratos, como são os investimentos, as exportações e o crescimento.

Nas últimas duas décadas, no âmbito do pensamento econômico, o foco da preocupação com os impactos do crescimento econômico se deslocou do meio ambiente para as pessoas. Pensa-se hoje, cada vez mais, se os incrementos positivos no produto e na renda total estão sendo utilizados ou direcionados para promover o desenvolvimento humano, definido por Sen (2000), como a expansão das capacidades das pessoas de exercer, ponderadamente, sua condição de agente e de levar o tipo de vida que valorizam.

Por outro lado, Wolfe (1991) postula que desenvolvimento deve ser pensado não apenas em termos de desenvolvimento econômico, mas em termos de desenvolvimento social. Ele acredita que seres humanos e seus desejos são capazes de alterar estruturas, de encontrar caminhos entre o que é dado pelas circunstâncias de tempo, lugar e cultura e o que é possível fazer nesse contexto, através do poder da cooperação e da escolha social.

Uma outra abordagem sobre desenvolvimento, encontra-se no Relatório da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento da UNESCO, formada por um grupo independente de importantes economistas, cientistas sociais, artistas e pensadores, sob a coordenação do ex-secretário geral das Nações Unidas, Javier Pérez de Cuéllar, publicado em 1997. Qual seja:

> O desenvolvimento divorciado do seu contexto humano e cultural não é mais do que um crescimento sem alma. O desenvolvimento econômico, em sua plena realização, constitui parte da cultura de um povo. Essa ideia, contudo, não é comumente aceita. A visão convencional trata a cultura como fato catalisador ou como obstáculo ao desenvolvimento econômico (...) a tese contida nesse relatório é a de que desenvolvimento compreende não apenas o acesso a bens e serviços, mas também a possibilidade de escolher um estilo de coexistência satisfatório, pleno e agradável. Os bens e serviços presentes na visão convencional e estreita do desenvolvimento só têm valor porque contribuem para nossa liberdade de viver de acordo

> com nossos próprios valores. A cultura, por conseguinte, mesmo tendo em vista sua importância como instrumento do desenvolvimento (ou obstáculo a ele), não pode, em última instância, ser reduzida à posição subsidiária de mera promotora (ou freio) do crescimento econômico. O papel da cultura não se esgota no de servir a certas finalidades – embora o conceito, em seu sentido estrito, possa ter efetivamente essa função; constitui, de forma mais ampla, o fundamento social das próprias finalidades (...). ,
>
> Ao contrário do meio ambiente físico, onde não poderíamos ousar aprimorar o que a natureza já fornece de forma perfeita, a cultura é fonte permanente de progresso e de criatividade. Quando tivermos superado nossa visão do papel instrumental da cultura, e tivermos reconhecido seu papel construtivo, constitutivo e criativo, teremos de pensar o desenvolvimento de maneira a englobar o crescimento cultural" (Nossa Diversidade Criadora, 1997, p.21-22).

A autora concorda com as ideias de Furtado, Wolfe, Sen e do Relatório da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento da UNESCO. E, para fins da reflexão proposta nesse trabalho, entende por desenvolvimento: um processo social e não econômico, um processo que deve levar à ampliação das capacidades das pessoas e dos grupamentos humanos de, ponderadamente, definir e tentar levar o tipo de vida que valorizam. Um processo não divorciado do seu contexto humano e cultural. Um processo com alma.

Desenvolvimento em locais nos quais a(s) cultura(s) não esteja(m) submetida(s) à lógica capitalista: posicionamento

Como dito na introdução ao texto, sua finalidade consistia em apresentar os seguintes subsídios para a construção de posicionamentos teóricos criteriosos sobre a necessidade e/ ou as possibilidades de desenvolvimento em locais ainda não inseridos, de forma competitiva, nos espaços econômicos globais ou, em outros termos, em locais nos quais a(s) cultura(s) não esteja(m) completamente submetida(s) à lógica da economia capitalista: (i) conceitos de cultura e concepções de desenvolvimento, presentes na literatura sobre o tema; (ii) conceitos de cultura e desenvolvimento adotados pela autora em suas reflexões; (iii) seu posicionamento atual em relação ao assunto.

Uma vez apresentados conceitos de cultura e concepções de desenvolvimento presentes na literatura sobre o tema, uma vez apresentados os conceitos de cultura e desenvolvimento da autora, passa-se a expor seu posicionamento em relação à necessidade e /ou às possibilidades de desenvolvimento em tais locais.

Sobre a necessidade de desenvolvimento

Considerando as definições de desenvolvimento e cultura adotadas para fins desse trabalho, acredita-se que o desenvolvimento - se entendido como o processo que amplia a capacidade das pessoas e grupos de definir e tentar levar o tipo de vida que valorizam, ponderando sobre os impactos

de suas escolhas na própria vida e na vida do grupo do qual fazem parte, nos modos de viver que organizam e dão sentido a sua existência - é sempre necessário. E não apenas em locais nos quais a(s) cultura(s) não esteja(m) completamente submetida(s) à lógica e práticas capitalistas - lógicas e práticas que, como afirma Santos (2005), produzem desigualdades de recursos e de poder, formas de sociabilidade empobrecidas, reduzidas ao intercâmbio e ao benefício pessoal produzido pelas relações de concorrência, e esgotamento dos recursos naturais. Mas em todos os locais do planeta.

O problema é como desencadeá-lo, promovê-lo, transformá-lo em resultados satisfatórios para a existência das pessoas e a vida em sociedade.

Quanto à necessidade dos outros tipos de desenvolvimento, apresentados anteriormente com base na literatura sobre o tema, acredita-se que esta deve ser definida a partir da ponderação acima mencionada, por grupos que representem a diversidade de ideias e expectativas presentes nos diversos locais.

Os desenvolvimentos possíveis

Sobre os desenvolvimentos possíveis em locais nos quais a(s) cultura(s) não esteja(m) completamente submetida(s) à lógica e práticas capitalistas, acredita-se que estes irão depender dos interesses e da força dos agentes locais e, sobretudo, das lideranças políticas e sociais locais.

Se essas lideranças reconhecerem a importância e valorizarem a cultura local, como definida neste trabalho, os

processos de desenvolvimento resultarão em modos de viver adequados às características e desejos da população local e na ampliação da capacidade de todos de definir e tentar levar o tipo de vida que valorizam.

Se essas lideranças não reconhecerem a importância e não valorizarem a cultura local, os processos de desenvolvimento poderão resultar na desintegração ou no apagamento de "culturas" e, consequentemente, na desorganização da vida, na perda do sentido da existência e em outros tantos problemas para parcelas da população que sob sua influência vivem; parcelas estas maiores ou menores em função da estratégia adotada.

Considerações Finais

Diante dessas reflexões, vislumbram-se pelo menos dois cenários distintos para locais nos quais a(s) cultura(s) não esteja(m) completamente submetida(s) à lógica e práticas capitalistas e para as populações que neles vivem.

No primeiro cenário, os locais têm sua cultura reconhecida e valorizada e sua população lugar de agente ou partícipe de processos sociais e políticos, inéditos e criativos, que resultem em modos de viver adequados às suas características, necessidades e desejos.

No segundo cenário, os locais têm elementos de sua cultura identificados como mercadorias vendáveis no mercado capitalista e sua população, lugar de objeto de processos que podem trazer sérios problemas para ela.

Diante desse contexto, e no sentido de contribuir para que o primeiro cenário se materialize, termina-se esse texto com a informação de que se encontram em elaboração projetos de pesquisa e extensão que têm por finalidade identificar/construir alternativas de desenvolvimento com base nas culturas locais.

Referências

AMIN, Ash; ROBINS, Kevin. Regresso das economias regionais? A geografia da acumulação flexível. In: BENKO, Georges; LIPIETZ, Alain. **As regiões ganhadoras**. Distritos e redes: os novos paradigmas da Geografia Econômica. Oeiras: Celta Editora, 1994. p.77-101.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. Nosso futuro comum. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1991.

FEDOZZI, Luciano. **Orçamento Participativo**: reflexões sobre a experiência de Porto Alegre. Porto Alegre: Tomo Empresarial, 1997.

FEDOZZI, Luciano. Práticas inovadoras de gestão urbana: o paradigma participativo. **Revista Paranaense de Desenvolvimento,** Curitiba, n. 100, p. 93-107, jan./jun. 2001.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Círculo do Livro, 1974.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

HARVEY, David. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. São Paulo, **Espaço e Debates**, n. 39, p. 48-64, 1996.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 14. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

LLORENS, F. A. **Desenvolvimento econômico local. Caminhos e desafios para a construção de uma nova agenda política**. Rio de Janeiro: BNDES, 2001.

NOSSA DIVERSIDADE CRIADORA: Relatório da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento. Campinas, SP: Papirus; Brasília: UNESCO, 1997.

OLIVEIRA, Gilson Batista. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista FAE**, Curitiba, v.5, p.37-48, maio/ago. 2002.

OSBORNE, David; GAEBLER, Ted. **Reinventando o governo**: como o espírito empreendedor está transformando o setor público. 6ª ed. Brasília: MH Comunicação, 1995.

SANTOS, Boaventura de Sousa; NUNES, João Arriscado. Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. **Reconhecer para libertar**: os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 25-68.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

WOLFE, A. Três caminhos para o desenvolvimento: mercado, estado e sociedade civil. In: **A democracia como proposta.** Rio de Janeiro: IBASE, 1991. p. 35-63.

Tempos sociais acelerados, patrimônio cultural em risco

José Clerton de Oliveira Martins

Introdução

O foco central deste capítulo é refletir sobre as temporalidades socialmente instituídas e suas consequências sobre o patrimônio cultural e sobre nós mesmos. A partir dos qualificativos atribuídos por Lipovetsky (hiperconsumista), Bauman (líquida) e Beriain (apressada), entendemos que o ritmo social acelerado que elegemos afeta o valor que atribuímos ao tempo da elaboração de identidades e apropriação de lugares. O valor centralizado no tempo produtivo pode acarretar danos físicos e mentais aos sujeitos da contemporaneidade, assim como também ao patrimônio cultural dos lugares, uma vez que não há tempo para a vinculação de pessoas aos lugares.

A relação entre patrimônio cultural e o sujeito que o elabora, leva em conta as identidades de lugar elaboradas ao longo do tempo que o sujeito se elaborou como vinculado a um espaço, que tomou como seu. Nesta perspectiva, o tempo livre é um âmbito importante para esta possibilidade. No entanto, o que observamos é que o tempo livre está cada vez mais comprometido com o exterior, regido pelo tempo produtivo, tornando um apêndice deste.

No decorrer da História, o tempo, enquanto um fenômeno sócio-histórico, constituído de elementos filosóficos, religiosos e culturais, incorporou diversos sentidos. Na antiguidade, por exemplo, o espaço temporal era percebido enquanto uma rede cíclica ligada aos ritmos naturais. Essa concepção prevaleceu no contexto Ocidental até meados do século VII d.C., época na qual as estruturas medievais começavam a se fortalecer (ELIAS, 1998).

Em um dado momento da História Ocidental, determinados fatores e condicionantes – de ordem econômica, social e cultural, transformaram o conceito de tempo em algo a parte e linear, isto é, em uma trajetória única que partiria do passado, cruzaria a nossa existência no presente e prolongar-se-ia rumo ao infinito. Dessa forma, a noção de tempo, enquanto algo despreocupante, desaparece, dando lugar a uma nova representação pautada na medição temporal.

Neste contexto, o relógio deixou de ser um objeto de luxo para ser um instrumento indispensável da vida diária. Uma importante base material da nova ideologia da vida, do trabalho, da produção e do progresso. Assim, o relógio se converteu em um ponto de apoio de uma nova temporalidade, representando uma consciência e concepção do tempo

radicalmente diferente no transcurso cotidiano do homem (GÓMEZ, 1992, p. 86).

Diante desses fatos, é observado o aperfeiçoamento do poder coercitivo que o tempo cronometrado adquire frente aos indivíduos, o qual passa a desempenhar um papel controlador e regulador da vida humana, destacando que o poder "autorregulador" que este tempo possui sobre os indivíduos não é de caráter biológico, natural, ou metafísico, mas social, resultante da assimilação de inúmeros valores ideológicos (MARTINS, 2000).

Por exemplo, sabe-se que quando nos dias laborais, a maioria da população deve acordar cedo, tomar o transporte e chegar ao trabalho, também se sabe que durante o final de semana, pode-se dormir um pouco mais, pois não há atividade laboral. Estes comportamentos passam a ser incorporados (interiorizados) pelas formas estruturais desse tempo cronometrado, tornando-se uma rede de significados cada vez mais complexa, à medida que as formas de relações sociais vão sendo alteradas.

As informações e a praticidade, com o advento da tecnificação, permitiram aos homens realizar suas atividades cada vez mais rápido. No entanto, essa tecnologização que aparentemente facilitaria nossas vidas, na verdade nos orienta a adentrarmos em mais atividades, conduzindo-nos a preencher, ainda mais, todos os espaços diários. Esse processo, na atualidade, transparece-nos uma percepção de "aceleração do tempo", perante a realização de nossas atividades.

A sociedade apressada remete-se aos grupos ou comunidades que devido aos seus compromissos laborais, sociais e familiares, geram uma escassez temporal cada vez mais acentuada

durante o seu tempo livre. Diante deste processo, o desequilíbrio temporal acaba por acarretar inúmeras patologias para o sujeito, como por exemplo, o tédio e o estresse.

Munné (1980), em suas colocações acerca desta temática e ao tomar como referencial a questão da autonomia, buscou empreender uma reflexão sobre a relação entre liberdade e condicionamento, tendo em vista que estes dois elementos, na maioria das vezes, são percebidos em oposição, sendo que, na realidade, coexistem mutuamente, isto é, "(...) não existe a liberdade sem o condicionamento, nem o condicionamento sem liberdade" (p. 69).

O referido autor entra em uma discussão acerca dos condicionantes: *hetero* e *autocondicionado.* O primeiro é um tipo de condicionamento externo, imposto e de fácil naturalização, por parte dos indivíduos. O segundo é condizente a um reconhecimento, por parte dos indivíduos, dos mecanismos sociais heterocondicionantes, para, então, poderem se autocondicionar.

O uso da autonomia está sempre sujeito a possibilidades, pois todas as atividades ocupadas no tempo social são resultantes de um heterocondicionamento ou autocondicionamento. Para tanto, diante deste pressuposto, outra questão emerge: Como diferenciar o tempo livre dos outros tempos sociais, seguindo essa lógica do condicionamento?

Para melhor esclarecimento, Munné (1980) propôs categorizar o tempo social em quatro tipos fundamentais: o tempo psicobiológico, o tempo socioeconômico, o tempo sociocultural e, por fim, o tempo livre.

Em linhas gerais, o autor coloca sua compreensão sobre sua categorização dos referidos tempos sociais: *Tempo psicobiológico* seria o tempo ocupado por nossas necessidades psíquicas e biológicas, as condições endógenas, de cada indivíduo; *Tempo socioeconômico* seria aquele tempo ocupado pelas condutas derivadas das necessidades econômicas, sendo esta uma categoria social fortemente heterocondicionada, haja vista que, o autocondicionamento se manifesta em pequenas e isoladas situações ("escolha do trabalho", "tarefas de casa", etc.); *Tempo sociocultural* seria aquele dedicado às relações interpessoais (visita à casa de um amigo; brincar com os filhos, compromissos de ordem social diversa, etc).

Neste tempo, observa-se que o entrelaçamento entre os condicionantes *hetero* e *auto* encontram-se intimamente ligados e por fim o *Tempo livre* que seria aquele no qual deveria estar implicado um máximo autocondicionamento e um mínimo heterocondicionamento, ou seja, onde a disponibilidade pessoal seria superior às imposições do meio ou em outras palavras, é quando a necessidade de liberdade responsável se sobressai em relação aos demais imperativos.

Diante desses fatos, observa-se que o tempo voltado para atividades, experiências, ou estados onde a percepção de autonomia no condicionamento temporal abre espaço para o homem conhecer melhor a si e ao contexto no qual se encontra inserido, possibilitando a ele mesmo, ampliar o seu tempo e aproveitá-lo melhor, favorecendo dessa forma, a vivência de experiências atreladas ao desenvolvimento, satisfação e realização. Diante do exposto, expressamos a seguir impressões sobre características de nossa sociedade.

Qualificativos da sociedade contemporânea

Ao pensar nos estilos que predominam em nossa sociedade atual, três observadores atentos nos oferecem alguns qualificativos que pela penetração que obtiveram a partir de seus trabalhos, levam-nos a convocá-los para ilustrar os estilos de vida predominantes. Os nomes são: Lipovetsky, Bauman e Josexto Beriain. Os qualificativos são respectivamente: hiperconsumista, líquida e apressada.

Ao falar do homem desse tempo, Lipovetsky comenta que os indivíduos desse momento são ao mesmo tempo mais informados e mais desestruturados, mais adultos e mais instáveis, menos ideológicos e mais tributários da moda e do consumo do supérfluo, mais abertos e ao mesmo tempo mais aprisionados às imagens de êxito pessoal via moda, usos de tecnologias de ponta e consumo efêmero (LIPOVETSKY, 2007).

Segundo ele, o consumismo representa uma forma degenerativa de se vincular aos objetos e ao mundo da interioridade, pois para o sujeito desse tempo é mais fácil lançar-se no fluxo frenético da aceleração e da intensidade regida pelo consumo, do que pensar sobre sua condição de ser, porque assim se daria conta do quão esvaída de sentidos e significados verdadeiros encontra-se a sua existência.

Na hipermodernidade, termo denominado por Lipovetsky para cunhar a sociedade atual, o homem torna-se vítima de si mesmo, aprisionado no tempo do trabalho produtivo que fomenta o consumo, reproduzindo um cotidiano em que tenta de todas as formas furtar-se das possibilidades entediantes da vida. Assim, a sociedade cria e divulga formas efêmeras de entretenimentos visando à diminuição do sentimento mais

presente na atualidade – o tédio. Neste contexto, a indústria da diversão e dos lazeres fomentam experiências inventadas em formas de divertimentos que ilusoriamente encobrem esse sentimento e assim conservam os sujeitos sob controle.

A liquidez contemporânea

Para Bauman (1998), uma das características mais marcantes desta nossa sociedade é a liquidez. Assim, o tempo desta sociedade é tomado como um tempo líquido, o amor como amor líquido dado a efemeridade como tudo se elabora e se desintegra, tal como os materiais elaborados para logo se transformarem em lixo. Nesta sociedade, não existe nada que possa durar por muito tempo. Assim tudo tem curto prazo de vitalidade, como as impressoras que possuem prazo para parar de funcionar depois de número "x" de impressões, ou das baterias criadas para serem usadas, perder a validade e serem substituidas por novas. O novo fascina. O último modelo seduz por sua imagem de inovação e dinamismo.

Nesse tempo, tudo se torna obsoleto muito rápido: pensamentos, ideias, sentimentos, relações. A dinâmica é rápida e fluída não existindo mais o sentido do vínculo e do tempo da apuração dos valores que antes sustentavam as tradições, as relações, as crenças, etc. Tudo se esvai.

No contexto dessa sociedade que se projeta a partir dos apelos midiatizados pelo consumo, Beriain (2008) olha para ela e observa que o curso da vida passa a ser regido pela intensificação da aceleração advinda da lógica capitalista, alinhada aos valores que estimulam o consumo que por sua vez, propicia uma nova configuração das relações sociais.

A pressa que se instala como demarcadora do ritmo social

Na sociedade do consumo, busca-se obter mais prazer o mais rápido possível, privilegiando a quantidade em detrimento da qualidade das relações, tudo isso para que se possa obter êxito e reconhecimento no "aqui e no agora", e para isso não há tempo para elaboração, deve ser tudo instantâneo. Já! Nesta sociedade, o futuro é o agora, não se pode esperar para ser feliz, compra-se a felicidade, a realização e o prazer.

Na aceleração pensada por Beriain (2008), as distâncias e os espaços e tempos se suprimem frente o desejo de viver tudo que for possível de forma intensa, na busca insensata de prazereres imediatos, satisfação de necessidades de toda ordem e realização no aqui e agora, pois o futuro pode ser atencipado e todos podemos ser felizes não no futuro, mas no presente que o antecipa. Nesta lógica da pressa, se minha felicidade depende da posse de um objeto, posso antecipar o futuro feliz e comprar meu símbolo de felicidade em dez vezes no cartão.

Esse pensamento se torma comum a partir das conquistas proporcionadas pela rapidez nas formas de pensar, de agir, de produzir e consumir, via novas tecnologias. Nesse contexto, ocorre um novo delineamento das necessidades e demandas do sujeito hipermoderno que acenam para um ideal de felicidade que traz em si a promessa de ser concretizada mediante ao que se consome. Na sociedade do hiperconsumo, o que importa é o que se tem, no sentido de possuir via objeto/coisa.

No curso da aceleração, o tempo do aqui e agora é transformado no tempo de todos os lugares, já que os limites e as barreiras são desfeitas pelo alcance da velocidade dos recursos. Assim, é possível ao homem estar aqui e agora em todos os lugares.

Nessa perspectiva, o espaço e o tempo são tomados por um vazio no qual o sujeito não consegue atribuir sentido, passando a dar-se conta de que o centro não está em nenhum lugar e ao mesmo tempo em todos os lugares (BERIAIN, 2008). Com efeito, passa-se a ter um olhar turvo ao tentar reconhecer-se neste turbilhão de acontecimentos e de múltiplas demandas a si direcionadas.

O autor ainda aponta que como consequência desta dinâmica social, há o aumento exponencial da vida nervosa, que favorece a ansiedade e diversas manifestações psicossomáticas em decorrência da luta desesperada desse sujeito tomado de seu tempo, para se manter inserido num contexto cada vez mais excludente e em sintonia com os valores dominantes.

Esse sujeito passa então a exigir de si mesmo mais rapidez de pensamento e mais agilidade em suas ações, muitas vezes tomando para si o que está fora de suas possibilidades, não se permitindo o tempo necessário para "tornar-se capaz", pois tempo não há, gerando frustração, violência, estresse, culpa e outras sensações negativas as relações, tão necessárias à existência em equilíbrio.

Tempo livre da sociedade líquida, apressada e consumista.

Neste contexto, uma questão nos convoca. Como se organiza o tempo livre de uma sociedade centrada no tempo produtivo e no consumo decorrente desta produção? Na realidade, o que é considerado tempo livre numa sociedade que se organiza sob tais centralidades? No Brasil, três termos são usados no cotidiano de forma corrente como sinônimos. No

entanto, sabe-se que tais termos possuem peculiaridades em seus significados, quando nos aproximamos de suas nuances. Os termos são: lazer, ócio e tempo-livre.

O termo lazer, desde a década de 1960 do século XX, é utilizado de forma crescente, sendo associado a palavras como entretenimento, turismo, divertimento e recreação; porém o sentido do lazer é tão polêmico quanto a origem e o sentido do termo ócio. Observa-se que a palavra lazer, no Brasil, resguarda seu conceito relacionado à sociologia do lazer de Dumazedier (1973; 1979), que levou à popularização da sua teoria dos três "D's". De acordo com o referido autor, o lazer é exercido à margem das obrigações sociais e encontra-se submetido a um lugar de destaque, com funções de *descanso*, *desenvolvimento* da personalidade e *diversão.*

Desta forma, lazer adentra o pensamento brasileiro a partir do pensamento da sociologia e percebe-se, observando a literatura existente, a influência de Dumazedier na elaboração deste conceito. Decorrente disso, lazer passou a representar,

> Conjunto de ocupações às quais os indivíduos podem entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou, ainda para desenvolver sua formação ou informação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora, após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais (DUMAZEDIER, 1979, p.34).

A palavra ócio, por outro lado, resguarda valores negativos apregoados pela influência religiosa cristã, pela própria história da industrialização e modernização brasileira, ao longo da qual se pode observar o surgimento de uma nova ordem entre empresários e empregados, operários e patrões; e a necessidade de controle social no tempo fora do trabalho para garantir a ordem numa sociedade elitista, herdeira de valores colonialistas e escravagistas.

Ócio representa uma categoria muito antiga que convoca muitas possibilidades, mas após a Revolução Industrial, com o surgimento do chamado tempo livre, fruto das conquistas da classe operária frente à exploração do capital, é que o fenômeno foi evidenciado, ocorrendo a nítida separação entre tempo-espaço de trabalho (*tempo produtivo, tempo central e mais importante do indivíduo digno*) e ócio (*atividades contrárias ao trabalho, tempo secundário, improdutivo*) confundindo-se com o lazer, enquanto que o tempo livre passou a ser compreendido como aquele destinado às atividades de lazer ou ócio, voltadas à reposição física e mental do sujeito trabalhador.

Estudos atuais evidenciam que os termos em questão; ócio, tempo livre e lazer, possuem possibilidades diversas pelo contexto de liberdade que invocam. No caso, tempo livre e lazer se apresentam na dinâmica social brasileira carregado dos valores do sistema econômico dominante, relacionando-se diretamente com tempo de reposição de energia para o trabalho.

O ócio envolve um sentido de utopia por orientar a uma liberdade, supostamente longe de ser alcançada, haja vista a própria dinâmica socioeconômica preponderante. No

entanto, ao convocarmos as dimensões psicológicas e subjetivas, retoma-se a possibilidade do ócio autotélico, inclusive em tempos onde o sujeito é sacado de si a partir dos apelos consumistas e até mesmo pela educação que orienta na mesma direção.

Novos investigadores surgem, no Brasil, aportando abordagens críticas aos estudos do lazer, explicitando a necessidade de visualização do fenômeno como fruto de um processo econômico social específico. Assim, o lazer como se compreende, na atualidade, surge como algo que transcende a autonomia subjetiva. Chega-nos mais como reivindicações sociais por parte da classe trabalhadora na necessidade de mais tempo liberado de obrigações, este muito mais representado como um tempo de reposição de energia para o trabalho produtivo.

Nesta abordagem, nota-se a nítida separação entre tempo de trabalho e tempo de lazer, onde primeiro está o trabalho como tempo central e ao redor dele e em sua dependência, organizam-se todos os demais contextos. Em segundo, está o lazer, apresentando-se, em primeiro momento, como representação de descanso, diversão e desenvolvimento.

É claro que nestas possibilidades tudo está pensado em relação e conforme os ditames da centralidade para a qual tudo se volta, ou seja, diversão sob controle, fabricada na forma de entretenimentos que alimentam a lógica consumista e desenvolvimento representado muito mais como lugar da informação, formação, etc, voltado para a mesma lógica. Note-se nesta possibilidade a visão dicotômica dos tempos, num momento este, noutro aquele.

Devido ao processo de industrialização e modernização, as relações sociais sofreram profundas transformações. Trabalho e lazer assumem neste momento uma nova ordem através de intenso controle social via novos domínios, no intuito de garantir a lógica do capital, atualizada ao modelo "*cool*" contemporâneo, que se interpreta a partir do sujeito que a tudo se molda rapidamente, assumindo-se como atualizado, antenado, conectado, "no último".

Transformações nas compreensões do termo lazer

Conforme já citado, o termo lazer toma vulto, no Brasil, a partir das ideias do sociólogo francês Joffre Dumazedier. O autor enfatiza os valores do lazer enquanto relevantes no processo de desenvolvimento do indivíduo que vivencia um cotidiano da sociedade centrada no trabalho. Em sua concepção, o lazer era exercido à margem das obrigações sociais em um tempo distante das obrigações.

Com destacada produção, Nélson Marcelino aponta o lazer como uma atividade desinteressada, sem fins lucrativos ou utilitários, sociabilizante e liberatória. Contesta o lazer enquanto instrumento de acomodação, de dominação, alienação, minimizando o conflito social, oriundo de reflexões mais aprofundadas como no significado da expressão "pão e circo para o povo". E mais ainda, denuncia a dimensão comumente apresentada de lazer-mercadoria como uma rentável fonte de bens e serviços a serem consumidos (MARCELINO, 1983).

Ressaltando a manifestação do lazer sob a forma de mercadoria representada por experiências em sintonia com a

lógica hegemônica do consumismo massificado, Mascarenhas (2005) conceitua o lazer de nosso tempo como uma atividade de mercado e o denominou de *mercolazer*:

> (...) mas o fato é que tendencial e predominantemente o que ele [Lazer] constitui mesmo é uma mercadoria cada vez mais esvaziada de qualquer conteúdo verdadeiramente educativo, objeto, coisa, produto ou serviço em sintonia com a lógica hegemônica de desenvolvimento econômico, emprestando aparências e sensações que, involucralmente, incitam o frenesi consumista que embala o capitalismo avançado. O que estamos querendo dizer é que num movimento como nunca antes se viu o lazer sucumbe de modo direto e irrestrito à venalidade universal. (...) Isto, pois o mercolazer tanto é reflexo e expressão dos divertimentos em tempos de acumulação flexível, como também é componente decisivo que opera para a sustentação e o sucesso deste modelo de acumulação. (p.140/141)

Os elementos: humanização, desenvolvimento, expressão, poder criativo, livre escolha, dentre outros, suscitam um convite para uma discussão mais aprofundada dos atos e relações, riscos e possibilidades, bem como das formas e como utilizamos nosso tempo livre para o lazer. Utilizamos de maneira satisfatória? Adequamos bem aos nossos desejos?

O termo lazer atualmente é utilizado de forma crescente, associado a palavras como diversão, entretenimento, recreação e turismo, demonstrando que uma nova era de mercantilização

dos modos de vida às práticas de consumo exprima uma nova relação com as coisas, com os outros e consigo.

A dinâmica de expansão das necessidades se prolonga, mas carregada de novos significados coletivos e individuais. A era do consumo de massa mudou de fisionomia e chega-se a uma nova fase de sua história secular. As indústrias e os serviços empregam lógicas de opção, estratégias de personalização dos produtos e dos preços, políticas de segmentação, mas todas essas mudanças não fazem mais que ampliar a mercantilização dos modos de vida, alimentar um pouco mais o frenesi das necessidades e avançar na lógica do "sempre mais, sempre novo". A nova sociedade funciona mais por hiperconsumo, que por "des-consumo" (LIPOVETSKY, 2007).

Do contexto dessa sociedade atual, surge um homem eufórico por vivências prazerosas espetaculares submersas em valores extremos como trabalho e consumo numa ótica globalizada de liberalismo econômico. Nessa busca pelo prazer hedonista, há uma intensificação pela aceleração social das relações provocadas pela rapidez da evolução das máquinas, computadores, microeletrônica, etc.

Embora o tempo livre, originalmente resguarde um caráter subjetivo, ou seja, de escolha individual, o que se percebe é que hoje a lógica do consumo, onde tudo é mercantilizado, acaba interferindo e se fazendo presente nessas escolhas. Ao utilizar o tempo livre para ir ao cinema, ir ao *shopping*, viajar a turismo, constata-se que tais atividades implicam em relações de consumo e estas são direcionadas pelas categorias que determinam o segmento a que cada lazer se volta, na perspectiva mercadológica. Em assim sendo, liberdade e autonomia não podem ser creditadas a esta ação.

Dessa forma, o lazer, por estar tão relacionado ao consumo, acaba contribuindo para a impossibilidade de construção de uma subjetividade e de significação da atividade/experiência de forma autônoma. O que se percebe, então, é que o lazer no tempo livre da sociedade hipermoderna não está focado no bem-estar dos sujeitos, nem tão pouco no seu desenvolvimento.

O termo "lazer" representou, em algum tempo, uma escolha pessoal daquilo que decidimos realizar em nosso tempo livre, porém, na realidade, essa escolha, supostamente autônoma, acabou sofrendo influências exteriores. Chegou-se a propagar que estavam reservadas ao lazer as atividades normalmente gratuitas, prazerosas, desenvolvidas no tempo livre.

Na atual sociedade urbanizada das grandes metrópoles, percebe-se que o lazer, de uma forma ou de outra, é conduzido pelo consumo através de entretenimentos fabricados, kits elaborados e decididos por especialistas em consumo, para um segmento de sujeitos de acordo com seu poder de consumo, desconsiderando as subjetividades implicadas.

Assim, o lazer sucumbiu ao consumismo, ou seja, o que o indivíduo produz com sua força de trabalho, gasta com compras de serviços e objetos no seu tempo de não trabalho, ludibriado pela sensação de que está em desfrute do seu merecido ócio e de plena liberdade de escolha.

Percebe-se, desta maneira, um desperdício da vida com a realização de atividades e práticas que, crescentemente, incentivam o consumo como força propulsora cíclica que aprisiona o sujeito na manutenção do sistema produtivo e, ao mesmo tempo, o mantém como agente de tal dinâmica diante dos efeitos nefastos que incidem sobre si mesmo.

No âmbito social, aquele que permanece coerente com essa lógica possui reconhecimento social, porém, muitas vezes, não reconhece a si mesmo, uma vez distanciado dos seus principais referenciais. Já aquele que não mantém coerência desespera-se na possibilidade de vir a ter, experimentando também inquietação e mal-estar, pela condição real ou potencial de exclusão social.

No cenário que enfatiza as promessas de satisfação, ecoa paradoxalmente a expressão de sofrimento psíquico, manifesto através de inúmeras doenças psicossomáticas que acometem o sujeito, como indicadoras de que o estilo de vida atual não mais é possível de ser sustentado.

O contramovimento possibilitado pelo ócio

No tempo de uma sociedade sem tempo, tudo se torna obsoleto muito rápido: pensamentos, ideias, sentimento, relações. A dinâmica é rápida e fluida não existindo mais o sentido do vínculo e do tempo da apuração dos valores que antes sustentavam as tradições, as relações, as crenças, etc. Tudo se esvai.

Nesse contexto, somos incitados a pensar novas possibilidades de subjetivação do tempo disponível, a partir das quais o sujeito poderia vivenciar esse tempo com mais qualidade, por meio de uma (re)significação da sua forma de ser e estar no mundo. Assim, pensamos numa retomada dos componentes básicos do tempo livre que, em um momento, resguardou certo sentido "autotélico".

Neste sentido, o pensamento sobre ócio retomado no Brasil, nos anos 1980, sinaliza um contramovimento em relação aos mecanismos econômicos centrados em estilos de vida que focalizam apenas os fins lucrativos.

Salis (2004) aponta para pensarmos sobre a *psicagogia,* que seria *o* caminho para o homem construir-se a partir do reencontro consigo mesmo, proporcionado pelo constante olhar para si, para seus valores mais inerentes, guiados por seus próprios talentos.

De acordo com o referido autor, ao perdermos o bem mais precioso que possuímos - o *tempo* - no emprego de atividades ou afazeres que asseguram um *status* de forma não coerente com o que confere significado subjetivo de realização, o sujeito experimenta, muitas vezes, o vazio ou a escassez de sentidos em suas experiências, convocando para si desequilíbrios de diversas ordens.

Nesse cenário, apresenta-se o ócio em sua perspectiva autotélica (CUENCA, 2000) como possibilidade de experiência subjetiva, que expressa um contramovimento aos valores dominantes, capaz de conduzir o sujeito a uma (re)significação do seu tempo livre, dotando de mais valor a sua condição de se estar no mundo, pela consciência de que a experiência de vivenciar um tempo livre com significado é realmente, transformadora.

Patrimônio Cultural na sociedade de sujeitos sem tempo

Ao pensar numa sociedade que resquarda as características postas pelos autores citados, somos convocados a algumas inferências sobre os significados dos espaços e lugares elaborados por seus sujeitos. Assim, em relação aos seus atrativos: qual o significado do Patrimônio Cultural destas sociedades? Como pensar uma educação patrimonial para sociedades apressadas, consumistas e líquidas?

Martins (2006), de acordo com Aguirre (1997), sugere que num sentido bem amplo, a palavra *patrimônio* equivale à Cultura, na perspectiva que o termo assume uma função globalizante, assinalando tratar-se do principal testemunho da contribuição histórica para as civilizações universais, da capacidade criativa contemporânea, não podendo ser resumido apenas a um conjunto de bens dignos de conservação, por razões de arte e de cultura.

O conceito de patrimônio cultural, então, envolve em grande escala o feito humano atrelado a um contexto. Uma vez que todo o espaço ocupado pelo Homem pressupõe uma atuação que significa a busca de sobrevivência, felicidade e bem-estar. O espaço geográfico natural está impresso pelo resultado da ação do homem, levando-nos a inferir que tudo que representa sua pegada, seja no nível material, ou simbólico, representa uma interferência humana, que significa cultura, na lógica de Aguirre, por isso mesmo é patrimônio cultural (MARTINS, 2006).

O patrimônio, desta forma percebido, não é algo sem importância, fruto de convenções sociais. É dinâmico,

proporciona aprofundamento nos contextos sociais, históricos, econômicos etc, convocando muita atenção e cuidado, pois trata-se das “nossas coisas” elaboradas ao longo do tempo que existimos enquanto “identidades culturais” que convocamos.

Desta forma, compreender o direito à memória como dimensão da cidadania implica reformular as relações entre o sujeito e suas produções culturais. Cabe às instituições, desde as mais básicas, família, escola, comunidade, grupo, etc, em seus mais diversos níveis incorporar o valor de nossas tradições, valores e patrimônio, possibilitando promover a importância dos museus, dos sítios, das festas, do artesanato, da regionalidade, para que se possa alcançar, a dimensão da importância desses itens do patrimônio para nós mesmos, para o povo que somos, para os sujeitos que nos elaboramos a cada momento.

Ao pensarmos assim, somos levados a elaborações sobre o que vem a tratar a educação para o uso do tempo livre rumo a valorização da cultura local que, por sua vez, se lança numa perspectiva também de educação patrimonial.

Horta *et al* (1999) nos apontam que a educação patrimonial trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo.

Na mesma perspectiva da proposta de uma educação para o ócio, trata-se de um âmbito para o reencontro do indivíduo consigo e com suas produções mais intrínsecas, influenciando-o em sua autoestima através da valorização, apropriação e reconhecimento de sua cultura e identidades, ao perceber

seu entorno e a si mesmo em seu contexto cultural como um todo, transformando-se em principal agente de preservação.

O conhecimento crítico e a apropriação consciente das comunidades sobre seu patrimônio cultural e o valor desse conhecimento para os diversos âmbitos são fatores indispensáveis para o processo de preservação sustentável desses bens, assim como para o fortalecimento dos pertencimentos, identidades e cidadania.

Nesta possibilidade, a educação patrimonial assim como a educação para o ócio tornam-se processos constantes de ensino/aprendizagem rumo a um sujeito conhecedor do que é em tempos de desvinculações, solidões e desestruturações. Convocando a consciência de um ser ao mesmo tempo universal e responsável proprietário, apropriado de um lugar no mundo que é a sua cara, onde este se sente projetado, integrado e compreendido.

Em assim sendo, educação patrimonial vai para além de informação e conhecimento. Trata-se de um processo de consciência de ser cidadão, de ser responsável pelo todo elaborado de um mundo ou parte dele. Representa uma ação não apenas para preservação, para a defesa da memória da história, do respeito e das referências tão necessárias para ser o que somos: pessoas de um lugar, com referências, pertencimentos bem peculiares que por sermos da raça humana, somos ao mesmo momento, locais e universais.

Reflexões finais

Para finalizar, cremos que em tempos de liquidez, vazio, tédio e superconsumo, existe um potencial em nós que, quando acessado, pode amenizar os efeitos de nossa projeção nas coisas compradas: a educação patrimonial pode nos transportar para dentro de nós mesmos, elaborando um rebuscamento interior onde seria possível um reencontro e quem sabe um reconhecimento de nossas coisas mais essenciais, que são nossos pertencimentos verdadeiros, elaborados a partir de nossas referências, deixando a sensação de que em meio às nossas coisas e nossos valores mais essencias, podemos, quem sabe, sentir-nos sempre acolhidos, revelando algo que evita-se falar nestes tempos esvaziados de sentidos: os vínculos que sugerem afetos, que sugerem pertencimentos, vínculos. Estes valores emocionais reverberam no patrimônio cultural, fazendo-o um elemento de reconhecimento de si e, consequentemente, é protegido, experimentado e, sobretudo, preservado. Apenas pelo fato de ser um reflexo do homem que teve tempo de criá-lo e fazê-lo uma parte de si.

Referências

AGUIRRE, A. **Cultura e Identidad Cultural**. Barcelona: Ed. Bardenas. 1997.

BAUMAN, Z. **O Mal-Estar da Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1998.

_______, **Comunidade: A busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2003.

________, **Modernidade Líquida**. Buenos Aires: FCE. 2002.

BERIAIN, J. **Aceleración y tirania del presente. La metamorfosis en las estructuras temporales de La modernidad.** Barcelona-España: Anthropos Editorial, 2008.

CUENCA, C. M. **Ocio humanista: dimensiones y manifestaciones actuales del ocio.** Bilbao, *España*: Universidad de Deusto. 2000.

CSIKSZENTMIHALYI, M. Fluir: **Una psicología de la felicidad. Barcelona.** *España*: Cairos 1997.

DUMAZEDIER, J.: **Lazer e cultura popular**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1973.

________________: **Sociologia empírica do Lazer**. São Paulo: Editora perspectiva, 1979.

GOMES, C. L. (org.): **Dicionário Crítico do lazer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

KLEIBER, D. A. **Leisure experience and human development: A dialectical interpretation**. Nueva York, NY, EE.UU.: Basic Books, 1999.

HORTA, M. de L. P., GRUNBERG, E., MONTEIRO, A. Q.: **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial. 1999.

LIPOVETSKY, G. **Tempos hipermodernos.** São Paulo: Barcarolla, 2004.

MARTINS, C. **Patrimônio Cultural da memória ao sentido do lugar.** São Paulo: Ed. Roca. 2006.

MASCARENHAS, F. **Entre o ócio e o negócio: teses acerca da anatomia do lazer**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas/ UNICAMP. Campinas, SP: [s.n], 2005.

MARCELINO, N. C.: **Lazer e Humanização**. São Paulo: Papirus, 1983.

__________________: (org.) **Lazer e cultura**. Campinas, SP: Ed. Alínea, 2007.

MATURANA, H. R.. **Emoções e linguagem na educação e na política.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

MUNNÈ, F. **La psicosociologia del tiempo libre**. Cidade do Mexico.DF: Ed. Trilla. 1980.

SALIS, V. D. **Ócio Criador, Trabalho e Saúde**. São Paulo: Editora Claridade, 2004.

Obras consultadas

CUENCA, M. C.: **Ocio humanista, dimensiones y manifestaciones actuales del** ocio. Documentos de Estudios de Ocio, Bilbao/Espanha, num.16. Instituto de Estúdios de Ócio/Universidad de Deusto, 2003.

CUENCA, M. C. e MARTINS. J. C.: **Ócio para viver no século XXI**. Fortaleza-CE: As Musas. 2008.

DE MASI, D.: **O ócio criativo.** Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

PINHEIRO, K. F.: **Corpo do Lazer: reflexões a partir da vida lesada na hipermodernidade**. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. UERJ. Rio de Janeiro/RJ. 2010.

REQUIXA, R. As dimensões do lazer**. Caderno de Lazer SESC**, São Paulo, doc. 1, jul. 1976.

RHODEN, I.: **Experiencias personales de ocio:** desarrollo de una herramienta para identificación de sus cualidades subjetivas. Bilbao, España: Universidad de Deusto, 2004.

Cultura e desenvolvimento: uma visão crítica dos termos do debate

Lemuel Dourado Guerra
Jairo Bezerra da Silva

Introdução

Sem pretender oferecer discussões exaustivas sobre os termos, o foco deste capítulo é colocar em discussão alguns pontos constitutivos do debate construído em torno da relação entre cultura e *desenvolvimento*. Nosso interesse maior é apresentar algumas ideias contra a corrente, referentes às maneiras pelas quais se tem falado sobre esses dois termos colocados em relação de certo modo intercausal. Assim, a partir de uma discussão sobre as condições em que emerge o papel da cultura nos processos de produção/indução/obstrução do que tem sido chamado de *desenvolvimento*, bem como sobre as maneiras pelas quais a implementação de estratégias, modelos e políticas de *desenvolvimento* levam em consideração a

variável *cultura* e seus efeitos sobre as coletividades por elas definidas como alvo, apresentamos uma breve análise de um exemplo de discurso consagrado sobre a relação aqui focalizada e uma sugestão de pontos para uma agenda de pesquisa à qual os interessados no tema são convidados a questionar e contribuir.

O debate sobre a relação entre cultura e *desenvolvimento* é extremamente elusivo e ambíguo na medida em que os dois termos da relação são polissêmicos e sua conceituação é objeto de disputas mais ou menos explícitas. Em referência à *cultura*, há uma hesitação ligada a duas maneiras gerais recorrentes de defini-la: uma, que chamaremos de *ampla* ou *antropológica* – segundo a qual a cultura é vista como um conjunto de elementos que constituem o modo de vida de um povo, de uma comunidade; a outra, que chamaremos de *específica* – que define a cultura enquanto as diversas atividades ligadas às artes em todas as suas expressões. Esses dois caminhos conceituais implicam em abordagens diferenciadas, que tentaremos focalizar, ainda que brevemente, neste capítulo.

Outra maneira de esquematizar as linhas em torno das quais a retórica sobre a referida relação se organiza é aludir ao enfrentamento entre o que tem sido chamado de *perspectiva hipermodernista* (*Cf.* RAO; WALTON, 2004, p.10-11) e a corrente da *crítica cultural ao desenvolvimento*.

A primeira delas, que pode ser encontrada, por exemplo, nos trabalhos de Harrison (2000), Huntington (2000) e Landes (2000), e, em certa medida, nos discursos que fundamentam a implementação de políticas de formação para o empreendedorismo e para a inovação, seria caracterizada pela visão de que sociedades nas quais predominam culturas

tradicionais teriam dificuldade em se integrar ao *desenvolvimento* em sua lógica orientada pelo mercado, apresentando, portanto, um lento e penoso processo de crescimento. O desafio a ser enfrentado seria, de acordo com essa linha de pensamento, modificar a cultura das regiões, países, comunidades marcadas pela tradição, principalmente através da educação e dos vários tipos de mídia, no sentido de inculcar nos indivíduos um conjunto de valores favoráveis à mobilidade, ao investimento no novo, ao empreendedorismo.

A segunda perspectiva, a da crítica cultural ao *desenvolvimento*[1], tem como marca central uma visão questionadora dos discursos desenvolvimentistas euro-norte-americano cêntricos, articulados sob a orquestração, sobretudo, de economistas e de instituições multilaterais tais como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial. Nesses discursos, seria operacionalizada uma definição de cultura como sistema de controle que estabelece classificações, hierarquizações entre países, economias, regiões ambiguamente definidas como do *Norte* e do *Sul*, o que teria como consequências centrais a criação e extensão das desigualdades entre países *ricos* e *pobres* (e dentro deles, entre as regiões mais e menos modernizadas, ocidentalizadas), as quais resultaram em taxonomias tais como as indicativas de graus de *desenvolvimento* – *desenvolvido*, *subdesenvolvido*, *em desenvolvimento* –, e num vocabulário que inclui expressões do tipo *Terceiro Mundo* e *países emergentes*.

1 Exemplos dessa linha interpretativa podem ser encontrados em Escobar (1995, 2002), Hall (1992), Ferguson (1994, 2002).

Para Ortiz (2008), o mais interessante na avaliação da relação entre *cultura* e *desenvolvimento* não seria o posicionamento favorável ou contrário à linha de causalidade entre as variáveis que cada um dos termos indica. Mais importante seria pensar o hiato entre elas, o qual seria determinado pela diferença ontológica entre os dois fenômenos colocados em relação.

Definindo *cultura* de modo amplo e enquanto um elemento constitutivo ontológico das sociedades, regiões, coletividades que as produzem e que nelas são produzidas, esse autor a considera algo que estaria fora da esfera da racionalidade instrumental. Somente em termos da definição de *políticas culturais*, referidas àquela maneira específica de falar sobre cultura, relativa a modelos de organização da produção, circulação e consumo das obras de arte em geral; de classificação, conservação e transmissão intergeracional do patrimônio definido pelos especialistas enquanto patrimônios artístico-culturais, é que a cultura poderia ser tocada enquanto algo a ser *planejado*, *organizado*, *implementado*.

Por outro lado, as diversas noções de *desenvolvimento* em suas vinculações com variáveis tais como *crescimento econômico*, *industrialização*, *avanço tecnológico*, *progresso da ciência*, *democracia*, *sustentabilidade ambiental*, *aperfeiçoamento ético* e outras dessa natureza, seriam uma invenção da(s) modernidade(s)[2], e pertenceriam ao domínio da racionali-

---

2 O plural aqui adotado se refere à variedade dos processos e modelos de modernização historicamente constituídos, os quais têm uma matriz inicial inequivocamente eurocêntrica, mas que guardam variações histórico-contextuais específicas. Penso aqui, com Ortiz (*idem*), por exemplo, nos processos de modernização observados no Japão e nos Estados Unidos, ou no Sudeste e Nordeste do Brasil.

dade, no qual seria perfeitamente possível *planejar, atuar*, *implementar*, *organizar* de várias maneiras, a depender das concepções teóricas e posicionamentos políticos partilhados (*Cf.* ORTIZ, 2008).

Vista essa distinção entre o *status* ontológico dessas duas categorias postas em relação mais especificamente a partir de meados do século XX, sendo a *cultura*, em sua definição *ampla*, uma variável cujo surgimento se confunde com a própria formação da espécie humana no planeta, e sendo, em sua definição estrita, junto com o *desenvolvimento,* invenções ligadas à modernidade *euro-estadunidense cêntrica*, pensamos ser de importância fundamental discutir os efeitos da universalização de termos e práticas discursivas, de regimes de verdade em cujo âmbito o próprio debate teórico e aquele localizado no campo da política sobre a relação aqui focalizada têm sido realizados.

A importância dessa discussão deve ser medida em vistas das consequências que as hegemonias obtidas tanto em relação aos modelos de *desenvolvimento*, quanto no que concerne às concepções do papel da cultura no enfrentamento dos pontos problemáticos nas diversas coletividades têm, na medida em que determinam decisivamente os processos nos quais vivemos e construímos ideias, práticas, cotidianos e utopias de sociedade – planos de erradicação da pobreza, maneiras de pensar o turismo, a formação educação básica e a produção acadêmica, a ciência, tecnologia, o espaço urbano, os modelos de mobilidade, de produção em todos os setores, os modelos de relação de gênero, dentre outros inúmeros elementos afetados.

O campo imanente da cultura

Cultura é um termo que conota tão diversos significados quantos são os autores e atores chamados a defini-lo. Para alguns, pode ser definida como música, pintura, teatro, cinema e dança, sendo algo relacionado com atividades artísticas, de entretenimento, que chamaremos aqui de *definição estrita* (AYOADE, 1989:5).

Os antropólogos alargam o escopo do significado dessa palavra, definindo-a como a totalidade das maneiras de viver de um povo, incluindo aspectos materiais e imateriais de sua vida, tais como vestuário, alimentos, crenças, maneiras de pensar, de morar, de se locomover, a linguagem, as religiões, instituições de todos os tipos, maneiras de sentir, tradições e costumes.

De acordo com Ortiz (2008), a cultura abrange todas as expressões materiais e não materiais de um povo, bem como os processos através dos quais elas são comunicadas, transmitidas, partilhadas. Ela envolveria todas as expressões e processos sociais, éticos, intelectuais, científicos, artísticos de um povo nacionalmente relacionado e normalmente ocupando e vivendo numa área geográfica delimitadas, incluindo o que e como eles os transmitem. Assim a cultura descreve semelhanças partilhadas entre pessoas dentro de um território físico ou emocional, que as fazem experimentar um sentimento de unidade e de pertencimento que geralmente se desdobra em desejos de cultivo e de transmissão intergeracional.

Destacando um outro aspecto importante, Shoremi (1999: 94) afirma que *toda cultura é um conjunto de técnicas para possibilitar a convivências com os outros que dela fazem*

parte e com contextos a ela exteriores. O *modus operandi* da cultura implica na aquisição negociada de certos traços e de maneiras de adaptação e adequação pelos indivíduos que nela nascem, o que se reflete nas coletividades por eles compostas.

Um traço que não deve ser esquecido é seu poder regulador sobre a vida dos indivíduos que nela emergem, dela fazendo parte de forma ativa e passiva, moldando, sobretudo inconscientemente, suas atitudes, valores, emoções, objetivos, corporalidades, comportamentos e sua personalidade. Os homens e mulheres, os grupos dos mais diferentes tipos que eles constituem, existem dentro e através da mediação da cultura.

Nas décadas de 50 e 60 do século passado, o papel da *cultura* no *desenvolvimento* recebeu uma atenção considerável dos estudiosos de várias áreas e dos defensores da *teoria da modernização*. As explicações que eles produziam tomavam a noção de cultura como *um sistema autorreferente de traços que distinguem uma comunidade/região de outra* (*Cf.* BAUMAN, 1973, p.35), baseando-se no pressuposto de que sociedades modernas e tradicionais podiam ser definidas uma em oposição a outra, sendo os traços culturais ligados ao polo da tradição um obstáculo à indução/produção do *desenvolvimento*. Uma variante dessa abordagem reconhecia os estágios intermediários, vendo a relação tradição – modernidade como um contínuo (*Cf.*, por exemplo, LERNER, 2002).

Neste texto, gostaríamos de pensar com os leitores a partir de uma definição de cultura inspirada nos *estudos culturais,* na qual as relações de poder são o elemento conceitual central, o que se desdobra numa definição de cultura como uma rede de representações – imagens, concepções de aspectos materiais

e não materiais da vida social, conversações, códigos de comportamento, e as estruturas narrativas que organizam esses elementos, os quais moldam todos os aspectos da vida social (*Cf.* FROW; MORRIS, 1993, p.viii).

Colocando as relações de poder como elemento central da conceituação de cultura, os *estudos culturais* também fornecem uma chave de análise da relação cultura-*desenvolvimento* que passa pela problematização das desigualdades globais e das metanarrativas que dão sustentação ao estabelecimento histórico de uma hierarquização dos países, culturas e seus modelos de *desenvolvimento*, em cujo âmbito as posições estruturais de poder determinam políticas de investimentos financeiros e de propostas de mudanças culturais discursivamente apresentadas enquanto caminhos para a produção/indução do *desenvolvimento*.

A formulação proposta por Hall (1992) sobre *o Leste* e *o Resto* é um exemplo de articulação dessa definição de cultura aplicada ao estudo das desigualdades globais. A expressão que ele utiliza expressa as relações de poder entre as sociedades industrializadas ricas do Leste Europeu e dos Estados Unidos e os países *subdesenvolvidos* e em *desenvolvimento*, descritos como *o Resto*. Ele descreve essas relações em termos de um sistema de representações discursivas poderosamente pervasivo, o qual tem *construído* os países que não fazem parte das regiões acima citadas como *inferiores*, e vai orientando e influenciando uma economia política que coloca em relação os *desenvolvidos*, os *subdesenvolvidos* e os *em desenvolvimento*.

Um ponto central da reflexão aqui proposta é a necessidade de desnaturalizar os discursos que constroem/constituem alguns países/algumas regiões como superiores, como

modelos de imitação, os quais subjazem ao conhecimento autorizado sobre o mundo e seu funcionamento. Esse conhecimento é dominado, em termos da relação entre países, pelas imagens construídas e originadas nos países do Leste Europeu e Estados Unidos (também denominados *países do Norte*) sobre si mesmos e sobre *o Resto* (*Cf.* HALL, *idem*).

Esses discursos fundamentam a estruturação dual do planeta, segundo a qual, os países do Norte, os *desenvolvidos*, transformam-se na medida de comparação, sendo os outros países/regiões definidas a partir desse espelho, que projeta características tais como *modernização, industrialização, educação, eficiência, limpeza, democracia, urbanização*, *civilização*, *avanço*, *desenvolvimento, organização,* dentre outras. A autodefinição dos *países do Norte* tem se transformado, no campo das decisões políticas e mesmo numa determinada área dos estudos sobre *desenvolvimento*, no modelo a ser perseguido pelos países do Sul (*subdesenvolvidos*, do *Terceiro Mundo*, *em desenvolvimento*, e, mais recentemente, os *emergentes*).

Como os *países do Norte* conseguiram impor essa hierarquização e essa autodefinição enquanto modelo a ser seguido pelo *Resto*? Uma das respostas dadas por Hall (*idem*) aponta para a capacidade exercitada por eles para estabelecer um regime de verdade que instalou uma sintaxe, uma semântica, um vocabulário da superioridade do modelo ocidental de *desenvolvimento*, para o qual contribuíram decisivamente os processos de colonização europeia.

Podemos também agregar a integração midiática global que tem disseminado o *modo de vida americano* como o sonho inescapável para todo o planeta e, por último, a própria hegemonização de um debate construído no âmbito da teoria

do *desenvolvimento*, em suas variações econômicas, sociológicas e antropológicas[3]. As maneiras pelas quais esse regime de verdade tem ressonâncias na reflexão das diversas disciplinas e das esferas governamentais regionais, nacionais e supranacionais sobre o *desenvolvimento* é o que focalizaremos, depois de uma breve exposição das contribuições foucaultianas, às quais estamos recorrentemente aludindo neste texto.

Foucault, os discursos e as relações de poder

A apresentação que fazemos da contribuição foucaultiana para a reflexão sobre a produção de discursos em geral em sua relação com o poder, não tem a pretensão de ser exaustiva, porque não é esse o objetivo do texto, nem haveria espaço para isso, mas tem uma finalidade operacional: a de colocar à disposição dos leitores nosso entendimento de conceitos daquele autor os quais utilizamos na reflexão que propomos sobre a relação entre cultura e *desenvolvimento*.

A produção dos discursos como um elemento fundamental da constituição de relações de poder foi um objeto privilegiado na obra de Foucault (1987a, 1987b e 1996). Para ele, o discurso é composto por um conjunto de ideias que

---

3 É preciso também levar em consideração a reprodução dessa hierarquização dentro dos países, das regiões (em termos geopolíticos) e mesmo de instituições politerritoriais. Ver, por exemplo, as relações hierárquicas, mediadas pelas práticas discursivas e regimes de verdade específicos, entre regiões Sul/Sudeste e o *resto* - as regiões Norte/Nordeste, no Brasil; entre os *campi* universitários da sede (às vezes, a capital) e os *campi* do sertão, no caso das Universidades que adotam o estilo *multicampi*, na Paraíba.

condicionam as práticas sociais, devendo ser entendido como uma rede de relações na qual os sujeitos, grupos, instituições, sociedades estão envolvidos.

Na visão desse autor, o discurso não é um produto da retórica e não pode ser analisado como se faz em relação à estrutura significativa de um texto. Sendo basicamente o oferecimento de sistemas de posições a partir dos quais os emissores e alvos da prática discursiva são convocados a se posicionar; de acordo com essa perspectiva, o discurso não provém de uma categoria causal, não tem uma autoria individual, não sendo produzido por algo ou alguém em especial.

Mais importante nessa formulação são as noções de mobilidade, aproximação, o modo como o discurso isola temas e objetos, e molda, reforçando ou constituindo conteúdos concretos, de acordo com "suas condições de possibilidade" (FOUCAULT, 1996: 13).

Um discurso não consistiria de uma peça completa em si mesmo, contendo os elementos tradicionais tais como afirmações, teses, *desenvolvimento* e conclusão, mas seria um conjunto de afirmações, de *desenvolvimento*s e conclusões que constituiriam, com a contribuição de outros discursos, o que Foucault chama de formação discursiva, que implica em um conjunto de práticas discursivas, as quais têm como objetivo produzir sistemas de significados, sentidos e posições a partir das quais se fala e se escuta.

Em relação às práticas discursivas e à formação discursiva em que se produzem os significados e classificações relativos ao *desenvolvimento*, os significados de estar no *Norte*, de estar no *Sul*; de ser *desenvolvido*, *moderno*, *industrializado*; de ser *subdesenvolvido*, *tradicional*, *rural*, do *terceiro mundo*; *emergente*

e todo o conjunto de termos que circulam na autointerpretação e nas narrativas dos outros, tudo isso implica em práticas, em lugares, em posições, através das quais, as políticas das agências multilaterais e dos próprios governos, elites e o restante das populações locais se definem e se comportam em relação a si próprios e em relação aos outros.

Em resumo, uma formação discursiva inclui discursos produzidos por indivíduos em diferentes lugares institucionais. Sua organicidade não depende do fato de serem os discursos produzidos por um mesmo indivíduo, sujeito ou a partir de um mesmo lugar social. O mais importante é entender que a formação discursiva constrói uma rede de posições as quais podem ser ocupadas consciente ou inconscientemente pelos que produzem discursos em seu âmbito e pelos que são por eles *construídos*.

Ao utilizar a sintaxe, o vocabulário do discurso desenvolvimentista, o próprio uso do termo *desenvolvimento* já nos coloca dentro de um sistema de posições, tornando-nos potenciais autores de práticas discursivas que ganham significado e possibilidade de existência em referência à formação discursiva em cujo âmbito a retórica sobre *desenvolvimento* é possível (*Cf.* FOUCAULT, 1987a). Os discursos não se constituem enquanto sistemas fechados, mas se estruturam a partir da interdiscursividade, importando elementos de outros discursos e os ressignificando dentro de suas redes de sentidos. Assim, por exemplo, os discursos que constroem a Europa se baseiam nos referentes à *Cristandade*, constituindo-se por tradução, paródia, adaptação dos sentidos plausibilizados naquele discurso-matriz.

Os discursos que compõem uma formação discursiva não precisam ser iguais, mas as relações e diferenças que eles estabelecem devem ter regularidade. É o que Foucault chama de *sistema de dispersão* (FOUCAULT, 1987a). Assim, os discursos sobre *desenvolvimento* e as avaliações do favorecimento ou obstacularização que as culturas locais produzem, as falas sobre as relações entre moderno e tradicional e outros pares semelhantes são diferentes, mas reproduzem diferenças e similaridades regulares.

Essas formações são comparadas com esquemas de conceituação, matrizes de produção discursivas que servem para classificar, fazer surgir diferenças e semelhanças, para visualizar e fundamentar certa ordem de coisas, qualquer que ela seja. Entre as coisas se estabelece algo que funciona como sua lei interna, mas há também a ordem que é estabelecida pelo olhar, pela grade conceitual, pela atenção a um ou outro aspecto; e, como não poderia deixar de faltar, há uma linguagem, mas ela não é requerida sob a forma da relação entre significante e significado, e sim como fruto do conjunto de condições e circunstâncias, das suas regras de formação, as quais tornam possível e regulamentam a formação discursiva: as superfícies de emergência que indicam as esferas sociais, políticas, econômicas e culturais em que ela emerge.

O campo de imanência do *desenvolvimento*

Desenvolvimento é uma palavra multifacetada, que tem como imediatos cognatos os termos "crescimento", "progresso" e mais recentemente "sustentabilidade", "humano", "social". Quando usada por economistas, há uma tendência

para utilizar indicativos tais como PIB, índices de produtividade de setores de atividades produtivas, o nível de *desenvolvimento* tecnológico, tudo direcionando para o alvo do crescimento econômico.

Outra vertente aponta para uma definição de *desenvolvimento* que inclui, além daqueles referentes ao campo econômico, aspectos sociais, políticos, ambientais, numa tentativa de estabelecer uma abordagem capaz de envolver aspectos quantitativos e qualitativos na definição do termo em pauta. Desse modo, *desenvolver*-se significaria não somente a *melhoria* dos aspectos materiais da vida dos indivíduos de uma determinada região/área/cultura, mas também assegurar-lhes o bem-estar social, incluindo a garantia da dignidade humana *para todos*, bem como o manejo racional, consequente – democrático, humano e ético – do meio ambiente (*Cf.*, por exemplo, SEN, 2000; SAHCS, 2004)

As ideias a respeito do que é ser *desenvolvido* brotam no imaginário das várias culturas a partir do regime de verdade instituído em torno da superioridade do *Norte* sobre o *Sul*, dos países centrais do sistema mundial do capitalismo. Assim, os padrões culturais locais sofrem as pressões inescapáveis das culturas correspondentes aos países autodefinidos como *desenvolvidos*.

No planejamento urbano, nas definições arquitetônicas, na organização dos planos de turismo, na configuração dos menus dos restaurantes, no delineamento dos equipamentos e serviços dos hotéis, na conformação das políticas de publicação científica e de operacionalização dos modelos de educação em todos os níveis, dentre outras áreas da vida social, todo o mundo é pressionado para adotar os modelos instituídos

pela mediação de práticas discursivas possíveis no âmbito do regime de verdade estabelecido pelos países autodenominados de *desenvolvidos* – os do *Norte* – a respeito do *desenvolvimento* e das maneiras de induzi-lo.

Ferguson (1994) discute como o regime de verdade em cujo âmbito florescem os discursos desenvolvimentistas, cria um campo de imanência favorável à produção de versões descritivo-avaliativas sobre as comunidades, regiões, países fora do centro do capitalismo mundial, que possibilitem os agentes especializados em *desenvolvimento* – desde os ligados à macro-organização da economia mundial, tais como o Banco Mundial, o FMI o BID, a própria UNESCO –, quanto aqueles atuando no meso/micro nível, a saber, as diversas ONGs, os professores universitários/coordenadores de projetos de *desenvolvimento*, dentre outros, conquistarem sua plausibilidade.

A formação discursiva em cujo âmbito são produzidas e disseminadas as práticas discursivas que tematizam o *desenvolvimento*, colocam em operação um inconsciente social que seleciona representações dos lugares, comunidades, regiões, países, que possibilitem o encaixe entre o que os agentes especializados oferecem enquanto projetos, modelos, estratégias e as necessidades construídas pelas narrativas advindas tanto do campo da políticas quanto do campo da ciência.

Essas narrativas/descrições construídas em relações a cenários nacionais, regionais e locais, apresentadas como neutras, tecnoburocráticas, funcionam como fornecedores de abundantes sinapses sociais para a constituição das agências

de *desenvolvimento* em seus mais diversos níveis[4] enquanto necessárias, imprescindíveis e, frequentemente, mobilizam a culpabilização da cultura local, que passa a ser descrita como tradicional, atrasada, resistente a mudanças e pouco empreendedorista – tudo isso sendo, às vezes, traduzido em termos de posse de *baixo capital social*.

A evolução da retórica desenvolvimentista na direção da *inclusão da cultura*

Textos produzidos por agências multilaterais são excelentes como provedores de sintomas dos fenômenos que explicitamente buscam focalizar, ao mesmo tempo em que oferecem uma síntese de discussões e consensos estabelecidos a partir de ampla consulta internacional, em contextos marcados por relações assimétricas de poder.

O documento intitulado *Towards a UNESCO culture and development indicators suite* (2009) - (Em direção de um conjunto de indicadores sobre Cultura e *Desenvolvimento* da UNESCO), oferece alguns elementos para entender como a retórica sobre *Desenvolvimento* muda na superfície, embora

4 Insistimos neste ponto dos diversos níveis dos agentes especializados, como citados acima, para evitar aquela visão já devidamente criticada de pensar os problemas sociais em termos da relação entre centro e periferia, significando os países do centro e da periferia do capitalismo. Sem negar os efeitos das hierarquizações em termos de países/estados-nações, lembramos que nas economias nacionais, entre regiões; das regiões, entre estados; nos estados, entre as cidades/microrregiões que os compõem, ou mesmo dos territórios (no sentido geopolítico), o raciocínio apresenta o mesmo poder argumentativo, guardadas as devidas proporções, evidentemente.

no mais profundo permaneça inscrita nos regimes de verdade e práticas discursivas formulados na sua origem.

Comecemos pelo início do texto:

> Durante os 60 anos passados, apoiar e assegurar o desenvolvimento dos países pobres tem sido uma das principais prioridades da comunidade internacional. Investimentos significantes têm sido feitos em termos de ajuda e infraestrutura, acompanhados de modelos propostos para dar suporte ao crescimento econômico e ao desenvolvimento sustentável. (UNESCO, 2009, p.1)

Se não houvesse a intenção de mascarar a matriz discursiva aqui implícita, o texto colocaria em relação de oposição à expressão *países pobre* a expressão *países ricos*. Usando um recurso eufemístico, destinado a mascarar o estilo que caracterizou, durante muito tempo, a retórica sobre *desenvolvimento*, é utilizada a expressão *comunidade internacional*, que remete a uma entidade global, sem vestígios da hierarquia geopolítica que marca de modo indelével as relações entre países e blocos de economias nacionais.

Muitos exemplos históricos têm sido apresentados dos efeitos perversos dessa *ajuda internacional*. Os teóricos da dependência, bem como autores vinculados aos Estudos Culturais têm mostrado as relações de força e de exploração que foram mediadas pelo que foi propagandeado como *ajuda internacional para o desenvolvimento* (ver, por exemplo, FERGUSON, 1994).

Uma avaliação da história do *Desenvolvimento* escrita nos últimos 60 anos, qualquer aprofundamento pretendido obrigaria os analistas a reconhecerem a preocupação com o crescimento econômico (nem sempre dos países-alvos dos programas de *ajuda internacional para o desenvolvimento*), mas de nenhuma maneira o *suporte* ao *desenvolvimento sustentável*, pelo menos no sentido que os autores desse conceito pensaram o modelo.

O documento então se volta para a questão da redefinição do papel da cultura na retórica sobre *desenvolvimento*:

> Até recentemente, a cultura não tinha sido levada em consideração em tais investimentos ou modelos: realmente a ideia que a cultura deveria desempenhar um papel importante nos processos de desenvolvimento teve uma recepção mista pelos atores e agências-chave na comunidade internacional do Desenvolvimento. (UNESCO, 2009, p.1).

Mais uma vez o texto busca construir uma visão neutra, asséptica dos processos de *promoção* do *desenvolvimento*, infelizmente nem sempre tão suaves. A impressão que se pode ter é que a cultura, de forma geral, não tinha seu papel importante reconhecido nas formulações anteriores da retórica desenvolvimentista. Mais uma vez a análise histórica dos usos da teoria da modernização, formulação segundo a qual a cultura podia ser considerada como aliada ou obstáculo da chegada de uma dada economia aos padrões *desejados* de industrialização, de integração com o mercado, só para citar alguns dos

alvos previstos, facilmente demonstra a superficialidade da argumentação aqui apresentada.

Ao contrário do que é afirmado, sempre houve nos discursos e práticas desenvolvimentistas uma preocupação com e o reconhecimento da importância do papel da cultura. A própria disseminação da classificação que elevou os países do Norte da Europa e os Estados Unidos como modelos, e o *Resto* como *atrasados,* subdesenvolvidos constituiu-se numa metanarrativa que penetrou de modo pervasivo as culturas de todo o mundo, com efeitos e ressonâncias poderosamente entranhadas (*Cf.* HALL, 2000).

O que precisamos entender é como se constrói e o que significa a *nova postura* diante do papel da *cultura* nessa retórica sobre o *desenvolvimento*. Vejamos como isso vai sendo comentado no documento da UNESCO aqui analisado, no seguinte trecho, que desemboca na seção intitulada *a inclusão da cultura no desenvolvimento internacional*:

> A hegemonia do modelo da Modernização foi significativamente desafiada, entretanto, pela crise econômica dos anos de 1980, quando os países em desenvolvimento foram particularmente afetados. Essa situação tanto expôs as fraquezas como levou a uma reavaliação dos objetivos e métodos da cooperação internacional para o desenvolvimento. Como um resultado, novas abordagens do desenvolvimento alargaram o foco, para incluir junto do crescimento econômico, investimento na alfabetização, educação, agricultura e igualdade de gênero. (UNESCO, 2009, p.1).

No cenário da ajuda internacional para o *desenvolvimento* dos anos 1980, um dos elementos mais importantes foi o financiamento *oferecido* pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional para os chamados *países desenvolvidos*. Como afirmado acima (concordando com FERGUSON, 1994), os discursos desenvolvimentistas se constroem de maneira a encaixar as habilidades e produtos oferecidos pelas agências internacionais de *promoção* do *desenvolvimento*. A retórica desenvolvimentista de então estabelecia como passos necessários ao crescimento econômico uma série de ações no sentido de promover a industrialização, urbanização e integração ao mercado mundializado. Os altos juros e a sangria de recursos para pagamento das dívidas, aliados às maneiras de incorporação das economias desses países ao sistema de produção mundial, ao invés de contribuírem para a realização das promessas de *desenvolvimento*, agravaram os problemas sociais e as desigualdades nos países *em desenvolvimento*.

A incorporação das novas variáveis à retórica desenvolvimentista, sob a bandeira da inclusão da cultura, deve ser compreendida em referência à instalação de novos pontos de encaixe com as novas habilidades das agências internacionais, as quais passam a oferecer uma nova versão para justificar a necessidade de suas intervenções no sentido de *promover* o *desenvolvimento*. É interessante como o texto aponta inadvertidamente para o que parece ser a realidade da reformulação proposta:

> As experiências acumuladas ao longo dos anos apontaram para a necessidade de incluir no desenvolvimento todos os fatores que aprontam as sociedades para as **intervenções** em direção da sustentabilidade. (UNESCO, 2009, p. 2, negrito nosso).

Nesse trecho, vale a pena destacar dois pontos: o primeiro, a declaração explícita da funcionalidade subjacente às novas produções discursivas relativas ao *desenvolvimento*: *aprontar a sociedade para as intervenções*. É como se os efeitos dos discursos resultassem na abertura das portas para a entrada da ação interventiva dos profissionais da *promoção do desenvolvimento* (conforme argumentação apresentada acima); o segundo, a emergência do novo conceito em torno do qual as agências desenvolvimentistas em todos os níveis vão oferecer suas contribuições em termos de ações indutoras, a saber: a *sustentabilidade*.

O escopo deste capítulo não comporta uma análise aprofundada do conceito do *desenvolvimento* sustentável. Sobre isso diremos apenas, concordando com o destacado por Fernandes (2003), que a emergência do modelo do *desenvolvimento sustentável*, com sua ênfase na necessidade de combinar o crescimento econômico com a gestão racional dos recursos naturais e a preocupação com a equidade social, cultura e espaço, funciona, na prática, para manter intocados o reino e o ritmo da economia mundial. Seus desdobramentos em termos de retóricas da defesa de políticas de revalorização *das culturas tradicionais* nos países classificados como *em desenvolvimento* e *subdesenvolvidos*, reabastecem os pontos de encaixe das agências de *desenvolvimento* em todos os seus níveis.

Graças à mediação dos discursos sobre o *Desenvolvimento Sustentável*, a Amazônia tornou-se um extenso espaço para investimentos e implementação de programas, projetos e pesquisas voltados para a *preservação do meio ambiente* e *experiências sustentáveis*. Financiados pelo Fundo para o Meio Ambiente Global – GEF (*Global Environment Facility*), vinculados ao Experimento de Grande Escala denominado Biosfera-Atmosfera – LBA (*The Large Scale Biosphere-*

Atmosphere Experiment in Amazônia) e abrigados no Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil - PPG-7 (*The Pilot Program to Conserve the Brazilian Rain Forest*), dentre outros, ou promovidos por Universidades e Centros de pesquisa (ver quadro abaixo, com lista de algumas das principais *Agências Internacionais de Cooperação para o Desenvolvimento*), a partir de 1995, na Amazônia legal, houve um aumento significativo de programas e projetos ambientais provenientes de acordos de cooperação internacional, que têm como proposta "reduzir a pobreza" e "preservar o meio ambiente" (*Cf.* FERNANDES, 2003; PRESSLER; PEDREIRA, 2010; VEIGA, 2008).

No exemplo da Amazônia, podemos observar como o que pode ser denominado de colonização pós-moderna é realizado com a mediação suave e politicamente correta da retórica desenvolvimentista da sustentabilidade, dos discursos de *preservação do meio ambiente*, *respeito às culturas locais* e *combate à pobreza*. Para ilustrar essa ideia, vejamos excertos desses discursos:

GTZ - Alemanha **Cooperação Técnica Alemã**	"Nossa missão é mudar a atual realidade através do apoio ao *desenvolvimento* e adoção de sistemas sustentáveis de manejo florestal na Amazônia".
USAID - Estados Unidos **Agência dos Estados Unidos para o *Desenvolvimento* Internacional**	"Nosso objetivo é assistir ao governo e à sociedade por meio de programas de qualidade que fomentem o *desenvolvimento* social e econômico sustentável, preservem o meio ambiente e que busquem mitigar a disseminação de problemas transnacionais".
DFID - Reino Unido **Departamento para o *Desenvolvimento* Internacional**	"Nossa ação se destina a promover o *desenvolvimento* sustentável, para eliminar a pobreza do mundo".

Adaptado de quadro elaborado por Pressler & Pedreira (2010), com base em material institucional das respectivas agências.

Como pode ser observado acima, a semelhança e regularidade das diferenças que subjazem aos discursos ligados ao novo registro do modelo do *desenvolvimento sustentável* das agências internacionais de *cooperação internacional* (mas também aos discursos das agências nacionais, regionais e locais profissionalizadas na *promoção do desenvolvimento*) testemunham a continuidade do regime discursivo em cujo âmbito foram produzidas as práticas discursivas relativas à atualmente demonizada teoria da modernização[5].

O que é narrado enquanto *despertamento* para a importância da *cultura*, como vemos no trecho do documento da UNESCO citado a seguir, dificilmente incomodará a lógica inexorável do mercado, da preocupação com os índices de crescimento da economia, dos Produtos Internos Brutos:

> A cultura influencia fortemente todos os aspectos da vida diária pública e privada. Ela está profundamente interligada como todos os níveis dos processos de decisões

5 A roupagem é diferenciada, mas o sistema de diferenças replica o que estava presente na(s) matriz(es) discursivas dessa retórica: o *Resto* é traduzido pela expressão *países tropicais*, que assim, como os *subdesenvolvidos*, os *pobres*, os *atrasados*, os *tradicionais*, precisariam a *ajuda internacional* para superar seus *problemas*; no da agência alemã, que prontamente, com isenção técnico-científico-burocrática, permanece a distinção entre *desenvolvidos* (capazes) e *subdesenvolvidos/em desenvolvimento* (incapazes) – aqui os analistas reconhecem o propagado *respeito às culturas tradicionais*, um dos motes do nova retórica da sustentabilidade, e às suas técnicas milenares específicas de manejo do meio ambiente, como uma pedra no meio do caminho do encaixe das práticas discursivas do modelo e a ação das agências *cooperação internacional*; no da USAID, se repete a classificação mencionada no comentário sobre o discurso da GTZ , que justifica a intervenção das agências especializadas internacionais, mas vale destacar a estratégia eufemística utilizada no trecho de finalização da citação: *que busquem mitigar a disseminação de problemas transnacionais*.

> políticos e econômicos, às mídias de massa e à educação, e aos seus impactos nas relações sociais. É ainda sua riqueza que fez com que políticas e programas de desenvolvimento sensíveis à diversidade cultural incluíssem e levassem em consideração a diversidade cultural. Um mesmo tamanho não pode servir para todos. (UNESCO, 2009, p. 2).

Um olhar mais sistemático sobre a conjuntura atual pode nos ajudar a desmontar, a resistir a essa celebração da inclusão da *cultura* nos *programa* e *políticas* de *desenvolvimento.* Se as práticas discursivas recentes, forjadas ao longo de quase três décadas de conferências, congressos, reuniões internacionais[6], podem se dar ao luxo de afirmar a importância de respeitar

---

6 A partir de 1972, a UNESCO começou a estimular a realização de conferências internacionais e a produzir documentos sobre Políticas Culturais. Eis uma cronologia dos principais:

- 1975 - a Conferência Intergovernamental sobre Política Cultural na África afirmou a cultura como "uma condição *sine qua non para o desenvolvimento, endógeno, compatível e equilibrado*".
- 1982 – uma das principais consequências da Conferência Mundial sobre Política Cultural (Mondiacult), realizada no México, foi a declaração, pela Organização das Nações Unidas, da década do *Desenvolvimento* Cultural (1988–1997) .
- 1988 – Conferência Intergovernamental sobre Políticas Culturais para o *Desenvolvimento.*
- 1991 – Resolução da ONU que criou uma Comissão Mundial Independente sobre Cultura e *Desenvolvimento*, formada por mulheres e homens importantes em diversas disciplinas, indicados por todas as regiões do planeta, para redigir o Relatório Mundial sobre Cultura e *Desenvolvimento*, e também formular propostas de longo prazo para contemplar as necessidades culturais no contexto do *desenvolvimento.*

as especificidades culturais de cada coletividade, é porque o trabalho de unificação de padrões de consumo em todas as áreas da vida social tem produzido um processo intenso de padronização e homogeneização global.

Longe de vivermos um momento da história mundial em que as culturas nacionais, locais se reafirmam em sua especificidade, valor e soberania, assistimos, graças à constituição das redes planetárias de comunicação computadorizada, à exacerbação histórica da unificação dos modelos de vida em nível mundial. Não negamos a existência de ilhas de resistência e de afirmação de traços culturais autóctones em vários pontos do sistema mundial, na periferia da hierarquia entre coletividades.

- 1996 – Publicação do relatório *Nossa Criativa Diversidade*, no qual podem ser encontradas pesquisas e estatísticas para fortalecer a colocação da cultura enquanto um elemento chave das teorias do *desenvolvimento*.
- 1998 – Conferência Internacional sobre Políticas Culturais para o *Desenvolvimento* – Estocolmo, Suécia, 30 de Março a 2 de Abril.
- 1999 – *O Valor da Cultura* – documento de posicionamento da UNESCO, apresentado no Fórum sobre *Desenvolvimento* e Cultura, realizado em Paris.
- 1999 – *A cultura importa: Financiamento, Recursos e a Economia da Cultura no Desenvolvimento Sustentável*. Conferência promovida pelo Banco Mundial, em Washington, DC.
- 2004 – Relatório da UNESC sobre o *Desenvolvimento* Humano, intitulado *Liberdade Cultural no Mundo Diverso Atual*, no qual é destacada a importância da cultura e do multiculturalismo nas políticas de *desenvolvimento* humano.
- 2009 – Relatório Mundial da UNESCO intitulado *Investindo na Diversidade Cultural e no Diálogo Intercultural.*

Queremos chamar a atenção para o fato de que a própria idealização e apologia dos traços tradicionais das culturas nacionais, regionais – a exemplo das formas de extrativismo das quebradeiras de coco, do Pará; da música de *Zabé da Loca*, na Paraíba; das cisternas de placas, no semiárido paraibano – devem ser entendidas numa rede de mercadorização constituída pelas agências multilaterais, nacionais, regionais e locais de *desenvolvimento*, nas quais o controle, a comercialização do *exótico*, do *tradicional*, do *ecologicamente correto* são acirradamente disputados (*Cf.* FERNANDES, 2003).

Para concluir essa breve análise, gostaríamos de citar apenas mais um trecho, para apontar uma importante tendência na recente articulação entre práticas discursivas e não discursivas relativas ao *desenvolvimento*:

> Todavia, esse discurso não tem sido tão influente como poderia ser (o da inclusão da cultura nas políticas e programas de desenvolvimento), e, assim, ao invés de restringir a sua ação perspectivas à avaliação do papel que a cultura pode desempenhar no desenvolvimento, a UNESCO também defende seu uso instrumental. Ao promover a cultura dessa maneira, a UNESCO está abrindo o caminho para práticas e modelos futuros, com o objetivo final de transformá-los em um setor totalmente reconhecido do desenvolvimento. A efetividade da cultura no desenvolvimento, demonstrada através da **promoção das indústrias culturais**, por exemplo, pode aumentar a atenção dada às riquezas culturais dos países em desenvolvimento e não apenas seus recursos naturais ou o poder econômico. (UNESCO, 2012, p. 4).

Esse trecho é bem ilustrativo de uma das maneiras mais significativas de colocação da cultura em relação com o *desenvolvimento*. Aqui entendida em seu sentido estrito, a *cultura* vem sendo priorizada como foco crucial nas agendas dos programas de *desenvolvimento*, permeando as temáticas de diversos segmentos de Estado, expandindo suas vertentes como alicerce estratégico, na medida em que é reconhecida sua potencialidade de capitalização, seu valor de mercado (*Cf.* MARCO, 2010).

De modo semelhante ao que aconteceu com os recursos naturais diversos, com as paisagens, com os artigos científicos, com a Educação, com a Saúde, todos os aspectos da vida social, que foram gradualmente transformados em mercadorias, em capital, observamos o crescimento da importância da cultura na relação com o *desenvolvimento* pela emergência do que passa a ser denominado de *economia da cultura* ou de economia do entretenimento – que inclui os resultados as atividades artísticas e intelectuais, a exemplo das indústrias fonográficas, audiovisuais, editoriais, os equipamentos culturais tais como museus, teatros, cinemas e redes informáticas –, que equipara a cultura aos outros segmentos das indústrias tradicionais, no que diz respeito à lógica numérica dos grandes mercados, na incidência dos índices monetários (*Cf.* CANCLINI & MONETA, 1999).

Assim considerada, a cultura, enquanto arte, ciência e filosofia, bem como no seu sentido amplo, passa a ser vista como meio de indução de *desenvolvimento*, na medida em que, gerando postos de trabalhos diretos e indiretos, colocando em circulação recursos e investimentos de modo semelhante ao que acontece em outros ramos de atividades econômicas

tradicionais, pode se integrar como mais uma variável do desempenho econômico de uma determinada coletividade (*Cf.* YÚDICE, 2004).

Uma proposta de agenda de pesquisa

Na elaboração de sugestões para uma agenda de pesquisa sobre a temática aqui focalizada, partimos, inicialmente, do questionamento da retórica desenvolvimentista. Algumas propostas para o estabelecimento de variáveis e indicadores para medir e, ao nosso ver, controlar os investimentos locais, mas sobretudo, aqueles anunciados enquanto *ajuda internacional para o desenvolvimento*, têm sido produzidas por vários países. Nessas propostas, são patentes as marcas das práticas discursivas da retórica desenvolvimentista que inspirou as estratégias históricas de *cooperação* entre os países do *Norte* e os do *Resto* do mundo[7].

Nosso desafio, a partir deste ponto do texto, é testar a possibilidade de construir novas maneiras de falar sobre as dinâmicas pelas quais as coletividades podem enfrentar suas dificuldades, os problemas considerados dignos da atenção

---

7 Para checar essa interpretação, sugerimos a consulta do documento **Towards a UNESCO Suite of indicators on Culture and Development (2009 – 2010): Literature review** (February 2010), disponível no *link*: http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CLT/pdf/Conv2005_CDindicators_Literature.pdf
Esse documento mereceria uma análise específica, impossível de ser feita aqui pela exiguidade de espaço, por ser uma síntese das maneiras pelas quais o alegado *novo* lugar da cultura na retórica desenvolvimentista tem sido construído.

coletiva, é o ponto central do esforço que os cientistas, bem como outros atores socialmente construídos poderiam fazer, para, inclusive, reinventar maneiras pelas quais tanto a produção artística quanto o conhecimento disponibilizado da moldagem cultural, dos sistemas de posições e relações de poder que conjuntos de indivíduos estabeleceram nas quais foram e continuam sendo constituídos podem contribuir para a construção de ordens sociais mais satisfatórias para todos[8].

A partir desse ponto fundamental, alguns temas gerais poderiam mobilizar nossos esforços intelectuais:

- Mudanças e transições pelas quais as coletividades focalizadas estejam atravessando, devidas às transformações dos cenários internos e externos. Aqui consideramos importante, na reflexão sobre as relações de poder constituídas nos processos de discussão e de reestruturação neles forjados, a *rationale* das resistências eventualmente encontradas. Pensar as dinâmicas pelas quais as políticas identitárias emergem, suas aspirações e utopias, bem como as maneiras pelas quais as construções de subjetividades dos atores e grupos de

8 Neste sentido, abordagens como a de Dan Baron, em seu livro *Alfabetização cultural – a luta íntima pela transformação da humanidade*, no qual são apresentados e propostos exercícios de aplicações práticas, pode oferecer excelentes insights para o enfrentamento individual e coletivo de barricadas culturais erguidas pela exposição continuada a práticas discursivas mediadoras de sistemas autoritários de posições, inclusive pela construção de *espelhos* desfavoráveis de identificação cultural. Sugerimos também o livro de James Scott (1985) *Weapons of the Weak*, no qual, a resistência cultural é focalizada não como um obstáculo ao bem-estar social, mas como uma necessidade histórica para a operacionalização do questionamento de ordenamentos sociais injustos.

autores envolvidos se operacionalizam, pode ser muito útil se o objetivo é realizar tudo com o mínimo possível de fascismo *dentro de nós* (*Cf.* FOUCAULT, 1977).

- Diferenças e conflitos entre culturas e subculturas, entre as fronteiras das identidades culturais historicamente construídas.
- Contextos e cenários em que se constroem as desigualdades permanentes, em termos de estruturas, regras, limitadores, agências. Escolhas, sistemas de valores e modelos de organização social.

A questão do escopo das políticas culturais

Embora reconheçamos que os fatores culturais desempenham um papel importante em todas as esferas da formação de políticas públicas, às vezes limitamos nossas definições de políticas culturais como sendo direcionadas apenas para aquelas instituições públicas que atuam no setor das artes e do entretenimento. Isso significa uma definição restritiva e pouco ampla, na medida em que setoriza a focalização, ao invés de estender a definição de política cultural de modo a relacioná-la com áreas tais como o meio ambiente e a economia, permeadas pelos significados e valores culturais.

A conceituação de políticas culturais deveria também incluir todas as organizações, quer públicas ou privadas, envolvidas com a produção e distribuição de bens e serviços *culturais*, bem como com a gestão dos recursos culturais. Os dois setores são igualmente importantes do ponto de vista das políticas públicas, sendo melhor entendidos quando

colocados em relação. Vale também lembrar que as políticas públicas se referem tanto à cultura *de massas* quanto à cultura *erudita*, ambas consideradas igualmente importantes.

Nessa área da organização da esfera da cultura (em sentido estrito), sugerimos como elementos importantes para a pesquisa especializada:

As políticas culturais governamentais, tanto no nível nacional quanto nos regionais e locais – as quais impactam a composição e operações do setor cultural

Como tópicos específicos, poderíamos listar:

- As decisões relativas à alocação de recursos públicos nas instituições culturais;
- As formas de gestão dessas instituições públicas;
- O acesso à produção financiada por recursos públicos;
- A regulação das concessões de canais de mídia;
- A regulação da operação das diversas mídias – classificação, censura e *etc.*;
- A questão dos direitos autorais na dinâmica da indústria cultural;
- As políticas culturais e as novas tecnologias informacionais e comunicacionais;
- O bem-estar cultural como um indicador da *qualidade de vida*;
- O acesso aos recursos culturais e processos de construção de cidadanias;

- As leis gerais e regulamentações específicas concernentes à propriedade intelectual;
- O papel das artes, das instituições de produção e distribuição de bens e serviços culturais nas agendas do planejamento urbano, rural e regional.

As políticas culturais desenvolvidas pelas instituições culturais

As maneiras pelas quais elas levam em consideração tanto o ambiente comercial quanto o contexto de políticas públicas nos quais elas atuam. Isso implica levantar dados sobre a articulação entre o papel das políticas culturais nas instituições públicas e privadas da cultura, no que se refere à tradução dos pontos das políticas de contextos mais amplos na dinâmica de distribuição de bens e serviços culturais. Como as comunidades distantes dos centros geopolíticos em nível, local, regional e nacional são envolvidas nas iniciativas governamentais de ampliação e disponibilização das redes de comunicação, e com quais consequências? Como a indústria cultural privada responde às medidas governamentais para estimular seu *desenvolvimento* econômico? Quais os efeitos das isenções tributárias como incentivo ao investimento privado na economia da cultura? Essas questões são fundamentais para entender a interface entre os governos e os níveis institucionais das políticas culturais, para inclusive possibilitar a avaliação das políticas públicas na área.

As influências da sociedade civil organizada na formulação de alternativas de políticas culturais e seus resultados

Compondo a sociedade civil na interface com a construção das políticas culturais estão ONGs, defendendo programas culturais para determinados grupos sociais ou grupos de produtores; associações de cidadãos que atuam politicamente reivindicando na área dos padrões morais da produção cultural; fã-clubes que exercem pressão por melhores formas de apoio a tipos específicos de atividades culturais; movimentos sociais organizados lutando para manter e promover a cultura de minorias étnicas ou lutando pela igualdade de direitos relativa a gênero, orientação sexual; partidos políticos, com suas orientações na área da cultura; grupos religiosos, dentre outros.

Qualquer que seja o caso, é através da ação dessas organizações que os processos de formação de política pública na área são submetidos às demandas e pressões da vida social, com suas urgências e contradições, podendo se vincular a processos de enfrentamento de problemas que as coletividades considerem dignos de atenção pública. Esses são atores reais atuando no processo de construção das políticas públicas pela enunciação das demandas coletivas, e que podem servir como rotas através das quais, as políticas culturais podem se conectar com a vida social, ao atendimento das demandas culturais e a solução dos problemas coletivos.

Avaliação dos resultados das políticas culturais no que se refere à qualidade e quantidade dos bens, serviços e processos que elas contribuem para disparar

A avaliação dos resultados envolve pesquisar as maneiras e as condições de acesso dos diferentes grupos sociais à produção e circulação de bens e serviços culturais. Dependendo das circunstâncias, os indivíduos podem ser vistos sob diferentes perspectivas: como produtores, mediadores, distribuidores, consumidores, como públicos ou como comunidades – alvo. Essa variedade de perspectivas é inevitável e mesmo desejável, dada a variedade, pluralidade e complexidade das maneiras pelas quais os bens e serviços culturais são produzidos, comercializados, distribuídos e consumidos.

Em todo caso, porém, a pesquisa é necessária para revelar quão diferentes são os contextos abrangidos pelas políticas públicas culturais e seus impactos sobre os padrões atuais de distribuição de bens e serviços culturais, explorando, inclusive, as dimensões qualitativas das maneiras pelas quais os diferentes grupos e indivíduos experienciam, interpretam e avaliam as atividades culturais de que participam.

Para finalizar, pensamos que é necessário um esforço especial de pesquisa no que se refere à conexão entre políticas culturais e solução de problemas das coletividades, bem como para expandir as possibilidades de realização dos indivíduos e grupos delas participantes. Há várias perspectivas a partir das quais essas conexões podem ser pensadas: as dinâmicas das indústrias culturais; a focalização dos direitos culturais e relativos à cidadania e ao respeito das diferenças; as dinâmicas da diversidade cultural; as atividades culturais no planejamento do bem-estar urbano e rural; a relação entre cultura e identidades coletivas,

dentre outras. Reafirmamos aqui que não se trata de *proteger* culturas, *resguardar* as identidades culturais de determinadas coletividades. No exemplo da produção cinematográfica, por exemplo, não consideramos possível, nem desejável, regular o contato, o consumo de filmes a partir das nacionalidades, todavia, o estado pode atuar no sentido de impedir que problemas tais como a cartelização e a constituição de monopólios de produção e distribuição inviabilizem a possibilidades de produção e circulação das produções nacionais.

As políticas culturais podem atuar, portanto, no sentido de garantir o respeito e as condições de existência e expressão das culturas das diversas coletividades colocadas em relação, contribuindo para combater o imperialismo e o colonialismo cultural em qualquer nível: evitando, nas universidades, a sobrevalorização de linguagens e campos de circulação da produção científica em detrimento, às vezes, dos próprios a partir dos quais a produção regional, nacional se origina; no campo do gênero, combatendo o sexismo, o heterocentrismo, além de todas as formas de racismo e discriminação.

As políticas culturais públicas podem atuar no sentido de construir espaços nos quais o entendimento liberal e plural da cultura prevaleça! Não há espaço para nenhuma ilusão de neutralidade associada à palavra cultura, como também a expressões tais como *problemas da coletividade*. Em tempos de integração cultural global, as políticas culturais públicas desempenham um papel de alta relevância no estabelecimento de regras que garantam equidade e igualdade de direitos nas relações entre maneiras humanas diferentes de viver, ao mesmo tempo em que podem contribuir para a aproximação das coletividades das utopias relativas a todas as áreas da vida social que elas forem capazes de construir.

Referências

AYOADE, J. The cultural debate in Africa. **The Black Scholar***,* v.20, n.5,1989.

BARON, Dan. **Alfabetização cultural – a luta íntima pela transformação da humanidade**. São Paulo: Alfarrábio, 2004.

BAUMAN, Zygmunt. **Culture as Praxis.** London: Routledge & Kegan Paul, 1973.

CANCLINI, Néstor García & MONETA, Carlos Juan (orgs.). **Las industrias culturales em la integración latinoamericana**. México: Grijalbo, 1999.

CRUSH, J. (ed.) **Power and Development**. London & New York: Routledge, 1995.

ESCOBAR, Arturo. *The Problematization of Poverty: the Tale of Three Worlds and Development. In* Susanne Schech & Jane Haghins (eds.). **Development – a Cultural Studies Reader**. Oxford, UK: Blackwell Publishing, 2002.

FERNANDES, Marcionila. *Desenvolvimento* Sustentável: antinomias de um conceito. *In* Marcionila Fernandes & Lemuel Guerra (orgs.) **Contra-Discurso do Desenvolvimento Sustentável.** Belém: Associação de Universidades Amazônicas, 2003. p.131-169.

FERGUSON, James. **The Anti-Politics Machine: "Development", Despolitization, and Bureaucratic Power in Lesotho.** Minneapolis & London: Oxford University Press, 1994.

FERGUSON, James. *The Constitution of the Object of Development: Lesotho as a "Less Developed Country*. *In* Susanne Schech & Jane Haghins (eds.). **Development – a Cultural Studies Reader**. Oxford, UK: Blackwell Publishing, 2002.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987a.

FOUCAULT, M. **As Palavras e as Coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 1987b.

FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. *Preface*. In: Gilles Deleuze e Félix Guattari. **Anti-Oedipus***: Capitalism and Schizophrenia*. New York: Viking Press, 1977, pp. XI-XIV.

FROW, J. & MORRIS, M. (eds.) **Australian Cultural Studies: a Reader.** St. Leonards, NSW, 1993.

HALL, Stuart. *The West and the Rest: Discourse and Power*. *In* S. Hall & B. Giebens (eds.) **Formation of Modernity.** Cambridge: Polity Press, 1992.

HARRISON, L.E. *Introduction: Why culture matters. In* **Culture matters: How values shape human progress.** L.E. Harrison & S.P. Huntington (eds.) New York: Basic Books, 2000.

HERMET, Guy. **Cultura e Desenvolvimento.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

HUNTINGTON, S.P. *Foreword: Cultures count. In* **Culture matters: How values shape human progress.** L.E. Harrison & S.P. Huntington (eds.) New York: Basic Books, 2000.

LANDES, D.S. *Culture makes almost all the difference.* ***In*** **Culture matters: How values shape human progress.** L.E. Harrison & S.P. Huntington (eds.) New York: Basic Books, 2000.

LERNER, Daniel. Modernization Ideals, in Susanne Schech & Jane Haggins**, Development - a Cultural Studies Reader.** London: Balckwell, 2002.

MARCO, Kátia de. **A profissionalização dos setores culturais***.* 2010. Disponível em: <http://www.gestaocultural.org.br/pdf/setoresculturais-KatiadeMarco.pdf>. Acesso em: abril de 2012.

MBAKOGU, Ifeyinwa Annastasia. Is There Really a Relationship Between Culture and Development?. **Anthropologist,** v.6, n.1, p. *37- 43,* 2004.

ORTIZ, Renato. **Cultura e Desenvolvimento**, 2008. Disponível em: <www.politicasculturaisemrevista.ufba.br>. Acesso em: abril/2012.

PRESSLER, Neusa.: PEDREIRA, Anna Elisa Pedreira. Discurso e Experiência das Agências de Cooperação

Internacional na Amazônia. In: ANAIS DO XXXIII C.B.C.C. – Caxias do Sul, RS – 2010.

RAO, Vijayendra.; WALTON, Michael (eds.). **Culture and Public Action**. Stanford: Stanford University Press, 2004.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento**: includente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SHOREMI, M.: "The concept of culture". p.88-105. In: THE SCIENCE of Society: *A Sociological Introduction*. M. Shoremi, P. Edewor & O. Olutayo (eds.). Centre for Sandwich Programmes (ESAP), Ogun State University, Ago-Iwoyi, 1999.

SCOTT, James C. **Weapons of the Weak: Everyday Forms of Peasant Resistance**. Yale U. Press, 1985.

UNESCO. *Towards a UNESCO culture and development indicators suite* (2009-2010). *Link*:http://www.unesco.org/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CLT/creativity/pdf/culture_and_development_indicators/C+D%20Indicator%20Bibliography.pdf Acesso em abril de 2012.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento sustentável**: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

YÚDICE, George. **A conveniência da cultura**: usos da cultura na era global. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

LIVROS EDUEPB E LATUS

1. **Pluralismo Jurídico: Para além da visão monista** – Raíssa de Lima e Melo
2. **Mulher, corpo e cuidado** – Maria de F. de A. Silveira; e Dulce M. Rosa Gualda
3. **Avaliação de serviços: um olhar na qualidade da gestão –** (Orgs) Maria José Cariri Benígna; e Maria A. Amado Rivera
4. **Farmacêutico na Farmácia –** Rosimary S. Cunha Lima; Maria do Carmo Eutálio; e Magnólia de L. S. Targino
5. **Representações sociais e saúde –** Aliana Fenandes; Maria. do R de Carvalho; e Moisés Domingos Sobrinho
6. **EPI Info para iniciantes** – (Orgs) Sonia Maria de L. Maciel; e Pedro Henrique de A. e S. Leite
7. **Ensino de lingua: do impresso ao virtual –** (Orgs) Antonio de Pádua Dias da Silva; Maria de L. L. Almeida; Simone Dália de Gusmão Aranha; e Tereza. N. de Farias Campina
8. **A história da mídia regional** – C. B de Souza; F. G. de Oliveira; e Gorete M. Sampaio de Freitas
9. **Livro de resumo de monografias –** Maria Dora Ruiz Temoche
10. **Planejamento tributário no campo de incidência do ICMS –** Alexandre H. S. Ferreira; e Ana Maria da P. Duarte
11. **1930 – A Revolução que mudou a História do Brasil –** (Orgs) João M. L. Santos; Cláudo José L. Rodrigues; Inês Caminha L. Rodrigues; e José Octávio de A. Melo
12. **Curso de Direito Constitucional –** Lorivaldo da Conceição
13. **Fragmentos –** Juarez Filgueras de Góis
14. **Gênero em questão –** (Org) Antonio de Pádua Dias da Silva
15. **Jogos eletrônicos –** Eliane de M. Silva; Filomena M. G. da S. C Moita; e Robson Pequeno de Souza
16. **Nascido do Fogo, Filho da Paz –** Ket Jeffson Vasconcelos Leitão
17. **Política Tributária e Justiça Social –** Alexandre Henrique Salema Ferreira
18. **Revista Sócio-Poética –** Departamento de Letras da UEPB
19. **O Sábio e a Floresta –** Moacir Werneck de Castro
20. **Universidade e o fazer poético em prosa e poesia –** (Orgs) Fabíola Nóbrega; Marcelle V. Carvalho; e Tatiana Fernandes Sant'ana
21. **Sustentabilidade – um enfoque sistêmico –** (Orgs) Waleska S. Lira; Helio de L. Lira; Maria José dos Santos; e Lincon Eloy de Araújo
22. **Bioquímica clínica – uma abordagem geral –** Sandra Reis Farias
23. **Mortalidade Geral – Epidemologia –** Anthonyanny A. Silva Lima; Maria J. Cariri Benigna
24. **Estudos Filológicos: Literatura – Cultura –** Marinalva Freire da Silva
25. **Dicionário de termos relativos a gestão de pessoas –** Maria Dora Ruiz Temoche
26. **Práticas de Políticas Públicas –** (Orgs) Marcelo A. Pereira; Maria da G. A. Pereira; Sandra. M. A de S. Celestino; Sueli Ramos de R. M. Cavalcanti; e Wíliam A. de Lacerda
27. **Saúde Humana –** (Org) Inácia Sátiro Xavier de França
28. **O Segredo de Pergamo –** Ket Jeffson Vasconcelos Leitão

29. **A queda do meteorito** – Giusone Ferreira Rodrigues
30. **Trajetória empreendedora: estudo de casos numa realidade local e global –** (Org) Vera Lúcia Barreto Motta
31. **Identidades de gênero e práticas discursivas –** (Org) Antonio de Pádua Dias da Silva
32. **O lugar da Educação Física –** Maria José de Figueirêdo Gomes
33. **O papel político dos fóruns de educação de jovens e adultos –** Eduardo Jorge Lopes da Silva
34. **Pesquisa histórica – resumo de monografias –** (Orgs) Luíra Freire Monteiro; e Flávio Carreiro de Santana
35. **Anos de luta –** Waldir Porfírio
36. **Mulher e violência: histórias do corpo negado –** Lígia Pereira dos Santos
37. **Agricultura orgânica –** José Geraldo R. dos Santos; e Emmanuelly Calina X. R. Santos
38. **Sobre o diálogo: introdução a uma leitura filosófica de –** Julio Cesar Kestering
39. **Novos cenários da Administração –** (Org) maria Dora Ruiz Temoche
40. **O despertar da cultura** – (Org) Marinalva Freire da Silva
41. **Manual básico de Radiologia Odontológica –** Maria de Fátima Cavalcanti Rodrigues
42. **Formas de sociabilidade e instauração da alteridade –** Inácia S. Xavier de França; Lorita M. Freitag Paghuca
43. **Paremiologia nordestina –** Fontes Ibiapina
44. **Resistência indígena no Piauí colonial 1718 – 1774 –** João Renor F. de Carvalho
45. **Planejando o (des)envolvimento local –** Roberto Alves de Araújo; e Ana Siqueira de Araújo
46. **Deuses em poéticas: estudos de Literatura e Teologia –** (Orgs) Salma Farraz; Antonio Magalhães; Eli Brandão; Waldecy Tenório; Douglas Conceição
47. **Campina Grande em debate –** (Org) Roberto Véras de Oliveira
48. **História do Direito e da violência: recortes de uma abordagem interdisciplinar –** Marcelo Alves Pereira Eufrásio
49. **Contos jurídicos: normas de sobredireito da Lei de Introdução ao Código Civil –** Ket Jeffson Vasconcelos Leitão
50. **A Bacia do Rio Gramame: Biodiversidade, uso e conservação –** (Orgs) José Etam de Lucena Barbosa; e Takako Watanabe; e R. José da Paz
51. **Ser criança – repensando o lugar da criança na educação infantil –** (Orgs) Glória M. de Souza Melo; Soraya. M. de A. Brandão; e Marinalva. da Silva Mota
52. **Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia –** (Org) Renato Dagnino
53. **De portas abertas para o lazer –** (Orgs) Elaine Melo de B. Costa Lemos; Eduardo Ribeiro Dantas; e Cheng Hzin Nery Chão
54. **Gênero e práticas culturais –** (Orgs) Charliton J. dos Santos Machado; Idalina M. F. Lima Santiago; e Maria L. da Silva Nunes
55. **Da resistência ao poder – o (P)MDB na Paraíba (1965 / 1999) –** José Otávio de Arruda Mello
56. **Políticas públicas e desenvolvimento regional –** (Orgs) Carlos. A. Máximo Pimenta; Cecília Pescatore Alves

57. **Histórias vividas e contadas no Bar do Brito –** (Orgs) A. C. Barbosa de Souza; Antonio Guedes Rangel Junior; Clara M. Araújo Pinto; e Sonia Maria A. de Oliveira Brito
58. **De memória e de identidade –** (Orgs) Antonia M. M. da Slva; Francisco Paulo da Silva; Ivanaldo Oliveira dos Santos; e Maria Edileuza da Costa
59. **A luz que não se apaga –** Rômulo de Araújo Lima
60. **Cálculo avançado –** (Orgs) Aldo Trajano Louredo; e Alexandro M. de Oliveira; e Osmundo Alves Lima
61. **Fisioterapia na gravidez –** (Org) Maria do Socorro B. e Silva
62. **Educação Universitária –** Pedro Bergamo
63. **Amora –** Fidélia Cassandra
64. **Educação em questão – recortando temas e tecendo ideias –** (Pedro Lúcio Barboza)
65. **Ciço de Luzia –** Efigênio Moura
66. **Zila Mamede – trajetórias literárias e educativas –** Charliton José dos Santos Machado
67. **A voz da infância e outras vozes –** Calos Azevedo
68. **A Educação da Mulher em Lima Barreto –** (Jomar Ricardo da Silva)
69. **Porta aberta à poesia popular –** Almira Araújo Cruz Soares
70. **Mulheres representadas na literatura de autoria feminina –** Antonio de Pádua Dias da Silva
71. **Residências terapêuticas –** (Orgs) Maria de Fátima de A. Silveira e Hudson Pires de O. Santos Júnior
72. **A nuvem de hoje –** Braulio Taveres
73. **Tecnologias digitais na educação –** (Orgs) Robson Pequeno de Sousa; Filomena M. C. da S. C. Moita; e Ana Beatriz Gomes Carvalho.
74. **A representação da sogra na obra de Leandro Gomes de Barros –** José Itamar Sales da Silva
75. **Viagem aos 80 anos da Revolta de Princesa –** Janduí Dantas
76. **Cidadania glocal, identidade nordestina –** José Marques de Melo
77. **Uma nova ciência para um novo senso comum –** Marcelo Germano Gomes
78. **A feira – o trovador encantado –** Maria de Lourdes Nunes Ramalho
79. **Nordeste como inventiva simbólica –** Geralda Medeiros Nóbrega
80. **Era uma vez diferente –** Aline Pereira
81. **Colecionismo, práticas de campo e representações –** Maria Margaret Lopes e Alda Heizer.
82. **Ensaios de Antropologia da Política –** Elizabeth Christina de Andrade Lima
83. **A Bela Acordada –** Lígia Pereira dos Santos
84. **Eu macharei na tua luta – a vida de ELISABETH TEIXEIRA –** (Orgs) Lourdes M. Bandeira; Neide Miele; Rosa M. G. Silveira
85. **Apropriação Social da Ciência e da Tecnologia –** (Orgs) Maria C. P. I. Hayashi; Cidoval M. de Sousa; e Danilo Rotrberg
86. **Midiatização da Ciência – cenários, desafios, possibilidades –** (Org) Antonio Fausto Neto
87. **Psicologia da Saúde – teoria, intervenção e pesquisa –** (Org) Railda Fernandes Alves
88. **As periércias de um caçador de ETs –** Jorge Dellane da Silva Brito

89. **Becquerel e a descoberta da radioatividade –** Roberto de Andrade Martins
90. **Mpb de A a Z (2 edição) –** Ricardo Anísio
91. **ECO –** Juarez Filgueras de Góis
92. **As três verdades de Deus –** Janduí Dantas
93. **Sabedoria de cabôco –** José Alves Sobrinho
94. **Agenda Ambiental – gestão socioambiental –** (Org) Antônio Augusto Pereira de Sousa; Djane de Fátima Oliveira; Givanildo Gonçalves de Farias; e Mercília Tavares Jordão
95. **Etnografia e Educação – conceitos e usos –** Carmen Lúcia Guimarães de Mattos; e Paula Almeida de Castro
96. **Orgulho de ser caririzeiro –** Victor Paulo Sampaio
97. **Genealogia do Direito à Saúde –** Marcone do Ó Catão
98. **Antonio Carlos Nóbrega em acordes e textos armoriais** - Luís Adriano Mendes Costa
99. **Identidades & sensibilidade – o cinema como espaço de leituras –** (Org) Iranilson Buriti
100. **Dom José Maria Pires – Uma voz fiel à mudança social –** (Org) Sampaio Geraldo Lopes Ribeiro
101. **Paisagens Híbridas – Fontes e escrituras da História –** (Org) Juciene Ricarte Apolinário
102. **Cenários históricos e educativos – Sertão, questão indígena e espaço de saber –** (Org) Juciene Ricarte Apolinário